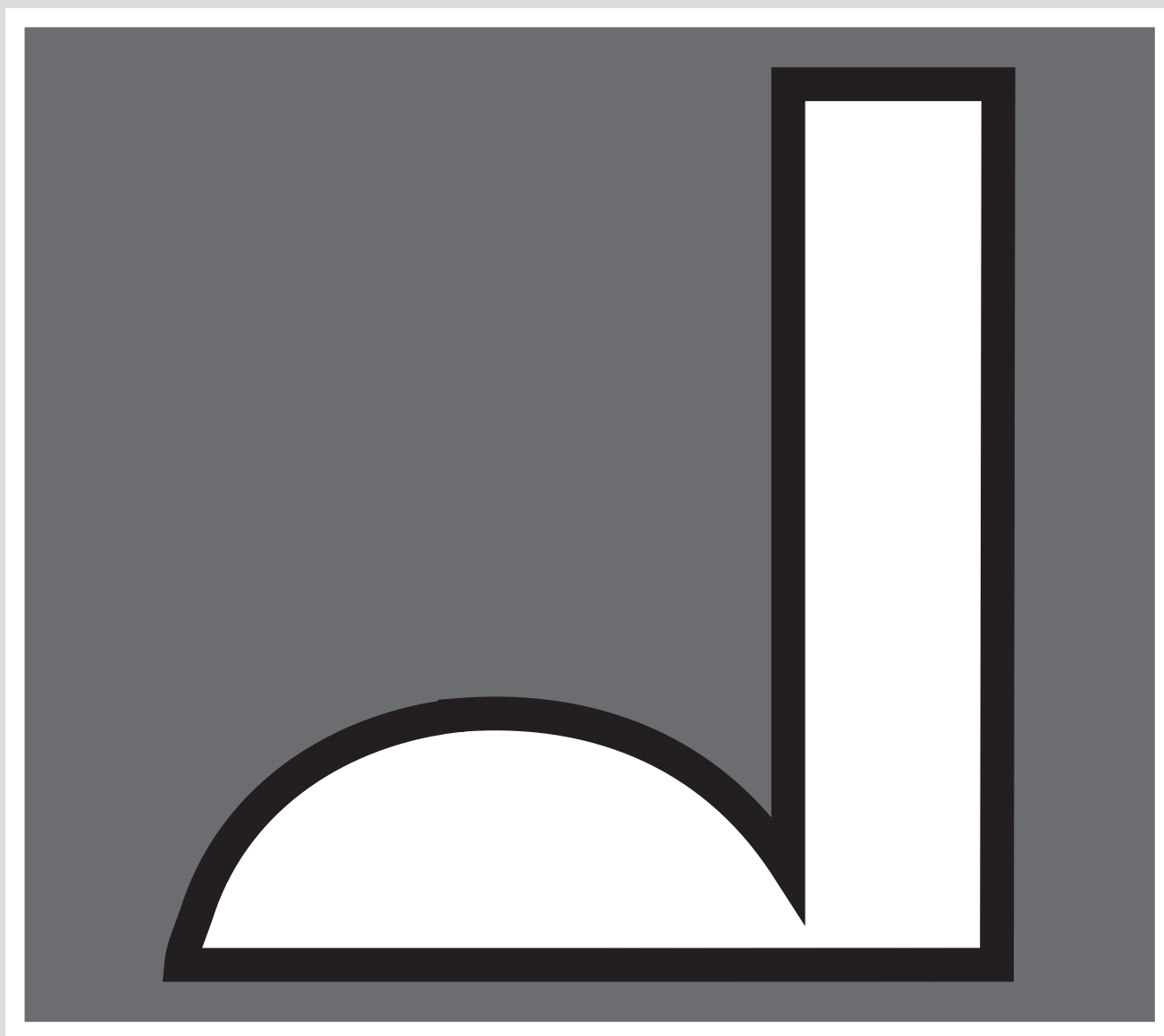




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LX - Nº 020 - SÁBADO, 12 DE MARÇO DE 2005 - BRASÍLIA-DF**

---

MESA		
<p><b>Presidente</b> Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Tião Viana – BLOCO – PT – AC</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p><b>1º Secretário</b> Efraim Morais – PFL – PB</p> <p><b>2º Secretário</b> João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p><b>3º Secretário</b> Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p><b>4º Secretário</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b> 1º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 2º Papaleo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p><b>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 22</b></p> <p><b>LÍDER</b> Ney Suassuna</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta</p> <p><b>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 22</b> <b>PT – 13 / PSB – 2</b> <b>PTB – 3 / PL – 3</b> <b>PPS – 1</b></p> <p><b>LÍDER – BLOCO</b> Delcídio Amaral – PT</p> <p><b>LÍDER – PT – 13</b> Delcídio Amaral</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p><b>LÍDER – PSB – 2</b> João Capiberibe</p> <p><b>Vice-Líder – PSB</b> (vago)</p>	<p><b>LÍDER – PTB – 3</b> Mozarildo Cavalcanti</p> <p><b>Vice-Líder – PTB</b> Sérgio Zambiasi</p> <p><b>LÍDER – PL – 3</b> Marcelo Crivella</p> <p><b>Vice-Líder – PL</b> Aelton Freitas</p> <p><b>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 31</b> <b>PFL – 18 / PSDB – 13</b> Sérgio Guerra – PSDB</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p><b>LÍDER – PFL – 18</b> José Agripino</p> <p><b>Vice-Líderes – PFL</b> Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeo Tuma João Ribeiro</p> <p><b>LÍDER – PSDB – 13</b> Arthur Virgílio</p>	<p><b>Vice-Líderes – PSDB</b> Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Alvaro Dias</p> <p><b>LIDERANÇA DO PDT – 4</b> <b>LÍDER</b> Osmar Dias</p> <p><b>Vice-Líder</b> (vago)</p> <p><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b></p> <p><b>LÍDER</b> Aloizio Mercadante – PT</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Romero Jucá – PMDB Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS Marcelo Crivella – PL</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia <b>Diretor-Geral do Senado Federal</b> Júlio Werner Pedrosa <b>Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</b> José Farias Maranhão <b>Diretor da Subsecretaria Industrial</b></p>	<p>Raimundo Carreiro Silva <b>Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</b> Ronald Cavalcante Gonçalves <b>Diretor da Subsecretaria de Ata</b> Denise Ortega de Baere <b>Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</b></p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 18ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 11 DE MARÇO DE 2005

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Ofício do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Nº 12/2005, de 21 de janeiro último, encaminhando resposta ao Requerimento nº 341, de 2004, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura..... 04855

#### 1.2.2 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 61/2005, de 4 do corrente, do Ministro dos Transportes, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.128, de 2004, do Senador Alvaro Dias..... 04855

Nº 405/2004, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando resposta ao Requerimento nº 340, de 2004, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura..... 04855

#### 1.2.3 – Comunicações da presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 3, de 2005, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que dispõe sobre o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito no Senado Federal. .... 04855

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 4, de 2005, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que veda a possibilidade de retirada de assinaturas para criação e prorrogação de Comissão Parlamentar de Inquérito..... 04855

#### 1.2.4 – Mensagens do Presidente da República

Nº 104, de 2005 (nº 127/2005, na origem), de 8 do corrente, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Roberto Pessôa da Costa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun..... 04855

Nº 105, de 2005 (nº 126/2005, na origem), de 8 do corrente, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Ministro de Segunda Classe da

Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti..... 04859

#### 1.2.5 – Ofício

Nº 104/2005, de 9 do corrente, da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 237, de 2005..... 04880

#### 1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR ALVARO DIAS – Prejuízos causados pela estiagem no Estado do Paraná. .... 04880

SENADOR TIÃO VIANA – Decretação de estado de calamidade no Rio de Janeiro em razão da saúde pública..... 04882

SENADOR RAMEZ TEBET – Reivindicações da 8ª Marcha dos Prefeitos em Brasília..... 04887

#### 1.2.7 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta o art. 541-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para estabelecer as hipóteses de inadmissibilidade do recurso especial. 04889

04889 Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que fixa critérios para a divulgação de resultados de pesquisa de opinião pública. .... 04890

#### 1.2.8 – Ofício

S/nº, de 11 do corrente, do Líder do PFL no Senado Federal, comunicando que no período de 14 a 17 do corrente, estará respondendo pela Liderança do PFL o Senador Demóstenes Torres, primeiro vice-líder. .... 04891

#### 1.2.9 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR PEDRO SIMON – Propostas do Governo do Rio Grande do Sul para minimizar os prejuízos causados pela estiagem naquele Estado. 04892

SENADOR JOSÉ JORGE – Questionamentos a respeito do desempenho da Petrobrás..... 04900

#### 1.2.10 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2005 (nº 4.713/2004, na Casa de origem), de iniciativa do

Tribunal de Contas da União, que altera a remuneração dos servidores públicos integrantes do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas da União. .... 04902

#### **1.2.11 – Discursos do Expediente (Continuação)**

SENADOR PAULO PAIM – Transcrição do artigo do articulista Luís Nassif, sobre a necessidade de aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Visita do Presidente Lula às regiões atingidas pela seca nos estados do sul. A política salarial do Brasil. .... 04903

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Prejuízos causados pela exigência de apresentação do atestado de vacinação contra a febre amarela na fronteira entre a cidade venezuelana de Santa Helena de Uiarén e a cidade de Pacaraima/RR. .... 04908

SENADOR ALBERTO SILVA – Sugestões para o combate à seca no Nordeste e no Rio Grande do Sul. .... 04910

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Necessidade de se limitar a edição de medidas provisórias. Problema da seca no Nordeste. .... 04911

SENADORA HELOÍSA HELENA – Considerações sobre o uso da palavra nas sessões do Senado Federal. Defesa da liberação de recursos destinados ao combate à seca no Nordeste, especialmente em Alagoas. .... 04912

#### **1.2.12 – Discursos encaminhados à publicação**

SENADOR LEONEL PAVAN – Comentários ao artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 7 do corrente, de autoria do jornalista e ex-presidente do Citibank, Alcides Amaral, intitulado “O discurso atravessado”. .... 04915

SENADOR ALMEIDA LIMA – Registro de artigo publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição de 06 do corrente, de autoria do ex-Presidente do STF, Maurício Correa, intitulado “Quem fala demais dá bom dia a cavalo”. .... 04917

SENADOR VALMIR AMARAL – Comemoração, no último dia 2 de março, do Dia Nacional do Turismo. .... 04918

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Participação de S.Exa. no III Fórum Postura Mulher, realizado em Itumbiara/GO. .... 04919

#### **1.3 – ENCERRAMENTO**

#### **2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR**

Do Senador Alvaro Dias, proferido na sessão de 10 de março de 2005. .... 04921

#### **3 – DESPACHOS DO CORREGEDOR**

Referentes às Petições nºs 7, de 2003, 1 e 5, de 2004 e 1, de 2005. .... 04923

#### **4 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

Ata da 1ª Reunião, realizada em 23 de fevereiro de 2005. .... 04924

#### **SENADO FEDERAL**

#### **5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA**

#### **6 – SECRETARIA DE COMISSÕES**

#### **7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

#### **8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

#### **9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

#### **10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

#### **11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR**

#### **12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

#### **CONGRESSO NACIONAL**

#### **13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

#### **14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

#### **15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)**

#### **16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

#### **17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO**

# Ata da 18ª Sessão Não Deliberativa, em 11 de março de 2005

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Alvaro Dias, Paulo Paim, e Mozarildo Cavalcanti*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expedientes que passo a ler.  
São lidos os seguintes:

### OFÍCIO DE MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

- Nº 12/2005, de 21 de janeiro último, encaminhando resposta ao Requerimento nº 341, de 2004, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

### AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 61/2005, de 4 de março corrente, do Ministro dos Transportes, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.128, de 2004, do Senador Álvaro Dias; e
- Nº 405/2004, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando resposta ao Requerimento nº 340, de 2004, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – As informações referentes ao Requerimento nº 1.128, de 2004, foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

As respostas dos Requerimentos nºs 340 e 341, de 2004, foram anexadas, em cópia, ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2003, que retorna à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura para continuar a sua tramitação.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência informa ao Plenário que se encerrou ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- Projeto de Resolução nº 3, de 2005, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que dispõe sobre o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito no Senado Federal; e

- Projeto de Resolução nº 4, de 2005, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que veda a possibilidade de retirada de assinaturas para a criação e prorrogação de Comissão Parlamentar de Inquérito.

Aos projetos não foram oferecidas emendas.  
As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, mensagens do Senhor Presidente da República que passo a ler.

São lidas as seguintes:

### MENSAGEM Nº 104, DE 2005 (Nº 127/95, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,  
De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I e 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Roberto Pessoa da Costa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun.

Os méritos do Ministro Roberto Pessoa da Costa que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 8 de março de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 215 –C. Civil.

Brasília, 8 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Efraim Morais  
Primeiro Secretário do Senado Federal  
Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,  
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República sub-

mete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Roberto Pessoa da Costa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun.

Atenciosamente, **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

EM Nº 57/DP/DSE/SGEXIAFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 4 de março de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos artigos 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovada pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986,

bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Roberto Pessoa da Costa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Ministro Roberto Pessoa da Costa que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Samuel Pinheiro Guimarães Neto**.

### INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

#### MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE ROBERTO PESSÔA DA COSTA

CPF.: 3867820163

ID.: 3194 MRE

- 1940 Filho de Edomeu Pessoa da Costa e de Isabel Lucena da Costa, nasce em 13 de maio, em Natal/RN.
- 1962 Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito, da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro.
- 1969 CPCD-IRBR
- 1970 Terceiro Secretário em 03 de fevereiro.
- 1970 Divisão da Bacia do Prata e Chile, assistente.
- 1971 Divisão da América Central e Setentrional, assistente.
- 1971 Curso de Prática Diplomática e Consular
- 1972 Embaixada em São Salvador, Terceiro Secretário.
- 1974 Embaixada na Haia, Terceiro e Segundo Secretário.
- 1975 Segundo Secretário, por merecimento, em 19 de abril.
- 1977 Mestrado em Estudos Políticos Europeus pelo "Institut d'Etudes Politiques Européen", da "Université Libre de Bruxelles", Bélgica.
- 1977 Diploma do "Centre d'Etude et de Recherche de Droit International et de Relations Internationales de L'Académie de Droit International de La Haye".
- 1978 Divisão da América Meridional-I, assistente.
- 1979 Cavaleiro da Ordem de Orange Nassau, Países Baixos.
- 1979 Primeiro Secretário, por merecimento, em 12 de dezembro.
- 1980 Oficial da Ordem do Rio Branco, Brasil.
- 1980 Divisão de Política Financeira, Chefe, substituto.
- 1981 Divisão do Patrimônio, assistente.
- 1981 Divisão de Privilégios e Imunidades, Chefe, substituto.
- 1984 Oficial da Ordem do Rio Branco
- 1984 Comendador da Ordem de Malta.

- 1984 Cavaleiro da Ordem do Mérito Naval.
- 1985 Assessor do Subsecretário-Geral de Administração e Comunicações.
- 1986 Divisão de Transportes e Comunicações, assistente.
- 1986 Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional. Representante Alternativo do MRE.
- 1987 Conselheiro, por merecimento, em 30 de junho.
- 1988 Missão do Brasil junto à CEE, Conselheiro.
- 1990 Chefe da Divisão Jurídica.
- 1994 CAE/IRBr - O Instituto da Extradicação Passiva no Direito Brasileiro Atual.
- 1995 Cônsul em Caiena.
- 1996 Consultoria Jurídica, Coordenador de Assuntos Jurídicos, e, posteriormente, Coordenador Geral de Direito Internacional.
- 1997 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 15 de dezembro.
- 1998 Embaixada em Maputo, Ministro-Conselheiro.
- 2000 Corregedor, substituto, do Serviço Exterior.

  
**CLAUDIA D'ANGELO**

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

## Informações - Cameroun

➤ A **República do Cameroun** situa-se na África Ocidental, confinando com o Oceano Atlântico, Nigéria, Chade, República Centro-Africana, Gabão e Guiné Equatorial. O país tem uma extensão de 475,4 mil km<sup>2</sup>, **população** de 16,3 milhões de habitantes (2004), **PIB** de US\$ 13,6 bilhões (2004) e **renda per capita** em torno de US\$ 840 (2004).

➤ O país é constituído por mais de 200 **etnias**, predominando os bantus, os bamilekés (principal etnia, conhecida por sua participação ativa na economia do país) e os betis, à qual pertence o Presidente Biya. Encontram-se, ainda, sudaneses, fulanis hamíticos e choas árabes. O Sul do país é **mais desenvolvido econômica e socialmente**, tendo sido influenciado pelos colonizadores e adotado suas religiões. Ao Norte, islâmicos e animistas preservaram os estilos de vida tradicionais. Não obstante a reforma de 1972, que transformou a federação em Estado unitário, ainda verificam-se diferenças marcantes entre as 2 províncias anglófonas ("Noroeste" e "Sudoeste") e as 10 restantes, francófonas.

➤ O Cameroun é uma **República presidencialista**, com Poder Executivo forte. O atual **Chefe de Estado** é **Paul Biya**, no cargo desde 1983 e reeleito em 1997 e 2004, para mandato de 7 anos. O **Primeiro-Ministro** e o **Ministro de Estado Encarregado das Relações Exteriores**, nomeados em 8/12/2004, são, respectivamente, **Ephraim Inoni** e **Laurent Esso**.

➤ A **política externa do Cameroun**, refletindo a postura do Presidente Paul Biya, é relativamente discreta. No **plano multilateral**, o país foi, no período de 2002-2003, membro do Conselho de Segurança da ONU, havendo mantido posição de equilíbrio entre a França e os Estados Unidos durante o conflito no Iraque, que coincidiu com seu turno na Presidência daquele órgão. No **contexto africano**, o Cameroun é membro da **Comunidade Econômica dos Estados da África**



**Central (CEEAC)**, organismo de integração econômica criado em 1983 com o objetivo de formar um mercado comum centro-africano, e da **Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC)**. As relações com os demais países da sub-região são, de modo geral, cordiais. Com a vizinha **Nigéria**, no entanto, o relacionamento bilateral, historicamente tenso, deteriorou-se a partir de 1994, quando ocorreram conflitos armados na península de Bakassi, região rica em petróleo, disputada por ambos os países desde a época da independência. A Corte Internacional de Justiça deu ganho de causa ao Cameroun. Alegando “problemas técnicos”, a Nigéria não se retirou do território ocupado até 15/09/2004, prazo estipulado pela Comissão Mista Bilateral, estabelecida sob os auspícios da ONU. Com a **Guiné Equatorial**, ocorre disputa territorial em torno do campo petrolífero de Zafiro.

➤ **A Embaixada do Brasil em Iaundé**, aberta em 1982, foi desativada, por razões orçamentárias, em 1999. Na ocasião, o Cameroun manteve em funcionamento sua Embaixada em Brasília, aberta desde 1984, sinalizando o interesse do Governo camerunês em não comprometer o nível do relacionamento bilateral. Não obstante o esforço de Iaundé, a desativação da Embaixada brasileira teve como consequência inevitável a progressiva rarefação do diálogo político-diplomático, bem como a interrupção de projetos em gestação e o esfriamento do interesse de algumas empresas brasileiras em concretizar negócios com a República do Cameroun. O Governo brasileiro determinou, no final de 2004, a reativação da Embaixada em Iaundé, prevista para ocorrer ainda durante o primeiro semestre de 2005.

➤ **O intercâmbio comercial** também foi bastante atingido com a desativação da Embaixada do Brasil. Seus números – já modestos e aquém do potencial – só voltaram a registrar crescimento digno de nota a partir de 2003, quando o volume de intercâmbio, de US\$ 20,6 milhões, aproximou-se do montante histórico registrado em 1998, de US\$ 23,3 milhões. Em 2004, a balança comercial atinou o montante recorde de US\$ 30,1 milhões. A composição da pauta bilateral não é muito diversificada, em que pese a reiteração das autoridades camerunesas de que a tecnologia e os produtos brasileiros seriam os mais adequados às condições socioeconômicas e climáticas do país.

➤ No início de 2004, o Governo camerunês enviou ao Brasil **missão de alto nível**, chefiada por seu **Ministro da Educação, Professor Joseph Owana**, e integrada por altos funcionários daquela pasta e do Ministério das Relações Exteriores. Na ocasião, foi assinado **Memorando de Entendimento entre os Ministérios da Educação** dos dois países. Ficou registrado, ainda, o compromisso brasileiro de proceder ao exame de temas para compor uma agenda para a **Comissão Mista Brasil-Cameroun**, que deverá reunir-se em maio de 2005, após quase vinte anos da celebração de sua primeira sessão, em 1986.

➤ Em outubro de 2004, visitou o Brasil **missão multidisciplinar** da República do Cameroun, chefiada conjuntamente pelo **Inspetor-Geral do Ministério da Agricultura, Eugène Mathan Njoh-Lea**, e pelo **Diretor do Departamento das Américas e Caribe** da Chancelaria camerunesa, **Pierre Ndzengue**. A missão foi integrada por representantes de institutos de pesquisas agrícolas, pelo Diretor de Produção do Ministério da Pecuária, da Pesca e das Indústrias Animais e por representante do Gabinete do Primeiro-Ministro. A delegação visitou instalações de pesquisa agrícola em alguns estados brasileiros e apresentou proposta de **Acordo de Cooperação Agrícola**, assinado durante a visita do Ministro Celso Amorim ao Cameroun, em janeiro de 2005. A missão camerunesa identificou, ainda, oportunidades de **incremento do intercâmbio bilateral** na área de maquinaria agrícola, tendo indicado a possibilidade de que se concretizassem negócios de vulto, uma vez que seu país deseja aumentar a produção de alimentos e, para tanto, necessita substituir vasta quantidade de equipamentos e máquinas agrícolas.

➤ O Cameroun afirmou seu apoio à **Declaração de Nova York sobre a Ação contra a Fome e à Pobreza** e à reforma e ampliação democrática do **Conselho de Segurança da ONU**.

DAF I – 23/2/2005

( A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL )



**MENSAGEM Nº 105, DE 2005**

(Nº 126/05, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I e 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.

Os méritos do Ministro Paulo Cordeiro de Andrade Pinto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de março de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 214 – C. Civil

Brasília, 8 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Efraim Moraes  
Primeiro Secretário do Senado Federal  
Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do

Senhor Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

EM Nº 55 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G– MRE/APES

Brasília, 3 de março de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos artigos 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Ministro Paulo Cordeiro de Andrade Pinto que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros

Respeitosamente, – **Samuel Pinheiro Guimarães Neto**.

**INFORMAÇÃO  
CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO**

CPF.: 9409203520

ID.: 592491 DPT/BA

- 1953** Filho de Péricles Cordeiro Amador Pinto e Maria Camélia de Andrade Pinto, nasce em 12 de outubro de 1953, em Salvador/BA
- 1979** Licenciado em História, Centro de Ensino Unificado de Brasília
- 1979** CPCD -IRBr
- 1979** Terceiro Secretário em 19 de novembro
- 1979** Divisão da África II, Assistente

- 1981 Departamento da Ásia, África e Oceania, Assistente
- 1981 Segundo Secretário, por antiguidade, em 17 de dezembro
- 1982 CAD-IRBr
- 1983 Departamento de Organismos Internacionais, Assessor
- 1984 36a. Reunião do Comitê Científico da Comissão Internacional da Baleia (CIB), Eastbourne, Grã-Bretanha, Chefe da Delegação
- 1984 Departamento de Sistematização da Informação Política, Assessor
- 1985 Delegação junto às Nações Unidas em Genebra, Segundo e Primeiro Secretário
- 1987 Primeiro Secretário, por merecimento, em 17 de dezembro
- 1988 Embaixada em La Paz, Primeiro Secretário
- 1990 Embaixada em Ottawa, Primeiro Secretário
- 1993 Departamento de Organismos Internacionais, Assessor
- 1993 Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, Assessor
- 1994 Ordem do Mérito das Forças Armadas, Cavaleiro
- 1994 Medalha Mérito Tamandaré
- 1995 Secretaria de Planejamento Diplomático, Assessor
- 1995 Centro de Estudos Estratégicos da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Diretor
- 1995 Ordem do Mérito Militar, Cavaleiro
- 1995 Medalha "Mérito Santos-Dumont"
- 1995 Conselheiro, por merecimento, em 17 de junho
- 1996 Ordem do Mérito Naval, Cavaleiro
- 1997 Ordem de Rio Branco, Comendador
- 1997 Missão junto às Nações Unidas em Nova York, Conselheiro
- 2000 CAE - IRBr - Diplomacia e política de defesa: o Brasil no debate sobre a segurança hemisférica no período-pós-Guerra Fria
- 2001 Embaixada no México, Conselheiro e Ministro
- 2002 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 27 de dezembro
- 2003 Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamento do Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL), Cidade do México, Presidente
- 2003 Embaixada em Ottawa, Ministro-Conselheiro

  
**CLAUDIA D'ANGELO**  
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

# HAITI

Figura 1 – Mapa da República do Haiti



Figura 2 – Bandeira do Haiti



Figura 3 – Haiti – Dados Básicos<sup>1</sup>

Nome oficial	República do Haiti
Capital	Porto Príncipe

<sup>1</sup> Fonte - EIU. The Economist Intelligence Unit. Country Viewswire December 2004.

Sistema de Governo	República parlamentarista <sup>2</sup>
Superfície	27.750 km <sup>2</sup>
População	8.400.000 habitantes (Estimativa 2004)
Densidade demográfica	302,7 habitantes por km <sup>2</sup>
PIB	US\$ 4,3 bilhões (Estimativa 2004)
Renda per capita	US\$ 515,00

## Perfil

Colombo explorou o Haiti a partir de 6 de dezembro de 1492. Os Taínos, indígenas do grupo dos Aruaque, que habitavam a ilha, foram praticamente extintos pelos espanhóis. Os franceses, naturalmente à revelia dos espanhóis que por decisão papal teriam a posse de toda a ilha, se instalaram na porção ocidental da Hispaniola a partir de meados do século XVII e pretenderam ocupar toda a ilha, até que finalmente, em 1697, têm seus direitos sobre a área que ocupavam reconhecidos pelo Tratado de Ryswick. Aquela região era conhecida como Saint-Domingue e rapidamente assumiu a liderança na produção açucareira no Caribe, com base no trabalho escravo. Em 1791, uma insurreição dos cerca de 480.000 escravos negros, liderados por Pierre-Dominique Toussaint Louverture, resulta, dez anos mais tarde na proclamação de uma Constituição que criava uma República independente. Contudo, Napoleão Bonaparte não aceitou o pleito. suprimiu o movimento independentista, e mandou prender Louverture.

Entretanto, Dessalines e Christophe, herdeiros de Louverture, aliados à febre amarela, causam fragorosa derrota ao exército napoleônico, que sofreu cerca de cinquenta mil baixas e foi expulso da ilha. Em 1804 é proclamada a primeira república negra do mundo, segundo país das Américas a libertar-se do jugo colonial, com o nome de República do Haiti.

---

<sup>2</sup> O atual governo foi indicado por um "Conselho de Sábios". Eleições-previstas para novembro/dezembro de 2005

A revolução destruiu a economia do Haiti. Seguiram-se anos de atritos entre a elite de mulatos que dominava a economia e a maioria negra da população que, somados a constantes disputas com a colônia de Santo Domingo que compartilhava a ilha, impediram o desenvolvimento da nova nação. O país vive então uma sequência de ditaduras até o início do século XX quando, estrangulado economicamente, aceita uma intervenção norte-americana em sua alfândega de 1905 a 1941. Além da intervenção aduaneira, os fuzileiros navais norte-americanos ocupam militarmente o país de 1915 a 1934, para garantir a estabilidade do país, segundo alegação do governo dos EUA. As precárias estradas que servem hoje o país foram construídas naquele período, sob supervisão militar norte-americana.

Em 1949, após quatro anos de governo democrático do Presidente Dumarsais Estimé, a ditadura retorna sob o comando do General Paul Magloire, que vem a ser sucedido por François Duvalier, mais conhecido como “Papa Doc”, em 1957. A polícia secreta de Duvalier, os “Tontons Macoutes” garantiram a estabilidade do país com eficiência brutal. Seu filho, Jean-Claude, conhecido pelo apelido de “Baby Doc”, assume o poder ao falecer seu pai, em 1971, como primeiro mandatário da nação mais pobre do hemisfério ocidental. No início dos anos 1980, o Haiti foi um dos primeiros países do mundo a enfrentar uma epidemia de AIDS, introduzida no país por turistas oriundos de São Francisco, Califórnia. Com isso, a ilha, que na década de 1970 era conhecida como “Pérola do Caribe”, perdeu rapidamente uma de suas principais fontes de moeda estrangeira. A indústria do turismo entrou em colapso, causando desemprego em massa no país. A crise econômica provocou intranquilidade e acabou por forçar a fuga de Baby Doc, em 1986.

Após alguns anos de grandes dificuldades políticas, durante os quais a figura do Comandante em Chefe do Exército, Herard Abraham, foi instrumental para garantir a transição democrática, o primeiro mandatário haitiano eleito pelo voto popular assume o poder em 1991. Jean-Bertrand Aristide, um padre católico de orientação esquerdista, consegue amalgamar em torno de sua figura altamente carismática o movimento conhecido como “Fanmi Lavalas” (Família Lavalas, que significa enxurrada) e o transforma no maior partido político do Haiti. Aristide assume a Presidência do país prometendo uma nova era

para o Haiti e com a plataforma de “tirar a população haitiana da miséria indigna e conduzi-la a uma pobreza digna”.

Contudo, nove meses depois, em 30 de setembro de 1991, Raoul Cédras, chefe do Exército do Haiti, depôs o Presidente Jean-Bertrand Aristide, e instalou no poder um regime militar, em operação cuja concepção é atribuída por alguns à Central Intelligence Agency – CIA<sup>i</sup> dos Estados Unidos da América. A Anistia Internacional estima em 5.000 a quantidade de mortes provocadas pela junta militar entre 1991 e 1994. Aristide partiu para o exílio na Venezuela e, posteriormente, nos Estados Unidos da América. O Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou uma série de resoluções, em 1993 e 1994, que instavam a junta militar a devolver o poder às autoridades haitianas escolhidas pelo voto popular. Em outubro de 1994, especialmente devido ao contínuo fluxo de imigrantes haitianos que tentavam chegar às costas dos Estados Unidos, 22.000 fuzileiros navais norte-americanos, com autorização do Conselho de Segurança, desembarcaram no país e reinstalaram Aristide no poder.

O Brasil, que em 1993-94 ocupava assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas, absteve-se na votação da Resolução 940 (1994), que autorizava o envio da força multinacional liderada pelos EUA, e de três resoluções posteriores sobre o tema – resoluções 944, 948 e 964 (1994). Em 1995, Aristide, com apoio dos EUA, aboliu as Forças Armadas do Haiti.

Após completar seu mandato, Aristide instala no poder René Preval (1995-2001), respaldado pela força esmagadora da “Fanmi Lavalas”. Em 2000, Aristide foi novamente eleito presidente, em eleições (legislativas e locais em maio e presidenciais e parlamentares em novembro) contestadas pela oposição, que recusou-se a participar do pleito. O voto no Haiti não é obrigatório, o que levou Aristide e os demais representantes populares a se elegerem com número relativamente pequeno de votos, dado o comparecimento às urnas de apenas 10% dos eleitores. A contestação da oposição não impediu a posse de Aristide, em 7 de fevereiro de 2001, com mandato até 2006. Diante das acusações de manipulação dos resultados das eleições, apresentadas pela oposição e por representantes da comunidade internacional, todo o fluxo de ajuda internacional foi suspenso, sufocando novamente a economia do país. O Parlamento haitiano fechou as



portas em janeiro de 2004, devido à extinção do mandato da maioria de seus membros. Não foi possível realizar as eleições legislativas em 2003 porque a oposição recusou-se a participar do processo eleitoral, não indicando representantes para integrar o Conselho Eleitoral Provisório, que teria o encargo de promover as eleições. A partir de então, o Executivo vem legislando por meio de decretos e decretos-lei.

A repressão à oposição aumentou nesse período. Aristide lança mão de grupos armados mercenários, apelidados de “chimères” para tentar conter as manifestações contra ele, que se alastram por todo o país e partem de todos os segmentos da sociedade. Concomitantemente à desintegração e à politização da Polícia Nacional do Haiti, recrudescceu no país a proliferação do tráfico de armas leves. Além disso, a precária ação da polícia, os baixos salários dos policiais tornando-os alvos fáceis para a corrupção e fronteiras permeáveis contribuíram para fazer do Haiti uma plataforma do tráfico internacional de drogas.

A instabilidade política e institucional, o empobrecimento da população e a volatilidade na segurança reforçaram o clima de impunidade e ausência da lei, com impacto direto nos abusos aos direitos humanos, políticos, sociais e econômicos. Embora tenha atuado continuamente no país entre 2001 e 2004, Missão Especial da Organização dos Estados Americanos – OEA não teve êxito em promover a normalização institucional.

O Haiti é o único país do Hemisfério Ocidental classificado pelas Nações Unidas como País de Menor Desenvolvimento Relativo (Least Developed Country). O país é o 146º entre os 173 países medidos pelo Índice de Desenvolvimento Humano. As estruturas produtivas e comerciais do país, já precárias, foram destruídas em razão da permanente crise política, sendo 40% da receita haitiana proveniente de remessas de cidadãos expatriados. Cerca de 52% dos habitantes estão abaixo da linha de pobreza e a desnutrição crônica afeta 51% da população. A expectativa de vida é de 52,4 anos e a taxa de HIV/AIDS é a mais alta fora da África sub-saariana: 4,5% da população portavam o vírus em 2002 e, a cada ano, 30.000 pessoas têm morrido da doença. Com 2.500 policiais em uma população de 8,5 milhões, o Haiti, país desprovido de Forças Armadas, tem um policial para cada 3.400 habitantes. No Caribe, a média é de um policial para 400 habitantes.

A Resolução 940 (1994) do Conselho de Segurança autorizou o emprego de uma força multinacional de 20.000 homens, liderada pelos EUA, com o objetivo de facilitar o retorno das autoridades governamentais legítimas (o governo de Jean-Bertrand Aristide) e manter a segurança no país.

Entre 1994 e 2001, quatro missões da ONU se sucederam no país. A UNMIH exerceu seu mandato de 1993 a 1996, a UNSMIH, de 1996 a 1997, a UNTMIH, de julho a novembro de 1997, e a MIPONUH, de 1997 a 2000. As três últimas foram operações de pequeno porte, cujo componente armado limitou-se ao apoio (mal-sucedido) à reorganização da Polícia haitiana. Sem componente armado e com mandato da Assembleia Geral (não do Conselho de Segurança), funcionaram a MICIVIH e a MICAH. Ambas foram prejudicadas por forte carência de fundos e apoio político e encerraram suas atividades em 2001, em vista do recrudescimento das tensões políticas e da violência. Com exceção dos esforços de mediação política e diplomática da Comunidade Caribenha e da Missão Especial da OEA, o Haiti foi praticamente abandonado à própria sorte entre 2001 e 2004.

Apesar de ter-se restaurado a democracia no país e ter ocorrido maior envolvimento das elites na vida política do país durante a segunda metade da década de 1990, inclusive com o desenvolvimento de uma imprensa livre e diversificada, não se consolidaram instituições estáveis e as necessárias reformas não tiveram curso. Além da falta de compromisso da liderança haitiana, esses problemas não receberam a devida atenção da comunidade internacional. Os programas de assistência não envolveram suficientemente a população haitiana, os recursos financeiros foram muitas vezes mal alocados e não levaram em consideração as deficiências da capacidade de absorção local e a responsabilização das autoridades locais não foi bem definida.

Já no último quartel de 2003, pela primeira vez em duzentos anos de história, partidos políticos, entidades de classe, a imprensa e outros setores da sociedade se uniram em um grupo que se intitulou Grupo 184, mas que acabou agrupando representantes de mais de 400 organizações, com o propósito de afastar Aristide do poder.

Em 31 de janeiro de 2004, a Comunidade dos Estados do Caribe – CARICOM ofereceu-se como mediadora e apresentou um Plano de Ação Preliminar, o qual foi acompanhado, em fevereiro, por um plano de trabalho desenvolvido pelo Grupo dos Seis (Bahamas, Canadá, Estados Unidos da América, França, OEA e a União Européia). Tais planos, que contaram com a concordância de Aristide, previam reformas amplas, incluindo a substituição do Primeiro-Ministro por indicação das lideranças da comunidade. A oposição, no entanto, recusou-se a discutir qualquer alternativa antes da renúncia de Aristide.

A despeito de várias iniciativas diplomáticas da CARICOM e da Organização dos Estados Americanos, uma rebelião armada eclodiu em fevereiro de 2004 em Gonaïves, espalhando-se rapidamente para outras cidades. Na iminência de um banho de sangue, anunciado pelos Governos dos EUA e da França, que previam a tomada da capital do país, Porto Príncipe, pelas forças rebeldes lideradas por Guy Philippe, na manhã de 29 de fevereiro de 2004, o Presidente Aristide renunciou e partiu para o exílio, inicialmente na República Centro-Africana.

O então Primeiro-Ministro Yvon Neptune tomou a iniciativa de implementar uma variante do plano proposto pela CARICOM para a instalação de um Governo Transitório. Assumiu o cargo de Presidente o então Presidente da Corte Suprema de Justiça, Boniface Alexandre. No próprio dia 29 de fevereiro, o Representante Permanente do Haiti junto às Nações Unidas submeteu ao Conselho de Segurança cópia da carta de renúncia de Aristide e um pedido de assistência. Na mesma noite, foi aprovada, pelo CSNU, a Resolução 1529 (2004), que autorizou tropas estrangeiras a entrarem em território haitiano.

Em 4 de março, foi nomeado o Conselho Tripartite, com um representante do partido “Fanmi Lavalas”; um representante indicado pela oposição; e um representante da comunidade internacional, escolhido com a participação da OEA e da ONU. Esse grupo foi incumbido de selecionar sete pessoas eminentes para compor o Conselho de Sábios, o qual, por sua vez, selecionaria um novo Primeiro-Ministro.

Em 5 de março, o Conselho de Sábios foi escolhido com representantes de grupos de promoção dos direitos humanos, das Igrejas Católica e Anglicana, da Academia, do setor privado, e dos partidos “Convergence Démocratique” e “Fanmi Lavalas”. Em 9 de março, o Conselho de Sábios, a partir de uma lista tríplice, indicou Gérard Latortue como Primeiro-Ministro.

Em 12 de março, o Governo da Jamaica anunciou que estaria concedendo visto de permanência temporária no país ao ex-Presidente Jean-Bertrand Aristide, o que gerou veementes protestos do novo Primeiro-Ministro, inclusive provocando a retirada do Embaixador haitiano de Kingston e o virtual rompimento do Haiti com a Comunidade dos Estados do Caribe.

Nos dias subseqüentes, Latortue, juntamente com o Conselho de Sábios, nomeou o restante do governo entre técnicos reconhecidos por sua competência e não pela filiação partidária. Os 13 membros do Ministério foram empossados em 17 de março.

A CARICOM expressou sua consternação com as circunstâncias pouco claras que envolveram a partida de Aristide. Em primeiro lugar, a CARICOM não escondeu seu ressentimento pela pouca atenção dedicada aos planos propostos em fevereiro e aos apelos do próprio Aristide ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, solicitando apoio para restaurar a ordem e a segurança no país, no quadro de normalidade constitucional.

Em Declaração aprovada em 26 de março, em São Cristóvão e Névis, os Chefes de Governo da CARICOM reafirmaram seu compromisso com os princípios fundamentais da governança e da democracia, do estado de direito e do processo democrático. Reiteraram, ainda, o pedido de investigação das circunstâncias que levaram à renúncia do Presidente Aristide e declararam que o Haiti continuava sendo um membro da CARICOM, embora não fosse reconhecida a legitimidade do Governo de Transição. Tomaram nota das declarações do Governo de Transição sobre o “congelamento das relações com a Jamaica e com a CARICOM”, que se seguiram à concessão, pela Jamaica, de asilo temporário a Aristide, o que impediu a participação de Latortue na 15ª Cúpula Intersessional de Chefes de Governo da CARICOM.

Para facilitar os contatos com o Haiti e com a comunidade internacional, os Chefes de Governo decidiram: a) recriar o Grupo de Contato de Primeiros-Ministros da CARICOM sobre o Haiti; b) designar um Enviado Especial adjunto ao Grupo de Contato para representar os interesses da CARICOM em assuntos relacionados ao Haiti e facilitar os contatos do grupo com a comunidade internacional; e c) estabelecer uma Força-Tarefa para coordenar a assistência da CARICOM ao Haiti.

Embora se observem sinais de recomposição entre a CARICOM e o Haiti, não foi ainda normalizado o relacionamento entre seus membros e o Governo de Transição. Uma missão ministerial da CARICOM visitou o Haiti em julho de 2004 e um Enviado Especial foi designado para interagir com as autoridades haitianas. Realizou-se em Barbados, nos dias 24 e 25 de outubro de 2005, reunião dos Chanceleres da CARICOM para discutir a crise política do Haiti.

Em fevereiro de 2004, o Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU reuniu-se seis vezes, formal e informalmente, para debater a situação do Haiti. Em 18 de fevereiro, em declaração presidencial, o CSNU já expressava sua profunda preocupação com a crescente violência e deterioração da situação política e humanitária no país e pedia ao governo e à oposição que dialogassem e superassem suas diferenças de maneira pacífica e democrática, pela via constitucional. Em 25 de fevereiro, outra declaração presidencial lamentava a decisão da oposição haitiana de recusar o Plano de Ação da OEA e da CARICOM, insistindo que a aplicação do plano era a melhor oportunidade para resolver os problemas do Haiti.

A pedido do Governo da Jamaica, em nome da CARICOM, o Conselho celebrou sessão pública em 26 de fevereiro, na qual o Ministro de Relações e Comércio Exterior da Jamaica expressou sua esperança de que o CSNU autorizasse o envio de uma missão de manutenção da paz ao Haiti para ajudar a estabilizar a situação e a restabelecer a ordem.

No mesmo dia em que Aristide deixa o país e Boniface Alexandre toma posse como Presidente Haiti, o CSNU aprovou, em 29 de fevereiro, por unanimidade, a Resolução-1529 (2004), em que: a) sob o capítulo VII da Carta, autorizava o envio ao Haiti

de uma força multinacional interina por um período máximo de três meses; b) declarava sua disposição de criar uma força de estabilização e acompanhamento das Nações Unidas; c) pedia ao Secretário-Geral das Nações Unidas – SGNU a apresentação de recomendações ao Conselho acerca do tamanho, da estrutura e do mandato dessa força; e d) acolhia a nomeação de um Assessor Especial do SGNU para o Haiti e pedia a este a elaboração de programa de ação para que as Nações Unidas respaldassem o processo político-constitucional e apoiassem as atividades de assistência humanitária e econômica.

Em 11 de março de 2004, missão multidisciplinar de avaliação enviada pelas Nações Unidas chegou a Porto Príncipe. A partir dos resultados da missão, liderada por Hocine Medili e conduzida sob os auspícios do Enviado Especial do Secretário-Geral para o Haiti, John Reginald Dumas, foram transmitidas informações ao CSNU pelo Secretário-Geral Assistente, Danilo Türk, em 23 de março de 2005 e, em 30 de março, o Conselho ouviu de Dumas relato sobre a futura missão das Nações Unidas no Haiti.

Em 19 de abril, foi divulgado o relatório do SGNU sobre o Haiti, o qual recomendou o estabelecimento de “operação multidimensional de estabilização”, denominada Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti – MINUSTAH composta de forças militares com efetivo de 6.700 homens, além de 1.622 policiais civis e número a ser definido de pessoal internacional e local.

A Força Multinacional Interina – MIF foi composta por cerca de 3.400 militares, dos quais 1.800 dos Estados Unidos, 800 franceses, 460 canadenses e 340 chilenos. Contribuiu, em conjunto com a polícia haitiana, para a preservação da ordem pública, a contenção da atividade dos grupos armados e a segurança de prédios governamentais. Em 11 de março de 2004, os principais portos e aeroportos estavam novamente operacionais.

Foram reinstaladas no país as representações das ONU e da OEA, que retomaram suas atividades políticas e projetos na medida do possível, dada a situação ainda instável do país.



No dia 25 de junho, a MIF transferiu a responsabilidade pela estabilização do Haiti à MINUSTAH e retirou-se do país. Alguns dos seus efetivos, tropas canadenses e chilenas, passaram pelo processo conhecido no jargão da ONU como “rehatting” e envergaram durante a solenidade os conhecidos capacetes azuis de força de paz da ONU, integrando-se imediatamente aos efetivos da MINUSTAH.

Para que sejam resolvidos os problemas que têm levado à instabilidade, será necessário alcançar progressos sociais capazes de dar à cidadania o sentimento de suas responsabilidades e a percepção de que a presença internacional tem efeitos positivos. Com essa visão, realizou-se em Washington, em julho último, Conferência de Doadores para o Haiti, em que foi aprovado amplo programa de recuperação. A reunião ultrapassou seus objetivos iniciais, ao atingir a soma \$ 1,085 bilhão de dólares, grande parte da qual estará disponível a título de empréstimos. Pela primeira vez, um plano de assistência internacional abrangente e complexo foi definido em curto prazo, sob a liderança e segundo as prioridades do governo do país, apesar de sua precariedade. Realizou-se em Porto Príncipe, em 22 e 23 de setembro de 2004, reunião de seguimento da Conferência de Doadores.

Os representantes brasileiros têm trabalhado em favor de uma ação conjunta do sistema das Nações Unidas, da comunidade internacional e das instituições financeiras internacionais, na promoção do desenvolvimento e com vistas à pronta liberação dos recursos prometidos.

### **Relações com o Brasil**

*“La nouvelle donne politique née à la faveur des événements de février 2004 en Haïti, qui ont vu le Brésil accepter la proposition des Nations Unies de prendre le commandement de la partie militaire de la mission de stabilisation (MINUSTAH), a modifier de façon dramatique et spectaculaire les relations bilatérales entre les deux pays.”<sup>ii</sup>*

Brasil e Haiti mantêm relações diplomáticas desde 1928, quando foram abertas legações recíprocas, chefiadas por um Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário. Em 1954, foi elevado o nível de representação para Embaixada. Desde então o relacionamento nunca foi interrompido, mesmo durante o Governo de Raoul Cédras – 1991-1994, quando a maioria dos países que mantêm embaixada residente em Porto

Príncipe fechou suas representações, o Brasil manteve sua Missão em funcionamento, chefiada por um Encarregado de Negócios, a.i.

As relações entre o Brasil e o Haiti foram tradicionalmente, embora cordiais, distantes. Isso se explica, entre outros, por fatores históricos – voltado, primeiro, para a Europa e, depois, para os EUA, o Brasil pouca atenção dedicou ao Caribe. Isso não impediu que surgisse, no Haiti, uma enorme simpatia pelo Brasil, ligada especialmente ao futebol. Está presente no inconsciente coletivo da nação haitiana um sentimento de fraternidade com o Brasil. O haitiano olha para o Brasil como quem olha para um irmão maior, principalmente dadas as raízes comuns africanas de suas populações. E, tendo em conta o grau de desenvolvimento relativo do Brasil, está muito presente no Haiti a idéia de que “se o irmão maior deu certo, nós também podemos conseguir...”. Politicamente, contudo, o relacionamento bilateral sempre foi muito rarefeito, até o momento em que foi anunciada a decisão brasileira de participar com contingente expressivo e assumir o comando da vertente militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti – MINUSTAH. Em decorrência dessa decisão, houve imediato adensamento das relações.

Não obstante críticas veiculadas pela imprensa, segundo as quais o engajamento do Brasil na MINUSTAH visava unicamente a eventual conquista de uma vaga como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU, o Governo brasileiro mostra estar decidido a apresentar à comunidade internacional um novo tipo de operação de paz, muito mais voltado para a recuperação das instituições haitianas, para o desenvolvimento sustentado e para retirar a população haitiana de sua condição de miséria absoluta. Mesmo correndo o risco de prejudicar seu apoio popular, soube também o Governo brasileiro resistir à pressão de um sem número de grupos que formularam petições e abaixo-assinados contrários à participação brasileira na MINUSTAH.

Desde logo, é importante sublinhar que uma presença mais marcante e atuante da diplomacia brasileira no Caribe passa, necessariamente, por uma participação pró-ativa do Brasil na busca de uma solução negociada para a crise haitiana. A maior presença do Brasil nesta importante região tem sido advogada formalmente por representantes de Barbados, Jamaica, Trinidad e Tobago, Bahamas, República Dominicana e da CARICOM.

Do ponto de vista bilateral, o Brasil pode contribuir significativamente na busca de uma solução para a crise, especialmente participando das eleições gerais que terão lugar em novembro e dezembro de 2005, ponto crucial das providências para reconduzir a situação política à normalidade por meio da restauração da representação democrática no país.

A despeito das críticas que os eventos de 29 de fevereiro de 2004 despertaram na região, o sentimento geral é de que é necessário olhar para o futuro, já que o que se busca é ajudar o povo haitiano a retomar o caminho da paz, da democracia e do desenvolvimento. O Chanceler Julian Hunte, de Santa Lúcia, assinalou que a saída de Aristide era fato consumado com o qual “temos que lidar”. Doravante, a principal preocupação de todos os atores envolvidos deveria ser a de assegurar a proteção e segurança do povo haitiano.

No dia 18 de agosto de 2004, realizou-se em Porto Príncipe, Haiti, aquele que foi intitulado “Jogo pela Paz”. Com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em visita oficial ao país, a Seleção brasileira de futebol realizou partida amistosa com a seleção haitiana, no Estádio Sylvio Cator, com capacidade para cerca de quinze mil torcedores. A realização da partida foi considerada, no Haiti, como projeto de Estado, acompanhado pessoalmente pelo Primeiro-Ministro Gérard Latortue e deu ao Governo haitiano a oportunidade de revitalizar a área do Estádio, situado no centro de Porto Príncipe, reformar o Estádio Sylvio Cator, em desuso por quase um ano, e mobilizar a população do país.

A primeira visita de um Presidente brasileiro ao país e a realização da partida amistosa de futebol foram evento histórico que mereceu ampla cobertura da imprensa mundial e marcou indelevelmente o Haiti, de tal forma que o dia 18 de agosto passou a ser feriado nacional no país. Foi uma demonstração da seriedade e do empenho com que é encarado pelo Brasil o trabalho de recuperação e desenvolvimento do Haiti e selou um compromisso bilateral entre as duas nações.

O Governo brasileiro está identificando “nichos” para desenvolvimento de projetos bilaterais de cooperação em diversas áreas. Procura-se também mobilizar a comunidade doadora para a causa da reconstrução haitiana e envidam-se esforços, no

âmbito das Nações Unidas, pelo estabelecimento de estruturas institucionais que possam refletir um compromisso de longo prazo com o desenvolvimento e o crescimento econômico haitiano. O objetivo primordial desse esforço é evitar a recorrência da crise haitiana.

Reforçando ainda mais as relações bilaterais, foi aberto em 2004 um canal direto de comunicação entre os partidos políticos dos dois países. Nesse contexto, destacou-se a visita que os Senadores Eduardo Suplicy, Hélio Costa, Leomar Quintanilha e Maguito Vilela realizaram a Porto Príncipe no período de 16 a 19 de agosto de 2004, coincidindo com a visita oficial do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva àquele país e com a realização do Jogo pela Paz, no dia 18 de agosto.

Os Senadores relataram sua viagem em intervenções no Plenário do Senado Federal, onde foram unânimes em elogiar o trabalho que está sendo desenvolvido pelas Forças Armadas brasileiras que integram a MINUSTAH e ressaltaram a importância da presença brasileira no esforço de reconstrução do Haiti e no processo de normalização institucional do país.

O Senador Eduardo Suplicy, em nome dos demais integrantes da comitiva, relatou, durante jantar oferecido na residência da Embaixada do Brasil, que a experiência foi altamente enriquecedora e que, se dúvida houvesse quanto ao acerto da aprovação da participação brasileira na MINUSTAH, esta teria caído por terra ao verificar no terreno o afeto com que as tropas são recebidas pela população haitiana bem como as condições de vida enfrentadas pelas camadas menos favorecidas da população que anseiam por contar com apoio para a reconstrução de seu país.

### **Intercâmbio Comercial**

As exportações brasileiras para o Haiti, basicamente óleo de soja e carne e derivados em 2002 e 2003, foram compostas em mais de 40% no ano de 2004 por barras de ferro fundido. Os alimentos continuaram respondendo por cerca de 10% do total em 2004. As importações brasileiras, pouco significativas, são quase integralmente de óleo essencial de vetiver. Os dados constam do quadro a seguir, na Figura 4.

Figura 4 – Intercâmbio Comercial Brasil – Haiti

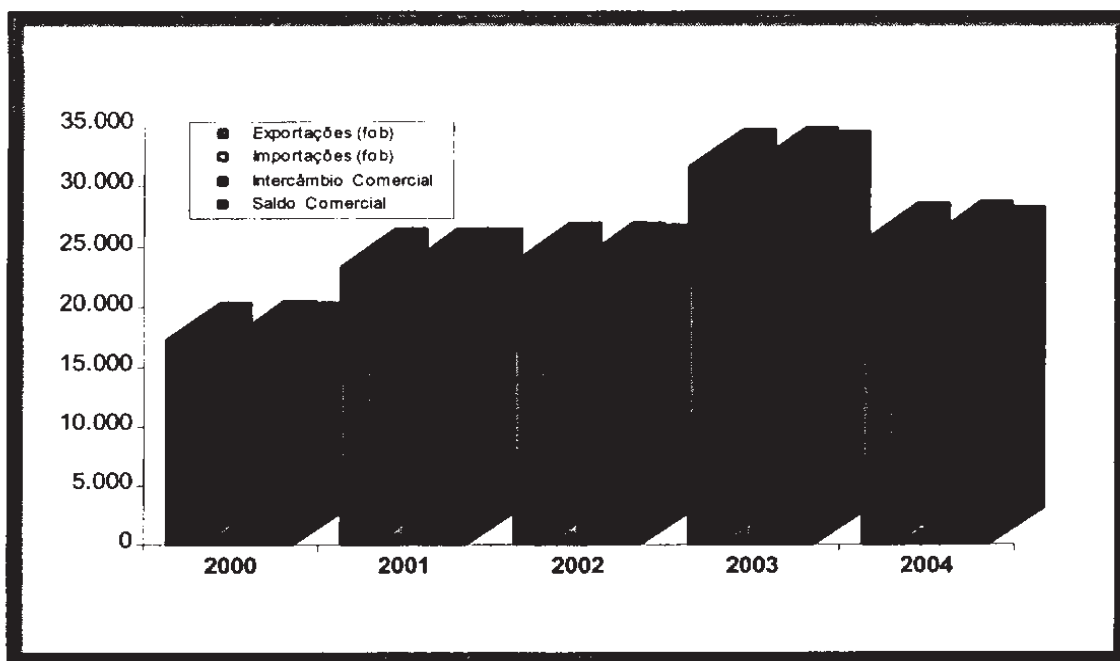
2000 - 2004

EXPORTAÇÕES (000 US\$ mil)	2000	2001	2002	2003	2004
Exportações (000)	17.262	23.357	23.761	31.595	25.351
Variação em relação ao ano anterior	89,3%	35,3%	1,7%	33,0%	-19,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para demais da América Latina <sup>(3)</sup>	7,5%	8,9%	7,1%	7,7%	5,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
IMPORTAÇÕES (000 US\$ mil)	46	8	35	156	175
Variação em relação ao ano anterior	91,7%	-82,6%	587,5%	183,6%	12,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras demais da América Latina <sup>(3)</sup>	0,3%	0,0%	0,4%	1,9%	0,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
INTERCÂMBIO COMERCIAL	17.308	23.365	23.816	31.751	25.526
Variação em relação ao ano anterior	89,3%	35,0%	1,9%	33,3%	-19,6%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-de demais da América Latina <sup>(3)</sup>	6,9%	8,2%	6,8%	7,6%	5,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Saldo Comercial	17.262	23.349	23.726	31.439	25.176
Elaboração: MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial.					
Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE.					
(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.					
(2) Dados preliminares.					
(3) Demais da América Latina: Definição da SECEX para o grupo de países: Haiti, Panamá e República Dominicana.					

Já o gráfico apresentado na Figura 5, abaixo, indica relativa regularidade no intercâmbio comercial, com destaque para o notável superávit em favor do Brasil.

Figura 5 – Evolução do Intercâmbio Comercial Brasil – Haiti

2000 – 2004 – Em Milhares de US\$



Elaboração: MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial.

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE.

### Acordos Bilaterais em Vigor

O quadro apresentado na Figura 6 apresenta um elenco dos acordos bilaterais em vigor entre a República Federativa do Brasil e a República do Haiti, onde se destacam o Memorando de Entendimento Esportivo entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e a Secretaria de Estado da Juventude, dos Esportes e da Educação Cívica do Haiti e o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, ambos assinados em 2004 com vistas a abrir as portas a uma intensificação da cooperação entre os dois países.

**Figura 6 – Acordos Bilaterais em Vigor entre o Brasil e o Haiti**

Convenção de Arbitramento	25/04/1910	21/11/1912
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Oficial em Malas Diplomáticas, por Via Comum	19/03/1951	19/03/1951
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Oficial em Malas Diplomáticas Especiais por Via Aérea	23/05/1951	23/05/1951



Nome	Assinatura	Entredita Vigor
Convênio de Intercâmbio Cultural	05/07/1966	05.05.1973
Protocolo de Intenções para o Desenvolvimento de Programas de Cooperação nas Áreas de Energia e Mineração	26/09/1983	26/09/1983
Acordo sobre a Criação da Comissão Mista Brasil-Haiti	14/09/1984	14/09/1984
Memorando de Entendimento Esportivo entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e a Secretaria de Estado da Juventude, dos Esportes e da Educação Cívica do Haiti	18/08/2004	18/08/2004
Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica	15/10/1982	03/11/2004

### A Presença do Brasil na MINUSTAH

*“No meu ponto de vista, não temos o direito de errar, de experimentar, de ‘ver no que vai dar’, porque poderemos estar atentando contra os interesses maiores do nosso Estado”.*<sup>iii</sup>

A disposição do Brasil de assumir a liderança da Força de Estabilização, exercendo papel único em razão de sua capacidade de diálogo com os países da região, insere-se em um quadro mais amplo de projeção do país no continente e na arena internacional e de uma política externa mais assertiva, que não pode abster-se de participar das grandes discussões internacionais, seja na área econômico-comercial e do desenvolvimento, seja no campo da paz e da segurança internacionais. Resultará em reforço considerável do prestígio do País, de forma compatível com as aspirações brasileiras de desempenhar papel de relevo nas grandes questões internacionais e de ocupar assento permanente no CSNU.

Uma operação de paz das Nações Unidas, como a MINUSTAH, não visa à imposição de uma fórmula política pela força, mas sim a contribuir para a consolidação de um processo de diálogo político com respeito à soberania, evitando a eclosão de novos confrontos e maior número de mortos. A participação do Brasil na reconstrução das instituições democráticas no Haiti se dá em consonância com a Carta Democrática Interamericana, que afirma ser a democracia “essencial para o desenvolvimento social,

político e econômico dos povos das Américas”. Essa disposição brasileira se materializaria em conformidade com as necessidades manifestadas pelas autoridades haitianas e com a colaboração dos países do Caribe, tendo em conta ser essencial o pleno engajamento da região vizinha nos esforços de reconstrução do Haiti. Trata-se, portanto, de esforço concertado com os membros da CARICOM, que têm tido atuação central nos esforços políticos de solução pacífica, duradoura e respeitadora do Direito Internacional para a crise haitiana.

Na maior operação militar fora de suas fronteiras desde sua participação na II Guerra Mundial, o Brasil está presente no Haiti com contingente de 1.197 homens de suas Forças Armadas, que integram a Brigada Haiti e o General Augusto Heleno Pereira Ribeiro comanda a força militar da MINUSTAH. Diversos países da América do Sul mostraram interesse em coordenar-se com o Brasil e contribuir com tropas para a Missão da ONU (Argentina, Uruguai, Paraguai, Uruguai, Chile, e Peru).

Complementando a atuação militar, o Brasil está empenhado em contribuir expressivamente na área civil da operação. Na semana de 23 a 28 de agosto de 2004, ampla missão multidisciplinar brasileira, liderada pela Agência Brasileira de Cooperação e englobando inúmeros representantes do Executivo e do Judiciário, visitou o Haiti, onde se reuniu com autoridades do Governo de transição para identificar áreas nas quais poderia ser estreitada a cooperação entre os dois países. Buscou-se, por meio dessa cooperação, apoiar o Governo de Transição na recuperação de estradas vicinais, no desenvolvimento de tecnologias agrícolas, nas áreas de saúde pública (treinamento de multiplicadores e vacinação em massa), treinamento de magistrados e criação de cartórios, aperfeiçoamento da educação, entre outras atividades. No dia 15 de setembro de 2004, no âmbito da cooperação técnica bilateral, chegou ao Haiti, em vôo da Força Aérea Brasileira, uma usina modelo de beneficiamento de castanhas de caju, doada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA ao povo haitiano.

Em dezembro de 2004, foram assinados acordos com o Banco Mundial que prevêem a destinação de recursos daquela instituição para financiamento de programas de coleta de lixo e distribuição de merenda escolar a serem viabilizados mediante cooperação técnica do Governo brasileiro.

Registram-se diferentes ênfases entre o Secretariado, notadamente o Department of Peace Keeping Operations – DPKO<sup>iv</sup>, e o Governo brasileiro quanto à questão do binômio segurança/desenvolvimento. Não se pode cogitar ser possível garantir inteiramente a segurança do Haiti para só então iniciar ações de desenvolvimento social e econômico. Tais ações devem ser lançadas em paralelo com as de estabilização militar, por arriscada e incômoda que seja esta tática. A MINUSTAH, como um todo, deve estar capacitada a abordar ambos os problemas simultaneamente para que se possam obter condições básicas de segurança sustentável do Haiti.

Em resumo, o Brasil, com sua atuação no Haiti, se propõe demonstrar ao mundo que há uma outra maneira de conduzir uma missão de paz: com menor número de pontos de controle, presença menos ostensiva de tanques-de-guerra, participação militar no desenvolvimento comunitário, com países do sul ajudando uma nação irmã em necessidade para construir uma América melhor. Tal espírito está muito bem retratado nas palavras do Presidente da República abaixo transcritas:

“Nossa solidariedade regional está sendo testada na grave crise por que passa o Haiti. Com espírito de solidariedade, o Brasil e outros países de nossa região têm oferecido apoio à missão da ONU nessa nação irmã.

A estabilização e a reconciliação são tarefas complexas, como a própria história do Haiti tem nos ensinado.

A preocupação exclusiva com a manutenção da ordem não será suficiente para sustentar a democracia. Isso já foi tentado anos atrás, sem êxito e sem benefício concreto para a população haitiana.

É preciso que a comunidade internacional se mobilize para atender as necessidades prementes do povo haitiano.

Devemos contribuir para a paz e o fortalecimento da democracia, mas também colaborar com soluções eficazes para a reconstrução do país, com resultados palpáveis para a população. O restabelecimento da dignidade do povo haitiano só será possível se for centrado num genuíno esforço de cooperação que cabe a todos nós.

A ação internacional contra a fome e a pobreza representa apoio decisivo aos esforços que os mais pobres entre nós vêm fazendo para enfrentar esses desafios.

Em setembro último, em Nova Iorque, lançamos um movimento para buscar soluções inovadoras e realistas a fim de ampliar o apoio da comunidade internacional a essas causas. Mais de 60 Chefes de Estado e

de Governo presentes endossaram esse chamamento. Mais de 130 países o apoiaram.

Vamos continuar dialogando com o objetivo de elaborar propostas que se traduzam em novo patamar de cooperação internacional, mais vigoroso e solidário, para combater as mazelas da fome e da pobreza. Façamos do Haiti um exemplo de nossa disposição”.<sup>v</sup>

<sup>i</sup> Agência Central de Inteligência.

<sup>ii</sup> “O novo fato político nascido em decorrência dos acontecimentos de fevereiro de 2004 no Haiti, que viram o Brasil aceitar a proposta das Nações Unidas de assumir o comando da vertente militar da missão de estabilização (MINUSTAH), modificou de forma dramática e espetacular as relações bilaterais entre os dois países”. Ministro Madsen Cherubim, Encarregado de Negócios, a.i., da Embaixada do Haiti em Brasília. (tradução livre)

<sup>iii</sup> Palavras do Coronel Luiz Felipe Kramer Carbonell, que chefiou a seção de comunicação social do primeiro contingente da Brigada Haiti, que atuou naquele país de junho a dezembro de 2004.

<sup>iv</sup> Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas.

<sup>v</sup> Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no ato inaugural da 18ª Cúpula Presidencial do Grupo do Rio. Rio de Janeiro. 4 de novembro de 2004.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 104/2005

Brasília, 9 de março de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Senhor Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), como titular, em substituição ao Senhor Deputado José Múcio Monteiro (PTB-PE), para integrar a Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 237, de 28 de janeiro de 2005, que “autoriza a União a prestar auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País, e dá outras providências”.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e elevada consideração. \_ Deputado **José Mucio Monteiro**, Líder do PTB.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será feita a substituição solicitada.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao eminente Senador Alvaro Dias por dez minutos.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o

seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é sempre oportuno lembrar que o dinamismo da agroindústria, em 2004, refletiu a influência positiva da maior safra agrícola de alguns produtos, o que aumentou a disponibilidade de matéria-prima para processamento na atividade industrial.

Portanto, é inegável que o crescimento alcançado no ano passado se deve essencialmente ao notável desempenho do agronegócio no País, cuja contribuição nas exportações brasileiras tem um significado importante na obtenção do crescimento. Obviamente, crescimento alavancado pelo bom momento da economia mundial e que ocorreu apesar de a política econômica adotada no nosso País trabalhar contra o processo de desenvolvimento que se deseja.

Esse diagnóstico sobre a importância da produção agrícola no ano passado é do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Agora, Sr. Presidente, há uma preocupação resultante da realidade climática brasileira. São conhecidas, já, as enormes perdas financeiras provocadas pela estiagem no Paraná, não somente lá, mas quero fazer referência ao meu Estado, que também sofre o abalo provocado pela estiagem.

Os prejuízos devem ultrapassar, no meu Estado, mais de R\$1,1 bilhão. As regiões mais atingidas pela falta de chuva regular e que estão registrando

os maiores prejuízos com a soja são as de Cascavel, com perdas de 13,2%; Campo Mourão, com 22,23%; Francisco Beltrão, com 45%; Toledo, com 16,4%, e Jacarezinho, com 12,7%.

As conseqüências advindas do quatro de estiagem no Paraná não se refletem apenas na economia local, mas se projetam na economia do País.

Todos conhecemos a importância do meu Estado, no que diz respeito à produção agrícola, para o desempenho da economia nacional. A queda na cotação das *commodities* no mercado internacional, conjugada à desvalorização do câmbio e ao aumento dos preços dos insumos agropecuários, agravada pela estiagem, compromete seriamente a renda agrícola, em 2005.

Certamente, teremos que discutir aqui, num futuro próximo, medidas pleiteadas pelo mundo agrícola brasileiro quanto às finanças, empréstimos junto ao Banco do Brasil, rolagem de dívida, securitização de dívida agrícola, etc. São temas recorrentes e não escaparemos, certamente, desse debate mais uma vez.

A elevação dos preços dos insumos aumentou significativamente os custos de produção das lavouras: 17% no milho, 15,5% na soja e 12% no trigo. Quanto ao trigo, há uma concorrência desigual, pois os subsídios concedidos na Argentina conferem aos produtores brasileiros uma situação de desvantagem. E mais: o Governo do nosso País não paga nem mesmo o preço mínimo instituído.

Creio, talvez, que seja necessário fixar em lei, como imposição, a obrigatoriedade de o Governo garantir o pagamento do preço mínimo instituído. Na verdade, trata-se de enganar o produtor, na medida em que ele planta acreditando no preço anunciado pelo Governo e, no momento de vender, esse preço não é real, pois o Governo não determina o cumprimento do preço mínimo instituído.

Eu gostaria de manifestar apoio às seguintes medidas, que são propostas da agricultura do meu Estado:

- 1 – Financiamentos de investimentos – prorrogar os vencimentos das parcelas de investimentos, vencidos e vincendas em 2005 e 2006, para dois anos subseqüentes aos vencimentos finais dos contratos;
- 1.2 – Financiamentos de custeio – pagamento de 20% do custeio de 2005 e prorrogação do remanescente de 80%, acrescido do saldo remanescente de 2004, para ser parcelado em quatro vezes nos anos seguintes;
- 1.3 – Preço mínimo de garantia – atualizar os preços mínimos, adequando-os à realidade do custo de produção, mediante a realização de Aquisição do Governo Federal (AGF);

Não basta adequar-se aos preços mínimos de garantia, é preciso respeitar esses preços, impondo o seu cumprimento rigorosamente. Na verdade, os produtores de trigo estão em gestão porque o preço mínimo instituído – eu repito – não está sendo pago. O Governo não assegura o pagamento do preço mínimo de garantia.

- 1.4 – Recursos para sustentação e garantia de preços – alocar no orçamento das operações oficiais de crédito o montante de R\$2,4 bilhões para a garantia de preços e suporte à comercialização agropecuária, mediante o lançamento de contratos de opções, Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) e remoção dos estoques oficiais de milho para a Região Nordeste e Estado do Amazonas, para atender a venda de balcão aos pequenos e médios produtores de aves, suínos e piscicultores;
- 1.5 – Seguro rural – alocar recursos suficientes para subvenção ao prêmio do seguro rural para atender a todas as regiões produtoras e os produtos agropecuários.

O Governo não pode colocar obstáculos à trajetória de prosperidade do agronegócio brasileiro.

As demissões no setor de máquinas agrícolas é um termômetro da situação do setor rural. Mais de 4 mil pessoas do setor – que emprega 44 mil pessoas em todo o País – foram demitidas desde dezembro. Os cortes ocorreram na CNH – dona das marcas Case e New Holland -, AGCO (Massey Ferguson) e John Deere.

Portanto, já há esse reflexo de demissões no setor que emprega 44 mil pessoas no País. Repito que, de dezembro até esta data, 4 mil trabalhadores foram demitidos.

Na avaliação de analistas do setor, as demissões podem ser explicadas pela queda de máquinas agrícolas. No primeiro bimestre de 2005, as vendas de tratores, colheitadeiras, cultivadores e retroescavadeiras caíram 27,8% em relação ao mesmo período de 2004.

Se a situação no Paraná é dramática, imagine, Sr. Presidente Tião Viana, no Rio Grande do Sul, do Senador Pedro Simon e do Senador Paulo Paim, que vive um momento desesperador no campo em função da estiagem prolongada.

Em razão dessa queda, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores estima uma redução de 10% na venda de máquinas agrícolas em 2005, que deve totalizar 34 mil unidades.



**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex<sup>a</sup> dispõe de mais cinco minutos.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Creio que o Governo tem que agir com eficiência diante dessa situação.

O Ministro da Agricultura tem demonstrado competência, eficiência e capacidade de focalizar os problemas no momento em que estão ocorrendo. S. Ex<sup>a</sup>, devemos reconhecer, tem sido competente, daí lhe dirigimos esta mensagem de apelo, que precisa ecoar no Palácio do Planalto: a agricultura brasileira vive um momento de dramaticidade incomum, por isso consideramos insuportável a Medida Provisória 232, editada ao apagar das luzes do ano passado, impondo aos produtores do País uma contribuição num momento absolutamente desfavorável. Se a medida seria rechaçada em qualquer situação, é evidente que, numa hora como esta, rechaçar é pouco. É preciso repudiar com veemência essa iniciativa que revela a ausência de sensibilidade política no Governo Federal.

É evidente que essa medida não passaria por esta Casa do Congresso Nacional, imagino, porque todos sabemos da desvantagem do produtor brasileiro quando, ao plantar e colher, vende, exporta o seu produto e confronta-se com uma concorrência absolutamente desigual.

Enquanto na Europa, nos Estados Unidos e no Japão, os subsídios são da ordem de US\$1 bilhão por dia, o produtor brasileiro investe para produzir, com recursos próprios ou de financiamentos, sem o apoio governamental que obtêm os produtores das grandes nações do mundo. Mas não é apenas o subsídio. Há uma política de protecionismo, barreiras alfandegárias e não-alfandegárias, que estabelecem essa concorrência desigual. Certamente, não fosse esse cenário de injustiça na competição internacional, o produtor brasileiro seria mais rico. A produção nacional seria mais próspera. O Brasil desenvolveria econômica e socialmente muito mais.

Certamente, não é uma atitude inteligente das grandes nações, porque imagino não ser inteligente sufocar nações emergentes como o Brasil com uma política de egoísmo incompreensível. As nações ricas deveriam semear a prosperidade nas nações emergentes, porque, certamente, a consequência seria o benefício para o crescimento da economia mundial.

Enfim, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, cabe ao Governo adotar medidas prontamente para impedir

que esse processo de evolução da economia agrícola brasileira seja comprometido num momento de crise provocado pela estiagem prolongada e, naturalmente por outras razões, tais como preços das *commodities* que caem no exterior e desvalorização do dólar em relação ao real, que reduz o ganho do produtor nas exportações de seus produtos. Enfim, o Governo tem de adotar medidas que possam contemporizar essa situação e permitir que o produtor nacional supere as dificuldades momentâneas para continuar nesse processo de evolução da nossa agricultura, não só que diz respeito à maior produção, mas principalmente à maior produtividade, graças à competência e, sobretudo, à evolução tecnológica que estamos alcançando em nosso País.

*O Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 3º Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, por cessão do Senador Romeu Tuma, Senador Tião Viana.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até dez minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trago, pela segunda vez neste mês, a preocupação com a situação que os jornais estampam hoje, que é a decretação do estado de calamidade no Rio de Janeiro, em razão da saúde pública. Trata-se de situação gravíssima que ocorre e que aflige toda a população do Rio de Janeiro. Ali residem quase seis milhões de cidadãos e há uma disputa política entre a prefeitura do Rio de Janeiro e o Ministério da Saúde, e quem paga é a população, com sofrimento inexplicável diante disso.

De maneira muito clara, o Ministério da Saúde tem abordado o tema dentro de suas responsabilidades constitucionais, das normas técnicas que norteiam a avaliação, a discussão, o debate e as intervenções que devam ser feitas no setor de saúde.

O Sistema Único de Saúde, que é o melhor arcabouço de saúde pública da história e que se pode descrever em qualquer país da América Latina, é claro, desde o início dos anos 90, ao apontar as normas operacionais para o funcionamento. Previu situações em que etapas não fossem executadas corretamente pelos Municípios e em que responsabilidades do Estado



e da União não fossem cumpridas adequadamente. As instâncias são desde alerta, ponderações, avaliações conjuntas, pactuações e repactuações até decisões finais de intervenção, como a que está ocorrendo no Rio de Janeiro.

A instância superior à decisão tomada unilateralmente pelo Governo Federal é a chamada Comissão Tripartite, que vai legitimar a intervenção tomada pelo Governo Federal e pode propor uma pactuação saneadora para a situação no Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o que traz preocupação são afirmações como as que os jornais estampam hoje: a população sofrendo, sentindo-se abandonada dentro dos hospitais municipais do Rio de Janeiro, a falta de equipamentos e de medicamentos básicos e de socorro para as doenças mais graves.

O **Jornal do Brasil** mostra comentário do Prefeito César Maia, que diz::

Tenho problemas na coluna, mas essa noite eu dormi muito aliviado quando vi o que o Ministério da Saúde estava disposto a fazer a intervenção.

Essa é uma situação claramente preocupante, porque o tratamento dispensado à saúde pública jamais pode ser norteadado por esse tipo de comportamento.

Veio, então, a resposta do representante do Ministério da Saúde, Dr. Arthur Chioro, que estava visitando a cidade do Rio de Janeiro, na condição de mediador. Ele diz o seguinte, em relação ao Prefeito:

Ele não tem respeito e dignidade à vida humana. Duvido que tenha coragem de dizer isso nos olhos das pessoas que aguardam atendimento nas filas dos hospitais – desabafou.

Em seguida, vem uma constatação por parte da área técnica do Ministério da Saúde. O que está ocorrendo nos 28 hospitais que padecem com essa crise da saúde pública na cidade do Rio de Janeiro? O Hospital Souza Aguiar, por exemplo, é um hospital tradicional, secular e faz parte da vida do Rio de Janeiro, desde capital da República, no início do século XX. Informa ainda o **Jornal do Brasil** a respeito do hospital:

Ontem, por exemplo, o Hospital Souza Aguiar não tinha ortopedistas. Dos 15 clínicos que deveriam estar de plantão apenas três foram encontrados. A previsão é de que

hoje as cirurgias sejam interrompidas pela falta de anestesistas na principal emergência do Rio.

É uma situação dramática para a população do Rio de Janeiro. O Ministério da Saúde tinha de tomar uma medida dura e saneadora para essa situação e agiu corretamente ao declarar o estado de calamidade pública, já que as buscas de pactos não foram adequadamente compreendidas pela Prefeitura. O Prefeito assegurava que só com as verbas poderia resolver o problema da mediação entre Ministério da Saúde e Prefeitura do Rio de Janeiro, e o Ministério da Saúde entendia que suas obrigações estavam cumpridas.

Há uma situação de impasse intransponível. O Secretário Estadual de Saúde, Dr. Gilson Cantarino, afirma que o Estado está plenamente apto a pegar os recursos do repasse fundo a fundo da gestão plena do sistema para o Município do Rio de Janeiro e, na condição de gestor estadual, substituir a Prefeitura e garantir o atendimento básico adequado às populações daquele Município.

Portanto, uma situação de crise efetivamente se instalou na Prefeitura do Rio de Janeiro. O Prefeito traz seus argumentos de financiamento para o setor e é justo que se comparem alguns itens, como fiz na semana passada.

Veja um exemplo, Sr. Presidente: no Estado do Rio de Janeiro, a União, por meio do Governo Federal, gasta por habitante ao ano R\$231,93; o Estado, R\$56,88, e o Município, R\$105,12. No Piauí, nosso Estado-irmão – para não dizer que há perseguição de ordem política quanto ao financiamento –, a União gasta R\$124,77 por habitante ao ano. Nesse Estado, a gestão é do Partido dos Trabalhadores, é bom que se diga. É claro que o Estado e os Municípios gastam outros valores.

Em relação ao Rio de Janeiro, vale a comparação. Enquanto, no Piauí, o Governo Federal financia R\$124,77 por habitante ao ano, no Rio de Janeiro, gasta R\$231,93, Senador Ramez Tebet. Assim, não há argumento para a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro se dizer discriminada pelo Ministério da Saúde. Pode argumentar que seus serviços são caros e envolvem mais despesas, que é preciso haver maior parceria, mas jamais poderia tentar romper unilateralmente, porque quem está pagando é a população.

Os jornais apontam, no hospital Souza Aguiar, a ausência de médicos anestesiologistas no dia de hoje. Ontem, de quinze plantonistas clínicos, só havia três, e não havia nenhum ortopedista nesse hospital que é secular.

Uma briga política não pode trazer danos à população – esse é o meu entendimento. Considero que o Ministério não tinha outra prerrogativa, a não ser declarar o estado de calamidade pública e tentar intervir. Ele tem o apoio e a consciência do Governo do Estado, que pode assumir as responsabilidades imediatas, e o Município ficará, nesta fase, apenas com a atenção básica.

Mas não queremos essa crise: queremos solução. A crise política tem que redundar em uma solução imediata. Espero que o Prefeito, em vez de um ato de satisfação, opte por sentar-se à mesa para dialogar nas instâncias devidas, a fim de encontrar um caminho.

Ouçõ o nobre Senador Ramez Tebet.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Senador Tião Viana, quando V. Ex<sup>a</sup> diz “esse é o meu entendimento”, permito-me ler seu íntimo, embora isso seja uma audácia. Mas o que V. Ex<sup>a</sup> está passando da tribuna é sua indignação e não seu entendimento. Realmente, causa-nos indignação saber que nem uma causa tão relevante como esta, a saúde da população, une os homens públicos. Como isso é possível? Vemos crianças morrendo de fome, doentes nos corredores dos hospitais, hospitais tradicionais sem remédios. E isso não une os homens públicos? E isso causa polêmica entre administradores municipais, estaduais, federais? Será que, nem nesse momento, não há um instante de união em favor do povo, da sociedade brasileira? Isso leva à descrença generalizada. Faz bem V. Ex<sup>a</sup> em ocupar a tribuna e pedir que haja entendimento e compreensão. V. Ex<sup>a</sup> aponta números, gastos da União, dos Estados e dos Municípios. Isso é o que foi liberado, é o que há para gastar, vamos admitir, mas resta outra pergunta: foram gastos realmente? Esse é o problema. No meio de uma – desculpe-me a expressão – confusão dessa, em que só a população está sofrendo, em que só ela está sendo punida, é justo admitirmos tudo. Positivamente, não é possível continuar esse estado de coisas. V. Ex<sup>a</sup> fez referência ao Rio de Janeiro. Participei ontem de uma reunião na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, onde analisamos a morte de crianças subnutridas em aldeias indígenas. Ficou

constatado e comprovado que se gasta muito mais em passagens, diárias e viagens do que em remédios e comidas, para atender a população indígena. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Senador Ramez Tebet, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte, que enriquece meu pronunciamento. V. Ex<sup>a</sup> transmite solidariedade às populações do Rio de Janeiro e do Mato Grosso do Sul, aos irmãos índios que padecem um sofrimento, explícito nos jornais, na grande imprensa, que divulga a mortalidade infantil no Mato Grosso do Sul.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, chama-me a atenção a história do Rio de Janeiro. Há 28 hospitais naquela cidade, para servir a população, além dos hospitais federais, da rede básica e da rede estadual.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, creio que terei direito a uma prorrogação de alguns segundos.

Quando se considera a história da saúde pública no Brasil, rememora-se a história de Oswaldo Cruz, de Carlos Chagas e de Sérgio Arouca, todos do Rio de Janeiro. Tantos nomes, tanta dedicação às causas científica, humanista e ética a favor de um modelo de saúde pública bom para este País!

O Rio de Janeiro, que deveria ser o exportador de um modelo de saúde pública para o Brasil, padece de uma agonia indescritível nos dias de hoje.

Então, a minha esperança é a de que haja, diante dessa crise, uma atenção revisada por parte do Prefeito Cesar Maia: que S. Ex<sup>a</sup> se coloque mais na condição de gestor municipal; que assuma mais a solidariedade com a população do Rio de Janeiro que sofre neste momento; que esqueça a disputa da eleição presidencial, que só vai ocorrer no próximo ano; e que haja uma solução mediada entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro, o Ministério da Saúde, e a Prefeitura do Rio de Janeiro, pensando-se na população, em primeiro lugar, e, depois, no direito e na liberdade que têm os políticos de apresentar divergências, levando prejuízo ou não à população.

#### **DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)*

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>11</b>	<b>Mar/05</b>	<b>Cidade</b>	<b>A</b>	<b>11-B/13</b>

Admitamos: fez-se muita coisa boa. Há neste governo ética e transparência mais do que em qualquer outro anterior. Nunca se viu tantas gangues de corruptos sendo desmanteladas. Os 26 milhões beneficiados pelo Boisa-Família passaram do inferno para o purgatório e se sentem como se estivessem no céu. Mas não são poucos que também dizem com certa vergonha: gostaria de receber um trabalho e não uma esmola. Na verdade, a assistência social significa apenas 5,5% do total dos gastos sociais, enquanto a maior fatia do PIB vai para os Bancos cujas burras estão espourando de dinheiro. O erro desta política social reside nisso: é so distributiva e nada redistributiva, quer dizer, não tira dos ricos e repassa aos pobres. Eles podem continuar acumulando sem ter que mudar nada em sua voracidade. E aplaudem felizes.

A mudança que esperávamos e merecíamos era um plano Marshall para o povo. Sim, só se enfrentaria a devastação que a miséria produz no povo em séculos de descaso mediante um corajoso plano Marshall econômico, social e cultural. O governo preferiu ser super-ortodoxo, escutar com devota atenção as lições dos faraós do FMI e do Banco Mundial a ter compaixão pelo clamor dos oprimidos de nosso Egito.

O PT está deixando de ser o instrumento da mudança. Ele prolonga os dominadores de antes, de forma pior porque usa os símbolos e a linguagem do Moisés libertador. Ele tem ainda tempo de mudar. Senão vamos chamar o padre com o óleo santo da extrema-unção. E sobre ele vamos cantar o *Dies irae*, *dies illuda* velha liturgia fúnebre da antiga Igreja.

## Decretada calamidade pública na saúde

Ministério determina que, a partir de hoje, hospitais federais recebam pacientes que estejam na fila de atendimento da rede

**MARCO ANTÔNIO MARTINS**

A crise no sistema de saúde pública do município do Rio levou o Ministério da Saúde a decretar estado de calamidade pública na rede hospitalar da cidade. O processo de retirada da gestão das mãos do Executivo municipal ainda prevê a escolha de um coordenador para administrar cinco unidades, entre elas, duas municipais: o Souza Aguiar, no Centro, e o Miguel Couto, no Leblon. Além disso, a partir de hoje, sete unidades federais passam a mudar a sua rotina diária para receber pacientes que estejam na fila de atendimento na rede pública.

Isso implica, por exemplo, que pacientes com câncer do município poderiam receber atendimento no Instituto Nacional do Câncer (Inca). Também fazem parte desse projeto o Instituto de Traumatologia, os hospitais Fernandes Figueira, Geral de Bonsucesso, dos Servidores, de Cardiologia e Clementino Fraga Filho. Cada um apenas para suas especialidades.

– É preciso ter um tempo, a partir de amanhã, para iniciarmos uma série de medidas nestas unidades. E assim, descobriremos a capacidade de resposta de cada um desses hospitais – afirmou Arthur Chioro, diretor do Departamento de Atenção Especializada do Ministério da Saúde.

**Secretário municipal quer manter a gestão da verba do SUS**

Chioro não descartou a possibilidade de contratação emergencial de pessoal ou o remanejamento de servidores. O diretor do Ministério da Saúde, que passou a tarde reunido com os diretores dos hospitais federais do Rio, acredita que em dois meses essa estratégia seja colocada em prática.

Junto com os hospitais Miguel Couto e Souza Aguiar, o coordenador do Ministério da Saúde também cuidará da administração dos hospitais Cardoso Fontes, do Andaraí, de Ipanema e da Lagoa. A desabilitação do sistema passa para as mãos do governo estadual, representado pelo secretário de Saúde, Gilson Cantarino, a gestão da rede municipal. A Prefeitura cuidará apenas da rede básica.

Em meio às negociações, o prefeito Cesar Maia estava em Brasília onde criticou mais uma vez o governo federal pelo caos que se instalou na rede municipal de saúde.

**Chioro: prefeitura quer construir novos hospitais**

de. Ele contou que a decisão do Ministério da Saúde, na véspera, de passar a gestão para o estado o deixou aliviado.

– Tenho problemas na coluna, mas essa noite eu dormi muito aliviado quando vi o que o Ministério da Saúde estava

disposto a fazer – comentou o prefeito.

A declaração irritou Arthur Chioro:

– Ele não tem respeito e dignidade à vida humana. Duvido que tenha coragem de dizer isso nos olhos das pessoas que aguardam atendimento nas filas de hospitais – desabafou.

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA
<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>11</b>	<b>Mar/05</b>	<b>Cidade</b>	<b>A</b>	<b>134</b>

Na sede da Secretaria Municipal de Saúde, o secretário Ronaldo Cezar Coelho disse que vai defender, junto à comissão tripartite, a manutenção da prefeitura como gestora das verbas do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo ele, o município sempre fez uma gestão responsável dos repasses, pagando aos prestadores de serviços, com dívidas apenas com os fornecedores. Ronaldo disse ainda que nos outros dois casos em que houve ruptura da gestão plena, em São Paulo e Cabo Frio, os municípios estavam sem pagar às clínicas, o que não acontece com o Rio. A comissão tripartite se reúne na próxima quinta-feira em Brasília para definir a desabilitação da gestão plena do município.

Quanto às críticas de Chioro sobre a intenção de a prefeitura construir novos hospitais em vez de resolver os problemas na rede, Ronaldo rebateu:

– Ele é um rapaz muito jovem, paulista, que não conhece o Rio e certamente não conhece Acari (onde a prefeitura está construindo um hospital). Acha que só tem que investir na Zona Sul mas nós acreditamos que isso tem que ser feito em toda a Região Metropolitana.

E completou:

– Se houver a interrupção na gestão plena, o governo se tornará o cozeiro do SUS. Acho isto uma irresponsabilidade que vai prejudicar o povo.

Com Florença Mazza

## Estado quer administrar verba do SUS

O secretário estadual de Saúde, Gilson Cantarino, garantiu aos representantes do governo federal que o estado tem condições de administrar o sistema municipal de saúde. Com isso, o governo do Estado do Rio irá gerir o dinheiro enviado pelo Ministério da Saúde para as 28 unidades do município. É algo em torno de R\$ 144 milhões. A destinação dessa verba levantou a desconfiança sobre a possibilidade desse dinheiro não ser realmente investido na saúde, mas em programas sociais como aconteceu durante os dois últimos anos, de acordo com deputados da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) e de promotores do Ministério Público estadual.

– Haverá representantes do ministério acompanhando toda a gestão feita pelo estado. O secretário Gilson Cantarino foi enfático ao afirmar que aplicaria os recursos para o bem da cidade do Rio. Acho que essa é a oportunidade

da secretaria estadual de se afirmar como gestora do sistema – afirmou Arthur Chioro.

De acordo com o processo de desabilitação, o governo estadual passa a gerir as verbas vindas do governo federal, mas a prefeitura se mantém responsável pela rede básica. Além de arcar com o pagamento dos salários dos médicos. Todo esse processo foi acelerado com a reunião da comissão bipartite, formada por representantes dos governos municipal e estadual, marcada para a próxima segunda ou terça-feira.

Decidida pela desabilitação, o assunto será levado para o encontro da tripartite, com integrantes do governo federal, para a reunião de quinta-feira, que definirá a passagem da gestão para as mãos do governo estadual. De acordo com Arthur Chioro, todo o processo foi acelerado pelo Ministério da Saúde para atacar o problema de forma mais rápida. Ontem, por exemplo, o Hospital Souza Aguiar não tinha ortopedistas. Dos 15 clínicos que deveriam estar de plantão apenas três foram encontrados. A previsão é de que hoje as cirurgias sejam interrompidas pela falta de anestesiologistas na principal emergência do Rio.

A gerência compartilhada entre os governos estadual e federal da rede hospitalar do município do Rio preocupa pela discordância existente entre as duas esferas na área de saúde. Uma série de programas similares – como os atendimentos emergenciais na área do estado e da União, por exemplo, o 192 lançado pelo estado e o SAMU, na área federal levanta a dúvida sobre se haverá resultados positivos nessa união.

– O estado será o gestor, mas é bom lembrar que o Ministério da Saúde não irá abandonar a rede municipal. Além disso, iniciaremos um trabalho que será direcionado para a identificação dos problemas já relatados pela Vigilância Sanitária e por outros órgãos da área de saúde – contou Chioro, garantindo que serão definidas prioridades para todo o sistema público do Rio e que o ministério busca alternativas para reabilitar toda a rede municipal.

Idealizadora da desabilitação, ainda em fevereiro, a deputada Jandira Feghali não acredita em desvio do dinheiro do SUS e observa vantagens na gestão do estado e da União na saúde municipal.

– Essa medida trará resultados positivos aos hospitais públicos do Rio. Agora, isso resolve a situação? Claro que não, mas é uma saída emergencial para a saúde do município – comentou.

O deputado estadual Paulo Pinheiro, presidente da Comissão de Saúde da Alerj, teme pelo desvio de verba da saúde para outras áreas, mas lembra que o dinheiro do SUS vem rubricado com especificação para hospitais.

– Sempre existe a possibilidade do dinheiro ser enviado para a área social. Agora, tudo isso depende do espírito público do administrador. É preciso empenho e trabalho para contornar essa situação – avaliou o deputado estadual.



**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência registra, com satisfação, a presença do Vice-Prefeito de Cascavel, Vander Piaia, que acompanha os trabalhos do Senado Federal, nesta manhã. O Dr. Vander veio representar o Prefeito Lísias Tomé na Marcha a Brasília.

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até dez minutos, com prorrogação de mais cinco minutos, se desejar.

**O SR. RAMEZTEBET** (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, V. Ex<sup>a</sup> se referiu ao Vice-Prefeito de Cascavel, que se encontra aqui presente e que esteve na 8<sup>a</sup> Marcha dos Prefeitos em direção a Brasília. Eu o saúdo.

A minha presença nesta tribuna tem a finalidade de registrar essa mobilização que os Prefeitos brasileiros de milhares de Municípios fizeram, batendo à nossa porta, procurando-nos, a fim de expor seus problemas e demandas.

Todos sabemos a importância dos Municípios. Todos sabemos que é lá que tudo acontece. Todos sabemos que eles constituem o núcleo da cidadania em qualquer sociedade, porque lá estão as necessidades mais prementes da população. Todos sabemos que o Brasil real, o Brasil verdadeiro é o composto de 5.160 Municípios.

Foi bom observarmos a Marcha dos Prefeitos. Foi bom ver o exercício da cidadania, como os Prefeitos brasileiros, como nossos dirigentes estão cada vez mais capacitados, conscientes de suas responsabilidades, lutando em defesa dos interesses dos Municípios e, portanto, das populações que representam. Não foi uma marcha que merece ser ressaltada pelo número de Prefeitos que compareceram, mas aplaudida pela forma como foi feita, pelos debates travados com os Municípios, por meio da sua Confederação, mostrando ao Governo Federal, ao Senado da República, ao Congresso Nacional as verdadeiras necessidades dos Municípios, a preocupação que eles têm em resolver os problemas que afligem seus municípios. E não vieram aqui de pires na mão, mas trazendo dados demonstrativos. Vieram cobrar promessa que não foi cumprida, como o aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios, que está no bojo da reforma tributária e que eles querem que seja aprovada de forma imediata – o que também gostaríamos – o que ajudaria muito os Municípios brasileiros.

Folgo, por isso, Sr. Presidente, porque acredito no exercício da cidadania. Vejo quanto temos evoluído e quanto temos progredido nessa luta que se trava. É verdade que, a partir da Constituição de 1988, os Municípios foram alçados a um patamar maior do que o

que eles tinham anteriormente, mas é verdade que o que eles ganharam até agora é muito pouco para suprir as grandes necessidades que têm. Basta salientar que, nos Municípios com até 5 mil habitantes, o Fundo de Participação dos Municípios responde por 57,3% das receitas disponíveis das prefeituras; já nos Municípios médios, com população entre 100 e 500 mil habitantes, 43% das receitas provêm do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços; portanto, também provêm de transferência e dessa vez dos Estados para os Municípios.

Embora a Constituição, volto a repetir – e todos sabemos –, assegure autonomia aos Municípios, especialmente no aspecto tributário, temos ainda que caminhar bastante, Sr. Presidente. E essa Marcha dos Prefeitos deveria merecer, por parte do Governo Federal, por parte do Congresso Nacional, pelo menos o atendimento de uma das suas reivindicações: aumentar-se de 22,5% – que é hoje o que vai para os Municípios do Fundo de Participação dos Municípios – em 1%, subindo, então, de 22,5% para 23,5%. Mas, infelizmente, todas as autoridades, todos os Ministros e o próprio Presidente da República não acataram, não deram resposta a essa que foi a principal reivindicação da VIII Marcha dos Prefeitos à nossa Brasília.

Portanto, venho a esta tribuna saudar, Sr. Presidente, essa conscientização cada vez maior na vida pública nacional.

Conversei com prefeitos de vários Estados da Federação brasileira, e eles parecem não acreditar mais, Sr. Presidente. Alguns conseguiram audiências, foram aos Ministérios e voltaram inteiramente desiludidos. A resposta de quase todos os Ministros era uma só: “Mas vocês não viram, prefeitos, que houve um corte de R\$15 bilhões no Orçamento? Não sei se posso atender ou não”.

Alguns prefeitos me disseram que alguns Ministros foram muito francos e que afirmaram mesmo ser impossível atendê-los. Então, não existe sequer a certeza por parte dos prefeitos de que aquelas verbas alocadas pelos representantes do Congresso Nacional bastarão para atender àquelas mínimas necessidades dos Municípios, aquelas referentes à sua infra-estrutura básica, que os prefeitos querem fazer. Muitos tomaram posse agora, no dia 1<sup>o</sup> de janeiro, com alguns meses de mandato; outros foram reeleitos, mas todos querem realizar em favor das suas populações.

Como eu disse aos prefeitos, sei que todos queremos fazer, mas podem ter certeza que é impossível querer fazer tudo de uma vez. Portanto, é bom – eu disse a alguns deles – terem em mente aquele conselho dos sábios: “Transportai um punhado de terra todos os dias e fareis uma montanha”. Vamos carre-

gar aquilo que estamos podendo. É isso que o prefeito está fazendo: está carregando aquilo que ele pode. E carregar aquilo que ele pode significa o quê? Significa aplicar bem os recursos de que eles ainda dispõem, os poucos recursos em favor da população.

Ouvi, atentamente a fala, por exemplo, do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, em verdade, prefeito de um pequeno Município do Rio Grande do Sul, que disse claramente: “Trabalhei na minha administração com um ou dois secretários. Era essa a minha equipe de Governo, precisava fazer isso para sobrar dinheiro para atender às mínimas necessidades da população”.

Mas, Sr. Presidente, em meio a essas visitas ministeriais, fui ao Ministério dos Transportes. Caminhei preocupado para lá; eram cerca de vinte Prefeitos do Estado de São Paulo e alguns do meu Estado de Mato Grosso do Sul. Havíamos agendado uma audiência...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Estou encerrando, Sr. Presidente. Tenho um minuto?

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> tem mais cinco minutos. Esse aviso é automático.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Obrigado.

Fui lá, preocupado. Afinal de contas, fomos pedir ao Ministro dos Transportes para concluir uma ponte que começou a ser construída em 2002. E o que o Ministro iria dizer? Diria que está tudo cortado também, que não tem investimento para aplicar, que não sabe quando vai terminar essa obra tão importante para São Paulo, para Mato Grosso do Sul e até para o Centro-Oeste?

Entretanto, tive uma surpresa. Na sala, com mais de vinte Prefeitos, o Sr. Ministro Alfredo do Nascimento, com dados na mão, dizia: “Há uma emenda do Senador Ramez Tebet, de 2004, que vou cumprir. V. Ex<sup>as</sup> podem ir para casa tranquilos que haverá recursos”. Vi a eficiência do Ministro, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Fiquei satisfeito. Isso porque havia uma certa divergência de dados – e a esse respeito S. Ex<sup>a</sup> queria ter com seus auxiliares do Dnit e não os encontrava. Na frente de todos, o Ministro disse que a audiência não acabaria enquanto não se chegasse a uma conclusão a respeito desses dados que estavam sendo discutidos. E assim aconteceu.

Os prefeitos saíram de lá esperançosos de que essa ponte que começou a ser construída em 2002, que teve em 2004 um empenho de R\$15 milhões, irá ajudar vários Municípios do Estado de São Paulo, como

Ouro Verde, Panorama, Buriti, Tupi Paulista, Dracena. Essa ponte vai ajudar também Municípios do meu Estado, como Brasilândia, Bataguçu, Três Lagoas e tantos outros. Ela será brevemente reiniciada. Esse foi o único ponto positivo da semana; ou seja, essa promessa do Ministro. Dirão aqueles que estão me ouvindo: mas isso não é uma promessa? Digo que é uma promessa que será cumprida. Senti isso por parte do Ministro dos Transportes.

Saí também de lá convencido de que aquela promessa feita com relação à BR-158, no trecho entre os Municípios de Selvíria e Três Lagoas, que já tem metade da estrada construída, será cumprida, independentemente do corte que houver no Orçamento, como já anunciei aqui – a informação do Governo Federal menciona um corte de 15 bilhões. S. Ex<sup>a</sup> me disse: “Mas, Senador, eu fui ao seu Município, e a obra estava parada. Ela foi reiniciada e eu lhe garanti que não sofreria solução de continuidade. Se o que V. Ex<sup>a</sup> colocou como verba da Bancada for inteiramente contingenciado, eu vou cumprir a minha palavra. A obra é importante, a palavra está empenhada e eu colocarei recursos do meu Orçamento para concluir esse trecho da BR-158”.

Sr. Presidente, temos de comparecer à tribuna para criticar, para pedir, mas também temos de fazer justiça. E eu quero fazer justiça ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, na esperança de que essas duas obras a que me referi, lá na minha região, não sofram mais solução de continuidade.

Volto ao que me trouxe efetivamente a esta tribuna, dizendo que o fato auspicioso desta semana...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Estão discutindo se vai haver reforma ministerial, quando vai acontecer, quando não vai acontecer, assunto que já está cansando a população e já cansou a sociedade brasileira. O fato auspicioso realmente foi a reunião de mais de três mil prefeitos que vieram a Brasília disputar maior autonomia para os Municípios brasileiros.

Portanto, os meus cumprimentos à Confederação Nacional dos Municípios e a todos os Municípios brasileiros, na esperança de que o Congresso Nacional possa ajudar, pelo menos no atendimento à principal reivindicação feita, de aumentar em 1% os recursos do Fundo de Participação dos Municípios imediatamente. Desse modo, esses Municípios poderão atender as suas emergências e necessidades mais prementes.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.



Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, DE 2005**

**Acrescenta o art. 541-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para estabelecer as hipóteses de inadmissibilidade do recurso especial.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 541-A:

Art. 541-A. Não será admitido recurso especial:

I – nas causas em que a Fazenda Pública for parte ou nas condenatórias cujo valor seja inferior a mil vezes o salário mínimo vigente no País, salvo se o fundamento da interposição for divergência jurisprudencial;

II – nas causas submetidas aos juizados especiais cíveis ou ao procedimento sumário (art. 275);

III – nas ações cautelares;

IV – quando o acórdão recorrido houver sido proferido em julgamento de recurso contra decisão interlocutória em processo de conhecimento ou de execução;

V – em relação a matéria não apreciada pelo acórdão recorrido, mesmo que tenham sido opostos embargos declaratórios;

VI – quando o acórdão recorrido estiver assentado em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não houver interposto recurso extraordinário;

VII – quando, sendo o fundamento da interposição a divergência, a jurisprudência do plenário ou do órgão especial do Superior Tribunal de Justiça tenha se firmado no sentido da decisão recorrida;

VIII – quando a divergência jurisprudencial, fundamento da interposição, ocorrer no âmbito do mesmo Tribunal;

IX – quando a decisão recorrida estiver assentada em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abranger todos eles;

X – quando a pretensão recursal se limitar à valoração de provas ou à interpretação de cláusula contratual;

§ 1º Da decisão judicial que indevidamente aplicar as hipóteses previstas neste artigo,

caberá reclamação ao Superior Tribunal de Justiça, que, julgando-a procedente, determinará a imediata subida dos autos.

§ 2º Excepcionam-se à hipótese prevista no inciso I as ações condenatórias cujo valor seja inferior a mil vezes o salário mínimo vigente no País, desde que se trate de matéria inédita, a respeito da qual o Superior Tribunal de Justiça não tenha ainda se manifestado, hipótese em que, da decisão que inadmitir o recurso especial, caberá reclamação, na forma do § 1º deste artigo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor depois de decorridos noventa dias de sua publicação.

#### **Justificação**

A segunda etapa da Reforma do Judiciário foi pródiga em racionalizar o uso dos recursos de natureza extraordinária, buscando a valorização da primeira instância de julgamento e estabelecendo os Tribunais Superiores como palco adequado para as grandes discussões jurídicas, que possuem ampla repercussão no País.

Nesse sentido, foi inserido o § 3º ao art. 105 da Constituição da República, determinando que a lei estabelecerá as hipóteses de inadmissibilidade do recurso especial, dirigido ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), com o objetivo de restaurar o papel constitucional dessa Corte.

Nosso projeto se propõe a regulamentar tal dispositivo, arrolando, para tanto, dez hipóteses em que não seria lícita a interposição do recurso especial.

Em grande parte, o projeto apenas positiva o que o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça já entendem sobre a admissibilidade dos recursos extraordinário e especial (incisos V a X).

As inovações (incisos I a IV) dizem respeito, respectivamente, às causas em que a Fazenda Pública figura em um dos pólos, às ações condenatórias cujo valor seja inferior a mil salários mínimos, às causas que tramitam sob o rito sumário e sumaríssimo, às ações cautelares, e às impugnações de decisões interlocutórias.

A primeira hipótese visa, em primeiro lugar, a reprimir a sanha recursal da Fazenda Pública, restringindo o cabimento do especial, quando ela for parte, à alínea c do inciso III do art. 105 da Constituição. Com isso, pretendemos evitar que o Superior Tribunal de Justiça seja instado, todos os anos, a se manifestar sobre milhares de ações cuja resolução já tenha sido pacificada em todas as Cortes Estaduais e Federais.

Com o mesmo espírito, o dispositivo estende tal vedação às ações condenatórias cujo valor seja

inferior a mil salários mínimos. E de se salientar que tal medida, ao excepcionar a hipótese de dissenso jurisprudencial, mantém intacta a atribuição uniformizadora do STJ.

A terceira (inciso II) e a quarta (inciso III) inovações consistem na inadmissibilidade do especial nas causas que tramitarem sob o rito sumário, previsto no art. 275 do Código de Processo Civil, e nas ações cautelares. No primeiro caso, o rito, por definição, rege as matérias de menor complexidade, havendo restrição vertical do âmbito da cognição; no segundo, trata-se de cognição superficial, voltada para prevenir situações urgentes, que possam comprometer o resultado útil do processo principal.

A quinta e derradeira inovação veda a admissibilidade de recursos especiais interpostos com a finalidade de vulnerar acórdãos proferidos em agravo de instrumento. Essa hipótese, de cedo modo, já encontra amparo na legislação, conquanto o art. 542, § 3º, do Código de Processo Civil a tenha restringido em muito, determinando que o especial, nesse caso, apenas fique retido nos autos.

Este projeto, como dito linhas volvidas, tem o objetivo de dar à sociedade uma justiça mais célere e efetiva, evitando a infundável gama de recursos hoje existentes em nosso ordenamento jurídico, que impede as pessoas de bem de terem acesso aos direitos que a própria lei lhes concedeu.

Sala das Sessões, 11 de março de 2005. – Senador **Pedro Simon**.

#### *LEGISLAÇÃO CITADA*

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

#### **Do Recurso Extraordinário e do Recurso Especial**

(Redação dada pela Lei nº 8.950, de 13-12-1994)

Art. 541. O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos perante o Presidente ou o Vice-presidente do tribunal recorrido, em petições distintas, que conterão: (Revigorado e com redação dada pela Lei nº 8.950, de 13-12-1994)

I – exposição do fato e do direito; (Incluído pela Lei nº 8.950, de 13-12-1994)

II – a demonstração do cabimento do recurso interposto; (Incluído pela Lei nº 8.950, de 13-12-1994)

III – as razões do pedido de reforma da decisão recorrida. (Incluído pela Lei nº 8.950, de 13-12-1994)

Parágrafo único. Quando o recurso fundar-se em dissídio jurisdicional, o recorrente fará a prova da divergência mediante certidão, cópia autêntica ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, em que tiver sido publicada a decisão divergente, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. (Incluído pela Lei nº 8.950, de 13-12-1994)

.....  
(À Comissão de Constituição, Justiça e  
Cidadania – decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, DE 2005**

**Fixa critérios para a divulgação de resultados de pesquisa de opinião pública.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A divulgação, por qualquer meio de comunicação impresso, de dados, de som ou de som e imagem, de resultado de pesquisa de opinião pública deverá ser acompanhada das seguintes informações:

- a) metodologia empregada;
- b) indicação das localidades pesquisadas;
- c) número de pessoas entrevistadas por localidade;
- d) natureza das perguntas formuladas;
- e
- e) nome do patrocinador e do contratante da pesquisa.

Parágrafo único. Qualquer interessado poderá requerer, diretamente da empresa responsável pela pesquisa, os dados e elementos suplementares julgados necessários para o perfeito esclarecimento dos resultados.

Art. 2º As entidades sindicais, os partidos políticos com representação no Congresso Nacional, bem como as pessoas referidas no art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, poderão requerer, diretamente da empresa responsável pela realização da pesquisa de natureza social ou econômica, desde que publicamente divulgados os resultados, os elementos referidos

nas alíneas **a** e **e** do art. anterior, bem como quaisquer outros elementos elucidativos julgados necessários.

Art. 3º Constitui crime, punível com pena de reclusão de dois a quatro anos e multa, recusar-se a fornecer as informações de que trata esta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

Projeto de Lei de conteúdo idêntico foi apresentado pelo Senador Jutahy Magalhães, em 30 de maio de 1990. Autuado sob o nº 62, de 1990, tramitou por esta Casa, sendo remetido à Câmara dos Deputados em 5 de março de 1991.

Como muitas outras proposições legislativas que caracterizam a carreira parlamentar desse ilustre representante da Bahia no Senado Federal, este foi um projeto que não logrou êxito, apesar de sua qualidade inequívoca.

Ao submetê-lo, novamente, à deliberação desta Casa, aproveito a oportunidade para prestar ao nosso querido e saudoso colega de parlamento, as devidas homenagens por mais esta importante contribuição ao aperfeiçoamento da legislação deste País, que resgato dos arquivos do legislativo brasileiro.

A seguir, o teor da Justificação que elucidava o texto proposto:

“É notório que as pesquisas de opinião pública exerçam marcada interferência no meio social.

Faz-se necessário, destarte, assegurar que as informações veiculadas sejam acompanhadas de todos os elementos elucidativos relevantes, a fim de que o destinatário da notícia possa formar um juízo crítico sobre os dados apresentados.

Por outro lado, em questões econômicas e sociais, os partidos políticos, as entidades de classe, os entes públicos em geral e as associações que tenham por finalidade estatutária a defesa do interesses coletivos (art. 5º da Lei nº 7.347/85), têm legítimo interesse em obter todos os informes necessários sobre as pesquisas levadas a efeito com o propósito de melhor exercerem as respectivas atividades.

Assim sendo, o presente projeto de lei vem a suprir lacuna inexcusável até hoje existente em nossa legislação e que dificulta sobremaneira a realização plena do interesse público.”

Sala das Sessões, 11 de março de 2005. – Senador **Pedro Simon**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985

**Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado,) e dá outras providências.**

Art. 5º A ação principal e a cautelar poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios. Poderão, também, ser propostas por autarquia, empresa pública, fundação, sociedade de economia mista ou por associação que:

I – esteja constituída há pelo menos um ano, nos termos da lei civil;

II – inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção do meio ambiente, ao consumidor, ao patrimônio estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado).

§ 1º O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará, obrigatoriamente, como fiscal da lei.

§ 2º Fica facultado ao Poder Público a outras associações legitimadas nos termos deste artigo habilitar-se como litisconsortes de qualquer das partes.

§ 3º Em caso de desistência ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público assumirá a titularidade ativa.

*(Às Comissões de Educação e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Educação e, nos termos do art. 49 do Regimento Interno, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Brasília, 11 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, informo a Vossa Excelência que, no período de 14 a 17 de março de 2005, estará respondendo pela Liderança do PFL o Senador Demóstenes Torres, primeiro vice-líder.

Cordialmente, – **José Agripino**, Líder do PFL.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, que dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, mais uma vez, como o fizeram os Senadores Paulo Paim e Senador Sérgio Zambiasi, venho falar sobre a crise do Rio Grande do Sul, um grave problema. V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, já se referiu ao Paraná, mas, em termos do Rio Grande do Sul, a dramaticidade é praticamente inédita na nossa história.

Nosso querido amigo, Deputado Odacir Klein, Secretário da Agricultura e Abastecimento, está reunido com todo o setor agrícola para avaliar a estiagem e dar oficialmente ao Presidente a confirmação dos números que, tanto pela Bancada gaúcha quanto pelo Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária, ele já deve ter.

A tentativa é fazer um documento único a ser entregue, ainda hoje, ao Governador, que deverá fazê-lo chegar à Presidência da República.

Os números que se apresentam até agora indicam que a perda da lavoura da soja já atinge aproximadamente 60% da estimativa inicial, e a do milho, 57%. Nos dois primeiros meses do ano, a venda do Estado de maquinário agrícola de empresas que são também exportadoras teve redução de 50%. Nas companhias que não exportam máquinas, a diminuição dos negócios é de 70% nesse período.

Até ontem, 417 decretos de emergência dos Municípios do Rio Grande do Sul foram publicados.

Conforme afirma o Secretário Odacir Klein, os objetivos das discussões é definir uma linguagem comum em relação aos danos causados pela estiagem e, também, dar unificação aos pleitos que o Governo apresentará. Essa definição será importante, principalmente para o Presidente Lula que, no dia 16, deverá visitar o Rio Grande do Sul com sua equipe de ministros. Aliás, a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, a recém-criada Comissão de Agricultura do Senado Federal, a Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa, como também a Farsul e outras entidades ligadas à agricultura, na segunda-feira, às 10 horas, na Universidade Federal de Passo Fundo, farão a discussão e o debate desse documento que será entregue ao Presidente da República.

A produção gaúcha está sofrendo os efeitos da mais longa estiagem de sua história. Segundo os técnicos, as chuvas estão fora de sua normalidade desde janeiro de 2004. Desde janeiro do ano passado, as

chuvas no Rio Grande do Sul estão fora da sua normalidade. Se observarmos, verificaremos que esta é a pior estiagem ocorrida nas últimas décadas.

Vejamos as perdas de grãos e como têm sido ingratas essas estiagens para o Rio Grande do Sul.

Na safra de 1985/1986, tivemos uma seca moderada. A perda foi de 2.600.000 toneladas; em 1990/1991, tivemos uma seca forte, com perda de 5.500.000 toneladas; em 1995/1996, a seca foi moderada, e a perda foi de 3.100.000 toneladas; em 1996/1997, a seca foi moderada, com perda de 2.300.000 toneladas; em 1998/1999, foi seca moderada – perda de 3.300.000 toneladas; em 2003/2004, houve uma seca forte, e a perda foi de 5.000.000 de toneladas; em 2004/2005, seca forte – a expectativa da perda é de mais ou menos 8.000.000 de toneladas.

Segundo o último levantamento da Emater/RS, as perdas computadas para as principais culturas de verão já superam a marca dos 50%. As principais culturas, como soja, feijão, milho, hortaliças e frutas, estão seriamente comprometidas. As perdas se refletem não apenas sobre a renda, mas também comprometem o abastecimento das famílias, se considerarmos que esses cultivos, em grande parte, também são aqueles responsáveis pelas sua subsistência. O agravamento do quadro representa um maior endividamento da já comprometida economia rural, que vem de uma frustração da safra 2003/2004, em função da estiagem ocorrida no período [como eu disse, com a quebra de cinco milhões de toneladas]. As frustrações sucessivas têm levado ao desânimo muitas famílias, que vêem no êxodo uma saída para seus problemas, afetando principalmente os segmentos mais jovens da população rural, o que tem contribuído para um rápido envelhecimento da mão-de-obra hoje existente no meio rural.

Essa é uma questão gravíssima, difícil, que deve ser analisada. Os jovens saem do meio rural e ali ficam os velhos. O envelhecimento é cada vez maior na zona rural do Rio Grande do Sul.

Essa desestruturação afeta diretamente a economia de mais de 90% dos municípios do Estado, que tem sua base econômica fortemente vinculada ao desempenho da agropecuária. Muitos deles já declararam situação de emergência e, segundo os últimos dados da Defesa Civil, alcançam 406 municípios. Pode-



se concluir que uma grande desestruturação desse segmento da sociedade implica sério risco de desabastecimento para as populações dos centros urbanos, assim como uma significativa redução no desempenho das exportações da agropecuária.

Esses prejuízos atingem de maneira indistinta todos os segmentos de produtores, desde os da agricultura familiar até os de produção empresarial, em todas as regiões do Estado.

Panorama atual e consequências na produção de grãos

A atual estiagem que assola o Estado teve início em meados de novembro de 2004, quando a safra de verão já se encontrava praticamente implantada em sua totalidade.

Segundo estimativas da Emater/RS, a área cultivada com os principais grãos (arroz, milho, feijão e soja) chegaria a aproximadamente 6,5 milhões de hectares. Estimativas preliminares indicavam uma produção total de 18,7 milhões de toneladas.

A continuidade do quadro de estiagem durante todo o período de desenvolvimento das culturas fez com que essas estimativas fossem alteradas para patamares bastante inferiores aos estabelecidos inicialmente. Levantamentos realizados indicam que, até o presente momento, as perdas médias consolidadas (irreversíveis), chegam aos seguintes índices: arroz, 11%; feijão, 37%; milho, 55%; soja, 60%.

Em produção, esses percentuais representam uma diferença de aproximadamente [em relação à expectativa inicial]: arroz, 700 mil toneladas; feijão, 39 mil toneladas; milho, 2,5 milhões de toneladas; soja, 5 milhões de toneladas.

Projeções que levam em conta os prognósticos climáticos disponíveis indicam uma tendência de agravamento na situação dessas culturas, principalmente milho e soja, uma vez que as chuvas previstas para curto e médio prazos serão esparsas e de fraca intensidade, fato que, aliado à fase em que se encontram as culturas, aumentaria as perdas.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> dispõe de mais cinco minutos.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Prossigo a leitura:

Segundo essas novas projeções, a produção esperada poderia ser de apenas 10,5 milhões de toneladas contra uma estimativa de 18,7 milhões de toneladas previstas inicialmente, ou seja, cerca de 8,2 milhões de toneladas de grãos a menos.

(...)

A produção média mensal de leite no Rio Grande do Sul, no mês de janeiro, nos últimos cinco anos (2000 a 2004), é da ordem de 182 milhões de litros e, em fevereiro, de 163 milhões de litros. Esses números incluem a produção formal e informal, sendo esta estimada em 31% da produção total.

Como a quebra da produção de janeiro foi estimada em 17%, deixaram de ser produzidos ao redor de 31 milhões de litros de leite naquele mês. Em fevereiro, a quebra na produção aumentou para 25%, ou seja, 41 milhões de litros.

Multiplicando-se essas perdas na produção pelo valor do litro de leite que está sendo pago ao produtor (R\$0,55/litro), constata-se que os produtores deixaram de faturar R\$39 milhões [nessa seca que estamos vivendo].

(...)

#### EFEITOS SOBRE A PECUÁRIA DE CORTE

Tomando-se os dados da Farsul e considerando-se apenas a diminuição da produção de carne que seria produzida e vendida este ano, mais a redução na produção de terneiros, em função da estiagem, são as seguintes as perdas na pecuária de corte [que são realmente consideráveis]:

Redução na produção de terneiros (625.000 terneiros x 150,00 x R\$1,90): R\$93.750.000,00;

redução no peso dos novilhos invernados (95Kg/cab. x 1.500.000 cab. x R\$1,90): R\$270.750.000,00;

redução no peso de desmame dos terneiros (50 Kg/cab. x 2.500.000 x R\$1,90): R\$237.500.000,00;

redução no peso das vacas (80 Kg/cab. x 500.000 cab. x R\$1,90):R\$76.000.000,00.  
Total: R\$678.000.000,00.

#### EFEITOS SOBRE A AVICULTURA

A avicultura representa um segmento muito importante na economia do Estado, sendo preponderantemente desenvolvida no âmbito da agricultura familiar. Embora não quantificadas, são significativos os prejuízos à atividade, tendo em vista a falta de água para os aviários, o que impede que novos lotes sejam distribuídos pelas integradoras, situação essa que se reflete diretamente na arrecadação dos municípios.

As perdas e seu impacto na economia rural

Considerando-se os preços pagos aos produtores nas últimas semanas e tomando-se como factível os números projetados, o Valor Bruto da Produção das principais atividades da agropecuária gaúcha que deixará de circular é de R\$4.392,2 milhões [só para a soja, esse valor é de R\$2,5 milhões], conforme é demonstrado no quadro abaixo:...

As propostas que estão sendo analisadas e que deverão ser apresentadas ao Governador Germano Rigotto, para que as entregue ao Presidente Lula, têm mais ou menos as seguintes características:

- 1 – Ajuda-estíagem (bônus, bolsa ou auxílio) para 130.000 pequenos agricultores, que não receberão qualquer tipo de cobertura em relação aos prejuízos sofridos pela lavoura de verão, em cinco parcelas mensais de R\$300,00.
- 2 – Liberação imediata de recursos de pré-custeio e custeio para implementação da próxima safra de inverno.
- 3 – Prorrogação das parcelas de todos os financiamentos de investimento com recursos federais, incluindo o crédito fundiário, junto a todas as instituições públicas e privadas para o final dos contratos. Pleiteia-se a isenção das parcelas vencidas ou vincendas em 2005 nas linhas do Pronaf, Proger Rural Familiar e do Crédito Fundiário (Banco da Terra).
- 4 – Repactuação das parcelas dos custeios, sem amparo do Proagro, de produtores e cooperativas junto às instituições públicas e privadas para três parcelas anuais, com rebate proporcional às perdas, um ano de carência após o vencimento e

congelamento dos encargos financeiros. A Far-sul pleiteia anistia no custeio da lavoura de arroz de produtores que tiveram bombas de irrigação desativadas, embora licenciadas, priorizando o abastecimento das populações.

- 5 – Prorrogação de todas as parcelas dos financiamentos (securitização, Recoop e Pesa) já alongados, vencidas ou vincendas em 2005, para pagamento após a última prestação contratual.
- 6 – Alocação de recursos para as cooperativas e produtores referente à complementação dos custeios ocorridos nas safras 2003/2004 e 2004/2005, no valor de oitocentos milhões de reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex<sup>a</sup> dispõe de apenas mais um minuto, Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB-RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

- 7 – Recursos de até R\$2.000,00 por família, beneficiando 10.000 famílias, para possibilitar o acesso a redes d'água já existentes.
- 8 – Criação de uma linha de crédito emergencial para retenção de matrizes bovinas...
- 9 – Solicitar aos agentes financeiros crédito no valor de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) para a comercialização das feiras oficiais de outono.
- 10 – Criação de um fundo de R\$1,5 bilhão para resconto dos títulos não pagos do setor de insumos...

Acrescento dados sobre as obras que o Governo do Estado fez até agora, e peço a inserção nos Anais da Casa: 1.402 açudes, com 2.314 famílias beneficiadas em 57 Municípios; 57 quilômetros de canais de irrigação, com 1.238 famílias beneficiadas em 30 Municípios; redes de abastecimento total em 99 Municípios, abrangendo 139 localidades, com 3.166 famílias beneficiadas, no valor de R\$2.924.998,00; poços artesianos em 213 Municípios, 425 localidades, com 18.770 famílias beneficiadas, no valor de R\$1,9 milhão.

Obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso 1º e §2º, do Regimento Interno.)*



## Propostas do Governo do Estado do RS para minimizar os efeitos da estiagem 2004/05

### Introdução

A população gaúcha está sofrendo os efeitos de uma das mais prolongadas estiagens de sua história. Segundo técnicos do Laboratório de Agrometeorologia da Fundação de Pesquisa Agropecuária do Estado - FEPAGRO, as chuvas estão fora de sua normalidade desde janeiro de 2004. Se observarmos a tabela abaixo verifica-se que esta é a pior estiagem ocorrida nas últimas décadas.

Safra	Intensidade da Seca	Total de perdas de grãos (Toneladas)
1985/1986	moderada	2.600.000
1990/1991	forte	5.500.000
1995/1996	moderada	3.100.000
1996/1997	moderada	2.300.000
1998/1999	moderada	3.300.000
1999/2000	moderada	2.300.000
2001/2002	moderada	2.700.000
2003/2004	forte	5.000.000
2004/2005*	forte	+ 8.000.000

Fonte: Laboratório de Agrometeorologia da Fundação de Pesquisa Agropecuária do Estado - FEPAGRO - 2005

\* safra não encerrada, dados de 10-03-05.

➡ Segundo o último levantamento da EMATER/RS as perdas computadas para as principais culturas de verão já superam a marca dos 50%. As principais culturas como soja, feijão, milho, hortaliças e frutas estão seriamente comprometidas. As perdas se refletem não apenas sobre a renda mas também comprometem o abastecimento das famílias, se considerarmos que estes cultivos, em grande parte, também são aqueles responsáveis pela sua subsistência. O agravamento do quadro representa um maior endividamento da já comprometida economia rural que vem de uma frustração da safra 2003/2004 em função da estiagem ocorrida no período. As frustrações sucessivas têm levado ao desânimo muitas famílias, que vêem no êxodo uma saída para seus problemas, afetando principalmente os segmentos mais jovens da população rural, o que tem contribuído para um rápido envelhecimento da mão de obra hoje existente no meio rural. Esta desestruturação afeta diretamente a economia de mais de 90% dos municípios do Estado que tem sua base econômica fortemente vinculada ao desempenho da agropecuária. Muitos deles já declararam situação de emergência e, segundo os últimos dados da defesa civil, alcançam 406 municípios. Pode-se concluir

que uma grande desestruturação deste segmento da sociedade implica em um sério risco de desabastecimento para as populações dos centros urbanos, assim como uma significativa redução no desempenho das exportações da agropecuária.

Esses prejuízos atingem de maneira indistinta todos os segmentos de produtores, desde os da agricultura familiar até os de produção empresarial, em todas as regiões do Estado.

## Panorama atual e conseqüências na produção de grãos

A atual estiagem que assola o Estado teve início em meados de novembro de 2004, quando a safra de verão já se encontrava praticamente implantada em sua totalidade.

Segundo estimativas da EMATER/RS, a área cultivada com os principais grãos (arroz, milho, feijão e soja) chegaria a aproximadamente 6,5 milhões de hectares. Estimativas preliminares indicavam uma produção total de 18,7 milhões de toneladas.

A continuidade do quadro de estiagem durante todo o período de desenvolvimento das culturas, fez com que essas estimativas fossem alteradas para patamares bastante inferiores aos estabelecidos inicialmente. Levantamentos realizados indicam que até o presente momento as perdas médias consolidadas (irreversíveis), chegam aos seguintes índices:

Cultura	Percentual de quebra
Arroz*	11%
Feijão	37%
Milho	55%
Soja	60%

Fonte: EMATER/RS, \* IRGA

Em produção, esses percentuais representam uma diferença de aproximadamente:

Cultura	Diferença em relação à expectativa inicial
Arroz*	700 mil toneladas
Feijão	39 mil toneladas
Milho	2,5 milhões de toneladas
Soja	5 milhões de toneladas

Fonte: EMATER/RS, \* IRGA

Projeções que levam em conta os prognósticos climáticos disponíveis, indicam uma tendência de agravamento na situação dessas culturas, principalmente milho e soja, uma vez que as chuvas previstas para curto e médio prazos serão esparsas e de fraca intensidade, fato que, aliado à fase em que se encontram as culturas, aumentaria as perdas. Segundo essas novas projeções, a produção esperada poderia ser de apenas 10,5 milhões de toneladas contra uma estimativa de 18,7 milhões previstas inicialmente, ou seja, cerca de 8,2 milhões de toneladas de grãos a menos.

Cultura	Produção esperada em 10-03-05
Arroz	5,5 milhões de toneladas*
Feijão	66 mil toneladas
Milho	2 milhões de toneladas
Soja	3,3 milhões de toneladas

Fonte: EMATER/RS, \* IRGA

Outro fato a ressaltar é que, no caso do feijão, a continuidade da estiagem impediu o plantio de mais 20 mil ha normalmente plantados na 2ª safra e no milho em torno de 50 mil ha. Essa área é plantada em restevas de outras culturas, como o fumo, localizadas em sua totalidade, em pequenas propriedades e cuja produção é destinada à subsistência, potencializando os efeitos da estiagem sobre a economia desse importante segmento.

## Panorama atual e conseqüências na pecuária

### EFEITOS SOBRE A PECUÁRIA LEITEIRA

A produção média mensal de leite no Rio Grande do Sul, no mês de janeiro, nos últimos 5 anos (2000 a 2004), é da ordem de 182 milhões de litros e em fevereiro, de 163 milhões de litros. Estes números incluem a produção formal e informal, sendo esta estimada em 31% da produção total.

Como a quebra na produção de janeiro foi estimada em 17%, deixaram de ser produzidos ao redor de 31 milhões de litros naquele mês. Em fevereiro, a quebra na produção aumentou para 25%, ou seja, cerca de 41 milhões de litros.

Multiplicando-se essas perdas na produção pelo valor do litro de leite que está sendo pago ao produtor (R\$ 0,55/litro), constata-se que os produtores deixaram de faturar R\$ 39 milhões.

Mês	% de quebra	Perda em litros	Perda em R\$
Janeiro	17	30.943.485	17.714.162
Fevereiro	25	40.838.465	22.461.155
<b>TOTAL</b>		<b>71.781.950</b>	<b>39.480.072</b>

## EFEITOS SOBRE A PECUÁRIA DE CORTE

Tomando-se os dados da FARSUL e considerando-se apenas a diminuição da produção de carne que seria produzida e vendida este ano, mais a redução na produção de terneiros, em função da estiagem, são as seguintes as perdas na pecuária de corte:

Redução na produção de terneiros (625.000 terneiros x 150,00 x R\$1,90)
R\$ 93.750.000,00
Redução no peso dos novilhos invernados (95 kg/cab. x 1.500.000 cab. X R\$1,90)
R\$ 270.750.000,00
Redução no peso de desmame dos terneiros (50 kg/cab x 2.500.000 x R\$1,90)
R\$ 237.500.000,00
Redução no peso das vacas (80 kg/cab. x 500.000 cab. X R\$1,90)
R\$ 76.000.000,00
<b>Total R\$ 678.000.000,00</b>

Fonte: FARSUL

## EFEITOS SOBRE A AVICULTURA

A avicultura representa um segmento muito importante na economia do estado sendo preponderantemente desenvolvida no âmbito da Agricultura Familiar. Embora não quantificadas, são significativos os prejuízos à atividade tendo em vista a falta de água para os aviários, o que impede que novos lotes sejam distribuídos pelas integradoras, situação essa que se reflete diretamente na arrecadação dos municípios.

## As perdas e seu impacto na economia rural

Considerando-se os preços pagos aos produtores nas últimas semanas e tomando-se como factível os números projetados, o Valor Bruto da Produção das principais atividades da agropecuária gaúcha que deixará de circular, é de R\$ 4.392,2 milhões, conforme é demonstrado no quadro abaixo:

Cultura	Valor Bruto da Produção em Reais
Arroz	364,0 milhões
Feijão	50,7 milhões
Milho	760,0 milhões
Soja	2.500,0 milhões
Leite	39,5 milhões
Carne	678,0 milhões
<b>Total</b>	<b>4.392,2 milhões</b>

Além dos recursos tomados a título de custeio e investimento, junto às agências do crédito, os agricultores utilizam recursos próprios, de cooperativas e de fornecedores de insumos, máquinas e equipamentos, tendo como prazo de pagamento o período pós-colheita. Com a expectativa de frustração, esses setores terão um grande índice de inadimplência. Além disso, o setor de máquinas e equipamentos agrícolas já enfrentou, nos meses de janeiro e fevereiro de 2005, uma queda no faturamento de 50% nas empresas exportadoras e 70% nas que não exportam, em relação ao mesmo período de 2004.

## Enfrentamento da estiagem

### Ações do Governo do Estado já realizadas

### Ações de saneamento

Realizadas em 2004/05

<b>Tipo de obra</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Famílias Beneficiadas</b>	<b>Nº municípios *</b>
Açudes	1402	2.314	57
Canais de irrigação	57km	1.238	30

### Programa de Abastecimento de Água para Pequenas Comunidades

Poços Artesianos e Redes de Abastecimento de água executadas em ação conjunta: Sec. obras Públicas e Saneamento, Secretaria da Saúde, Secretaria da Agricultura e Abastecimento e Defesa Civil – 2004 e 2005

<b>OBRAS</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>N.º MUN.</b>	<b>N.º LOCAL.</b>	<b>N.º FAM.</b>	<b>VALOR RS</b>
<b>Redes de Abastecimento de Água</b>	SOPS	50	79	2.242	1.911.298,00
	SAÚDE	10	12	350	200.000,00
	SAA-RS RURAL	39	48	574	813.700,00
<b>TOTAL</b>		<b>99</b>	<b>139</b>	<b>3166</b>	<b>2.924.998,00</b>
<b>Poços Artesianos</b>	SOPS	83	136	10.690	700.000,00
	SAA-RS RURAL	130	289	8.080	1.200.000,00
		<b>213</b>	<b>425</b>	<b>18.770</b>	<b>1.900.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL VALORES</b>					<b>4.824.998,00</b>



*Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Alvaro Dias, 3º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

Senador Pedro Simon, este Senador só não fez um aparte ao seu brilhante pronunciamento, relatando a realidade da seca no nosso Rio Grande do Sul, por estar na Presidência.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Mas eu disse, no início de meu discurso, que estava falando em nome de V. Ex<sup>a</sup> e do Senador Sérgio Zambiasi, que já se pronunciaram inúmeras vezes sobre essa matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Apenas gostaria de dizer que avalizo e assino embaixo das palavras do nobre Senador, que estará nesse importante evento, na segunda-feira, em Passo Fundo, representando, naturalmente, as Bancadas do Senado e da Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Senador José Jorge, V. Ex<sup>a</sup> dispõe da palavra por dez minutos, que poderão ser acrescidos de mais cinco minutos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trago novamente a esta Casa tema referente ao desempenho da Petrobras, a maior empresa brasileira, durante o ano de 2003.

Todos sabemos que a Petrobras é de grande importância para o País, porque administra praticamente toda a estrutura de petróleo brasileira e tem o maior lucro, já que é a maior empresa brasileira. Na realidade, a Petrobras já completou 50 anos, e o Brasil está próximo de conseguir auto-suficiência na produção de petróleo. No entanto, temos de nos preocupar com sua gestão

Exatamente pelo fato de a empresa ser grande e de tratar de muitos recursos, há cerca de dez anos o Governo brasileiro vem fazendo um esforço no sentido de transformá-la em uma empresa pública com gerência privada, ou seja, em uma empresa que valorize seus resultados e o seu quadro de pessoal; enfim, que possa obter bons resultados sob os pontos de vista econômico, social e ambiental.

Sr. Presidente, sempre se diz, principalmente nos Estados Unidos, que o melhor negócio do mundo é uma empresa de petróleo bem administrada, e que o segundo melhor negócio do mundo é uma empresa de petróleo mal administrada.

A partir do Governo Lula, houve uma mudança na composição da diretoria da Petrobras. Nos Governos

anteriores – não só no anterior, mas também em outros –, sempre se compunha uma diretoria técnica, em que a maioria dos diretores era formada por técnicos da própria empresa. Normalmente, apenas dois diretores viam de fora: o diretor financeiro – que vinha do mercado financeiro, um profissional habilitado e escolhido, muitas vezes, por empresa de seleção de pessoal do mercado financeiro – e o presidente, que, normalmente, era um executivo de padrão internacional.

No Governo Lula, houve uma mudança nesses critérios: o presidente passou a ser um político, o Senador José Eduardo Dutra – nosso colega, que era, diga-se de passagem, um bom Senador, com quem tive oportunidade de trabalhar por quatro anos nesta Casa –, que certamente não tinha o perfil de um executivo para dirigir uma instituição do porte internacional da Petrobras. Essa foi a primeira grande mudança.

Em segundo lugar, na montagem da diretoria, em vez de priorizarem os funcionários ativos da casa – no caso do diretor financeiro, um funcionário do mercado –, priorizaram os professores, que estavam em universidades e, portanto, não tinham atuação no mercado, e, em segundo, sindicalistas, ex-funcionários que já estavam aposentados – um deles, inclusive, era o Presidente do PT, se não me engano, de Teresópolis ou Petrópolis. E, assim, compôs-se uma diretoria cujo padrão de avaliação técnica pelo mercado é bastante inferior ao das diretorias anteriores, principalmente dentro da revolução que vinha acontecendo.

O que aconteceu com a Petrobras em 2003? Citarei alguns fatos para que possamos concluir que aquilo com que estávamos preocupados – uma queda no atingimento dos objetivos da empresa – está começando a acontecer.

É preciso dizer que o Governo, que indica a Diretoria da Petrobras, tem em torno de 30% do capital da companhia. Como são ações com direito a voto, ele tem o controle da companhia. Os outros 70% das ações da Petrobras estão lançados no mercado, em poder de fundos de aposentadoria, de empregados, por meio do FGTS, de funcionários públicos e da classe média, que colocaram ali a sua poupança. Portanto, 400 mil pequenos e grandes investidores possuem ações da Petrobras. Então, a empresa não é mais uma repartição pública, não é mais um braço governamental, mas uma empresa cuja maioria do capital é privado e, portanto, deve ser administrada como uma empresa privada.

A primeira questão que proponho diz respeito ao lucro da Petrobras em 2004, que foi de R\$17,8 bilhões. Como eu disse, mesmo uma empresa de petróleo mal administrada, a US\$50.00 o barril, é altamente lucrativa. Mas, na realidade, se corrigirmos o valor, veremos



que o lucro foi inferior ao de 2003, que, devidamente reajustado, seria de R\$19,2 bilhões.

Portanto, de 2003 para 2004, a Petrobras diminuiu seus lucros, o que não ocorreu com nenhuma empresa petrolífera do mundo. De 2003 para 2004, a Chevron Texaco, por exemplo, teve um aumento no lucro de 77%; a Philipps Conoco, de 72%; e a Shell, de 38%. Evidentemente, em função do aumento do preço do barril de petróleo.

A segunda questão é a queda na produção de petróleo no ano passado. Pela primeira vez, desde 1992, reduziu-se em 3% a produção de petróleo no Brasil. Por quê? Exatamente pelos atrasos, pela falta de manutenção das plataformas, pela demora na implantação das plataformas, que não ocorreu no tempo certo. Então, a produção anual, que vinha aumentando desde 1992 numa média de 5% a 7% ao ano, caiu 3%.

E o que aconteceu? Como diminuiu a produção de petróleo no Brasil, tivemos que importar mais petróleo e exportar menos. Então, o saldo da balança comercial do petróleo – quer dizer, a diferença entre as importações e as exportações –, que sempre é negativo porque não atingimos a auto-suficiência, que foi de US\$2,1 bilhões em 2003, aumentou para US\$4,75 bilhões em 2004. Portanto, mais que dobrou a diferença entre importação e exportação, isto é, nós importamos mais e exportamos menos. Normalmente, importamos diesel e petróleo e exportamos gasolina. Como diminuiu a produção, tivemos que importar mais, e o Brasil teve um déficit de US\$4,76 bilhões, déficit que vinha decrescendo há muitos anos. Esse foi o terceiro ponto que gostaria de levantar.

O quarto ponto foi a manipulação dos preços dos combustíveis, que deveria ser feita de acordo com a legislação. O preço dos combustíveis no Brasil deve acompanhar o preço dos combustíveis no mercado internacional, evidentemente com os ajustes que se fizerem necessários. Mas o que aconteceu foi o seguinte: no quarto trimestre de 2004 – que foi o trimestre posterior à eleição –, o lucro líquido da Petrobras foi de US\$4,5 bilhões, enquanto que no terceiro trimestre foi de US\$5,6 bilhões, ou seja, houve uma queda de 18%.

Na realidade o que aconteceu foi que o aumento do preço dos combustíveis, que deveria ter sido dado em um determinado momento, foi deixado para depois.

Uma outra questão são os dividendos. Como sabemos, a Petrobras distribui dividendos, que representam a participação nos lucros dos detentores do capital, no caso 400 mil acionistas, inclusive o Governo Brasileiro, que detém 30% do capital. Em 2003, os di-

videndos foram de R\$5,25 por ação. Em 2004, mesmo com lucro semelhante ou um pouco maior em termos nominais, 7%, o dividendo a ser distribuído – porque ainda não foi distribuído totalmente, apenas uma parte – foi de R\$4,60.

Portanto, os dividendos foram reduzidos de R\$5,25 para R\$4,60, sem nenhuma razão, porque se o lucro foi o mesmo, ou foi até um pouco maior, em termos nominais, na realidade, não havia por que diminuir os dividendos a serem distribuídos aos acionistas. Afinal, esses dividendos podem ser utilizados pelos acionistas para a compra de novas ações ou gastos no mercado.

Esse é outro ponto que merece explicação.

Mas a Petrobras continua gastando, e gastando muito, em publicidade, como, por exemplo, no patrocínio de uma escola de samba do Rio de Janeiro. A Petrobras gastou mais de R\$3,2 milhões para patrocinar o desfile da Mangueira. O próprio Presidente José Eduardo Dutra desfilou na Mangueira e deu uma declaração na televisão de que cada tostão destinado à Mangueira foi bem-aplicado.

Mas, na realidade, esse dinheiro aplicado na Mangueira – está se vendo agora – e em outras iniciativas desse tipo da Petrobras, saiu do bolso do acionista. Foi o acionista que, em vez de receber R\$5,25 de dividendos, recebeu R\$4,60.

Então, a Petrobras a cada dia aumenta seu investimento em publicidade, quando, na realidade, ela não precisa de publicidade, porque não vende nenhum produto diretamente ao público.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> tem ainda cinco minutos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado.

A Petrobras não vende diretamente ao público, mas às companhias, estas sim, que precisam de publicidade. Pois a Petrobras aumentou seus gastos com publicidade. De um tempo para cá, o faturamento da Petrobras, exatamente pelo aumento do preço de petróleo, tem crescido e o percentual de gastos com publicidade e promoção tem sido mantido fixo, quando a empresa deveria estar economizando, já que os gastos com publicidade não precisam estar atrelados a um percentual fixo de receita.

Outro ponto a ressaltar é exatamente este: a Petrobras está voltando à situação de monopólio. Quando aprovamos aqui a emenda constitucional que abria o mercado de petróleo, havia muitas dúvidas sobre sua validade, mas hoje verifica-se, inclusive, que o mercado se ampliou. Estamos perto – se não fossem esses atrasos atuais, seria no ano que vem ou mesmo neste ano – de sermos auto-suficientes em petróleo. E essa

abertura colaborou muito para isso. E a Petrobrás, que, naquela época, dizia-se que poderia ser prejudicada, é hoje a grande beneficiada, também, dessa abertura de mercado.

Durante esse período, a Petrobras vem adquirindo grandes empresas nacionais, em outros segmentos anexos a sua área de atuação, provocando em nós uma preocupação de que volte a haver o monopólio, que não interessa ao Brasil. É necessário que a Petrobras seja forte, mas que haja outras empresas fortes também, procurando, distribuindo e participando do mercado de petróleo, que é um dos maiores do mundo. Mesmo porque, aqui no Brasil, não se descobriu mais petróleo ainda porque só havia uma empresa procurando, e assim mesmo furava muito pouco, em relação a outro países.

Outro assunto muito discutido aqui nesta semana foi a questão da Petros, que apresentou novo déficit de R\$ 5 bilhões, R\$ 8 bilhões quando completo. Esse assunto deve ser analisado, pois também refere-se a recursos de acionistas, que precisam ser bem-administrados.

Com relação às plataformas P-51 e P-52, que estão sendo construídas, lembro que serviram, inclusive, de tema na campanha eleitoral para Presidência da República. O Presidente Lula, em uma propaganda de campanha, anunciou que essas plataformas seriam construídas no Brasil, ou que teriam um grande índice de nacionalização. Na verdade, o que aconteceu foi que, com essa tentativa de se nacionalizar essas duas plataformas, P-51 e P-52, foi interrompida a sua licitação e não houve mais possibilidade de que elas fossem entregues no prazo previsto.

Hoje em dia, a P-51 e a P-52, cujo preço estimado era de cerca de US\$550 milhões, vão custar US\$636 milhões e US\$927 milhões respectivamente, ou seja, 50% a mais e 30% a mais. E não houve grandes modificações no índice de nacionalização, inclusive porque a P-52 – que é a mais cara – não está sendo construída aqui no Brasil, mas em Cingapura e a P-51 está sendo construída por um consórcio, em que o índice de nacionalização também é bastante inferior àquilo que foi alardeado. Além disso, haverá um prejuízo diário de US\$25 milhões se essas plataformas não estiverem funcionando devidamente.

Encerro meu pronunciamento, Sr. Presidente, lembrando que, no próximo dia 22, o Presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, está convocado para uma audiência na Comissão de Assuntos Econômicos

do Senado. Evidentemente, nós e os demais Senadores vamos apresentar todas essas questões, que deverão ser discutidas aqui, que é a Casa própria. Mas gostaria também de solicitar que a CVM – Comissão de Valores Mobiliários também fizesse uma investigação sobre essas questões, inclusive sobre os prejuízos dos acionistas minoritários, que, no caso da Petrobras, são 400 mil, que compraram ações incentivados pelo Governo, utilizando o FGTS, que é a sua poupança compulsória.

Gostaria que a CVM também fizesse uma investigação para saber quais são os prejuízos...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – ... que estão sofrendo os acionistas minoritários.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Sobre a mesa, projeto de lei recebido da Câmara dos Deputados que passo a ler:

É lido o seguinte

## **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 2005**

(Nº 4.713/2004, na Casa de origem)

(De iniciativa do Tribunal de Contas da União)

### **Altera a remuneração dos servidores públicos integrantes do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas da União.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica alterada em 15% (quinze por cento), a partir de 1º de novembro de 2004, a remuneração dos servidores públicos integrantes do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. O reajuste de que trata este artigo não se aplica à remuneração dos Ministros e dos Membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.

Art. 2º Ficam revogados, no âmbito do Tribunal de Contas da União, os efeitos do Ato Conjunto nº 1, de 2004, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.713, DE 2004****Altera a remuneração dos servidores públicos integrantes do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica alterada em 15% (quinze por cento), a partir de 1º de novembro de 2004, a remuneração dos servidores públicos integrantes do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. O reajuste de que trata este artigo não se aplica à remuneração dos Ministros e dos Membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.

Art. 2º Ficam revogados, no âmbito do Tribunal de Contas da União, os efeitos do Ato Conjunto nº 1, de 2004, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

Por meio do Ato Conjunto nº 1, de 2004, as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal alteraram, em 15% (quinze por cento), a partir de 1º de novembro de 2004, as remunerações dos servidores daquelas Casas Legislativas e do Tribunal de Contas da União, a fim de dar cumprimento a comandos da Constituição Federal e da Lei nº 8.443/92 – Lei Orgânica do TCU – e de torná-las compatíveis com a complexidade das atividades exercidas por aqueles servidores, bem como com a de carreiras com atribuições assemelhadas.

Contudo, ao julgar pedido de liminar formulado pelo Ministério Público da União na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.369, o Supremo Tribunal Federal encerrou controvérsias existentes sobre a matéria e deixou claro que a realização de alterações remuneratórias no âmbito do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União somente pode ser realizada mediante lei em sentido estrito, que exige cumprimento do procedimento legislativo estipulado pela Constituição Federal. Assim, aquela Corte, liminarmente, suspendeu os efeitos do aludido Ato Conjunto nº 1, de 2004.

A aludida deliberação liminar, entretanto, não impugnou o mérito do aumento concedido aos servidores, já que limitou-se a apontar a impropriedade

formal do instrumento escolhido para o incremento da remuneração.

Assim, por não haver restrição da Corte Suprema à alteração de remuneração dos servidores, e a fim de ser cumprida integralmente a decisão do STF, de ser atendida a vontade do Congresso Nacional manifestada por meio do Ato Conjunto nº 1, de 2004, e, por fim, de serem evitados os prejuízos à normalidade dos trabalhos desta Corte que a frustração de fundadas e justas expectativas dos servidores certamente acarretaria, o Tribunal de Contas da União, por intermédio de seu Presidente, nos termos do art. 29 de seu Regimento Interno, respeitosamente solicita do Congresso Nacional a aprovação, por ambas as Casas Legislativas, do presente projeto de lei.

Tribunal de Contas da União, 22 de dezembro de 2004. – **Valmir Campelo**, Presidente.

**MENSAGEM Nº 2-GP/TCU**

Brasília – DF, 22 de dezembro de 2004

A Sua Excelência, o Senhor  
Deputado Federal João Paulo Cunha  
Presidente da Câmara dos Deputados  
Brasília – DF

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados.

Com meus cordiais cumprimentos, tenho a honra de submeter à apreciação do Poder Legislativo, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos do art. 96, inciso II, alínea **b**, c/c o art. 73 da Constituição da República Federativa do Brasil e, ainda, do art. 1º, inciso XV, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, bem como do art. 29 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, o anexo Projeto de Lei que “altera a remuneração dos servidores públicos integrantes do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União”.

Respeitosamente, – **Valmir Campelo**, Presidente.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Pre-

sidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, primeiramente, solicito a V. Ex<sup>a</sup> que considere para publicação nos Anais da Casa artigo do jornalista Luís Nassif, intitulado “Um abraço negro”, em que pede que o Estatuto da Igualdade Racial, de minha autoria, seja aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, como forma de colaborar com a inclusão do povo negro.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – O pedido de V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma do Regimento.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado,

Sr. Presidente, também gostaria de enfatizar, mais uma vez, a importância do debate que esta Casa realizou durante esta semana sobre a seca no Rio Grande do Sul. E, ainda há pouco, o Senador Pedro Simon, que, na próxima segunda-feira, estará em Passo Fundo, veio à tribuna, com o brilhantismo de sempre, para atualizar os dados sobre a seca no Rio Grande do Sul.

Já falamos também sobre o tema e pretendemos, junto com a Bancada de Deputados Federais e Senadores da Região Sul e com o Presidente Lula, na próxima semana, provavelmente a partir de quarta-feira, visitar não apenas o Rio Grande do Sul, como também Santa Catarina e o Paraná, apresentando o resultado da Comissão Interministerial, instituída pelo Presidente, para amenizar a situação desesperadora dos agricultores, pecuaristas, enfim, daqueles que trabalham no campo, na área rural do Rio Grande, inclusive a seca, que lá atinge inúmeras cidades, onde falta água até para a população.

Sr. Presidente, o tema sobre o qual quero discorrer hoje é fruto de questionamentos que me têm sido feitos, aqui mesmo, na Casa, sobre o antigo programa “A Voz do Cidadão” – hoje o programa “Alô, Senado” – e de *e-mails* e cartas que recebo. Somando tudo, são milhares por mês. Muitos têm me perguntado como fica, afinal, a questão salarial no Brasil a partir deste ano. Por isso, este meu pronunciamento é baseado na política salarial.

Sr. Presidente, a tese de muitos economistas e de alguns tecnocratas sempre se baseia, no meu entendimento, num falso dilema entre salários **versus** preços. Melhor dizendo: a sustentação de uma política salarial implica necessariamente a realimentação do processo inflacionário, do que discordo. Se fosse assim, os países de Primeiro Mundo, onde o salário mínimo é de mais de US\$1.000, a inflação não seria

de 2, 3% ao ano. Então, isso não procede. Segundo eles, portanto, o combate à inflação subentende controle ao congelamento dos salários dentro de uma economia de mercado com preços, esses sim, totalmente liberalizados.

Sr. Presidente, entretanto, o que se verifica historicamente é que a inflação no Brasil tem a sua raiz em outros componentes macroeconômicos, tais como a famosa demanda reprimida, descontrole de preços, custo financeiro, custo cambial, endividamentos interno e externo, carga tributária e o próprio mercado, que impõe os seus preços abusivos. Enquanto que o mercado, que é imperfeito, dentro da sua própria lógica – porque não existe mercado perfeito –, funciona visando ao lucro, é claro que, nesse caso, a prioridade de alguns setores é o corte das folhas de pagamentos – do que também discordo.

No Brasil, as políticas salariais foram criadas para tentar pelo menos acompanhar a elevação dos preços; em resumo, proteger o assalariado, o nosso povo, a nossa gente da elevação da inflação. Se há inflação é porque o assalariado perdeu, e isso tem que ser recomposto no seu salário nem que seja uma vez por ano. Infelizmente, isso não está acontecendo.

Os salários, nesse processo, se tornam o bode expiatório de qualquer desequilíbrio na economia. Mesmo em épocas de globalização e reestruturação produtiva, em que a tecnologia e o mercado de trabalho ditam as transformações – o que aconteceu em toda a década de 90 –, os salários reais jamais acompanharam as taxas de produtividade alcançadas pelos setores primário, secundário e terciário da economia.

A partir da implantação do Plano Real, sob a bandeira de vencer a inflação, o Governo adotou a famosa desindexação, acabando com qualquer tipo de proteção legal aos salários, tanto do setor privado como do setor público, enquanto que os ganhos de produtividade, na melhor das hipóteses, eram negociados a conta gotas na tal livre negociação. Produtividade e lucro indo muito bem, e o salário do trabalhador, no conta-gotas.

Aos salários do setor privado, restou a tal livre negociação num contexto totalmente adverso. O certo, como eu dizia, seria pelo menos garantir, uma vez por ano, a recomposição das perdas acumuladas que tiveram os trabalhadores ao longo dos doze meses.



No que tange à política salarial dos servidores públicos, vale o que diz o inciso X do art. 37 da nossa Constituição, que assegura a revisão geral anual sempre na mesma data. Com base nesse dispositivo, recentemente foi anunciado o valor do reajuste do salário dos servidores públicos federais. O percentual, claro, trouxe, eu diria, milhares de reclamações – para não dizer milhões – dos servidores públicos quando foi anunciado o reajuste de 0,1%, como forma de cumprir somente o que manda a Lei Maior.

Sr. Presidente, os argumentos são os mais variados. Dizem que houve a negociação direta, nos últimos cinco anos, com os servidores públicos e que os reajustes foram, em alguns setores, até de 100%.

O que quero deixar para reflexão, Sr. Presidente, para aqueles que têm a teoria de que a livre negociação para o setor, mesmo do servidor público, é o que resolve, é o seguinte: vamos pelo menos conceder um reajuste geral, correspondente ao processo inflacionário, e vamos negociar, então, setor por setor, aquilo que chamaríamos de aumento real de salário. Alguns dizem: “0,1%?!”. Mas isso porque já concedemos um aumento bem maior. Então, na hora de se formular o acordo, diga-se: aqueles setores que já receberam, de forma antecipada, um reajuste maior do que o do processo inflacionário teriam esse percentual descontado na referida database. Pronto! Ou seja, todos teriam recebido pelo menos o correspondente à inflação, sem receber duas vezes.

Por isso, essa é a sugestão, Sr. Presidente, que quero deixar para debate.

Sr. Presidente, sei que o meu tempo é muito pouco – percebo que tenho somente mais dois minutos – e, para refletir sobre toda a política salarial, mediante documento que escrevi, teríamos que nos aprofundar muito mais no assunto. Porém, sou obrigado a dizer, Sr. Presidente, que fico muito preocupado quando chega à Casa a proposta, encaminhada pelo Judiciário, de que o salário teto poderá chegar, este ano, a R\$21.500,00 e que, a partir do próximo ano, a R\$24.500,00. Isso, de fato, nos preocupa muito. Por que, Sr. Presidente? Direi tranquilamente e sem nenhuma demagogia: nos países de Primeiro Mundo, aos quais me referia no início do meu debate, o salário no serviço público é, no máximo, dez vezes maior. Estamos falando aqui em cem vezes! Ou seja, essa seria a diferença entre o salário máximo e o mínimo, caso ele chegasse a

R\$25 mil e se tomarmos como parâmetro de salário mínimo os atuais R\$260,00. É irreal!

Por isso, eu gostaria que fizéssemos um grande debate de forma equilibrada. Se dependesse de mim, vincularíamos o teto ao mínimo, e se alguém achasse que estava ganhando pouco com o teto, que aumentasse o mínimo. Assim, toda vez que o mínimo aumentasse, o teto também aumentaria.

Esse é um debate que gostaríamos de fazer. Por isso, Sr. Presidente, quero dizer, mais uma vez, que consegui aprovar, neste plenário do Senado, a formação de uma Comissão Especial, com Deputados e Senadores, para discutirmos toda a política salarial da área pública e da área privada; do salário mínimo dos aposentados e também dos pensionistas. Quem sabe, Sr. Presidente, se ouvindo toda a sociedade, ouvindo o Governo, ouvindo os servidores, ouvindo os trabalhadores da área privada e ouvindo os aposentados e pensionistas, conseguiríamos formatar efetivamente uma política salarial que atenda a todos os setores.

Sr. Presidente, em meu pronunciamento há dados e números mostrando o quanto a miséria neste País está cada vez mais se aprofundando. Por exemplo: os 50% mais ricos participam com 87,4% da renda total; os 50% mais pobres só ficam com 12,6%. Os 20% mais pobres ficam com 3%.

Em seguida, Sr. Presidente, há uma série de números e dados que mostram que deveríamos construir uma proposta que atendesse o interesse do conjunto da população.

Cito também, Sr. Presidente, a situação dos aposentados e pensionistas, tanto da área pública como da área privada. E, como eu dizia antes sobre a questão da seca no Rio Grande do Sul, é uma situação desesperadora.

A continuar a lógica dos últimos 10 anos, em menos de uma década teremos todos os aposentados e pensionistas do País ganhando o correspondente a um salário mínimo. Tomando como exemplo este ano, dependendo da MP que virá ao Congresso no mês de abril, a tendência é de que o reajuste seja em torno de 15%. Quanto receberá o aposentado? Menos que 5%. Ora, fazendo uma projeção, observaremos que, num futuro próximo, todos os aposentados receberão o correspondente a um salário mínimo. Por isso, Sr. Presidente, queremos aprofundar esse debate e discutir a recomposição da perda dos aposentados e pensionistas.

Nesta semana, recebi em meu gabinete o Presidente da Cobap, companheiro João Lima, que me mostrou dados e números do Siaf indicando que a Previdência no Brasil não é deficitária. Conforme os dados recebidos, há um superávit de mais de R\$30 bilhões. No entanto, a resposta que sempre ouço dos Governos é de que não é possível dar reajuste para os aposentados porque isso levaria à falência a Previdência.

Sr. Presidente, a melhor forma de resolvermos isso é instalando essa Comissão. Feito isso, poderemos ouvir os técnicos da Previdência; da Anfip (Associação Nacional dos Fiscais da Previdência), que têm outra visão; o atual ou o futuro Ministro da Previdência, a Fies, a CNI, a CUT, a CGT, a Força Sindical e as confederações, tanto de trabalhadores como de empregadores. Proponho que façamos um debate sério e responsável sobre distribuição de renda, com uma perspectiva de futuro para a política salarial.

Todos sabem que não podemos concordar – está aí o debate da reforma sindical – com a premissa de que o campo da livre negociação resolverá toda a questão da distribuição de renda. Não é real. Não aceito, em hipótese alguma, que queiramos provar a alguém que deve prevalecer a livre negociação, sobre a própria Legislação. Sempre digo que a lei vem para fortalecer ou para preservar o interesse do mais fraco, ou deveria fazê-lo pelo menos. Por isso entendo, Sr. Presidente, que é fundamental construirmos um grande entendimento para a construção de uma política que atenda tanto àqueles que ganham o salário mínimo – os aposentados e pensionistas –, como também os servidores públicos.

Eu não podia deixar de vir à tribuna, Senador Pedro Simon, como comentei com V. Ex<sup>a</sup>, diante do anúncio de 0,1% de reajuste para os servidores públicos. Eu precisava, no mínimo, vir aqui para dizer: vamos dialogar, conversar, apontar caminhos, refletir sobre como podemos fazer com que os servidores tenham uma reposição que repercuta nos Municípios, nos Estados e na União. Quando a referência nacional para o reajuste é de 0,1%, isso, é claro, repercute nos Estados e Municípios.

Este momento, quando se fala tanto de reforma sindical, serve para que caminhemos rumo a esse entendimento, buscando as alternativas possíveis.

Senador Pedro Simon, na Presidência, anteriormente, eu elogiava o seu pronunciamento, e uma parte dele me marcou muito. Além de falar muito da

questão do agricultor em geral – todo aquele que trabalha na área rural em nosso Estado, seja na avicultura, pecuária, suinocultura, nessa ou naquela plantação –, V. Ex<sup>a</sup> citou o aumento do desemprego que será gerado. O Estado vai arrecadar muito menos e, conseqüentemente, também as empresas de máquinas agrícolas, por exemplo, vão produzir muito menos, resultando em desemprego em massa no Estado também na área urbana. O desespero na área rural, como V. Ex<sup>a</sup> dizia, vai fazer com que o trabalhador dessa área desloque-se para a cidade, onde não vai encontrar emprego, aumentando o cinturão de miséria.

Por tudo isso, Sr. Presidente, como foi bem colocado pelo Senador Pedro Simon, estamos muito preocupados, não somente com o Rio Grande do Sul. A seca, como S. Ex<sup>a</sup> dizia, atinge o Sul e já começa a avançar para outros Estados, o que pode fazer com que entremos na seara perigosa de um Estado quase que de convulsão.

Se não há mais produção para alimentação, se falta água para os animais e alimento para a população, o debate sobre a distribuição de renda é fundamental.

Cumprimento a CCJ, que está instalando uma Subcomissão para debater a reforma sindical e trabalhista; a CAS, Comissão de Assuntos Sociais, que está instalando uma Subcomissão para discutir distribuição de renda, e a Comissão de Agricultura, Senador Pedro Simon, de que V. Ex<sup>a</sup> foi o mentor. Vejo-a com bons olhos. Sei que o Presidente, Senador Sérgio Guerra, e V. Ex<sup>a</sup> tiveram participação e temos trabalhado juntos: eu, V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Sérgio Zambiasi. Espero que a Convenção Quadro vá também para a Comissão de Agricultura, para debatermos o caos que será criado nessa área e que vai gerar milhões de desempregados no País, com milhares e milhares no Rio Grande do Sul, caso se caminhe pelo viés ora colocado.

Como meu tempo se esgotou, Senador Pedro Simon, concluo dizendo que eu gostaria de aprofundar ainda mais o debate sobre a questão salarial, mas, com certeza, voltarei à tribuna em um outro momento.

Obrigado, Sr. Presidente.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO- NUNCIAMENTO**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)*



# FOLHA DE S. PAULO

São Paulo, quinta, 10 de março de 2005

## Um abraço negro

LUÍS NASSIF

Nessa discussão sobre racismo negro, para jogar um pouco de luz na escuridão e colocar preto no branco, recorro à excelente análise do advogado Roberto Militão, militante do movimento negro contra o racismo e a discriminação.

Diz ele que, como advogado, é contra as cotas raciais, por embasamento jurídico. Isoladamente, as cotas são inconstitucionais, por ferirem o princípio geral da isonomia. Ele não tem dúvidas de que o Supremo Tribunal Federal decretará sua inconstitucionalidade.

Porém -prosegue ele- as políticas de ação afirmativa são admitidas pela Constituição, no artigo 5º, que pela primeira vez incluiu a "igualdade" como uma das garantias individuais invioláveis.

Para ser implementada, há a necessidade de uma lei. O caminho poderia ser o projeto de lei "Estatuto da Promoção da Igualdade", do senador Paulo Paim (PT-RS). Em sua gestão na presidência da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha (PT-SP) não o incluiu na pauta. Militão espera que o novo presidente da Casa, Severino Cavalcanti (PP-PE), tenha mais sensibilidade "por sua própria trajetória de menor receio de confrontar o conservadorismo social".

Com sua aprovação, o direito da "não-exclusão" deixará de ser ação subjetiva e passará a se constituir em obrigação objetiva, sujeitando o não-cumprimento a punições legais. Se não existir a pré-exclusão do pai, diz Militão, não haverá necessidade de cotas para o filho. Se a mulher não for excluída, seus filhos não serão prejudicados. Nos Estados Unidos, os maiores beneficiados por políticas de ação afirmativa são, primeiro, mulheres brancas, depois as mulheres negras, seguidas dos homens negros e dos homens brancos. Mas todos foram beneficiados, diz ele. Com base na promoção da igualdade, será admissível a adoção de cotas compensatórias, pontuais, em setores em que as exclusões persistam.

Diz ele que as "cotas isoladas" são como analgésicos que atacam os efeitos, sem destruir as causas. Para cada negro que entrar na universidade por cotas, milhares continuarão sendo excluídos no mercado de trabalho e seus filhos serão também "desigualizados".

Além disso, os beneficiários das cotas isoladas serão definitivamente marcados pelo estigma do "incapaz beneficiado", o que resulta em danos irreparáveis que acabarão atingindo até mesmo negros que não foram beneficiados.

Conclui o advogado: "Tenho pavor da frustração e da revolta que surgirão quando o STF se pronunciar quanto à constitucionalidade das cotas nas universidades, o que talvez interesse à sobrevivência de muitas ONGs". Os filhos de Militão estudam no Colégio Salesiano - Santana, instituição filantrópica que deveria destinar 20% das 3.500 vagas a estudantes pobres da região. Em sete anos, nenhum estudante negro foi beneficiado, diz ele, mas apenas amigos que nunca são negros: filhos de "autoridades" civis, judiciárias, militares, jornalistas amigos etc., menos pobres negros. Ele está movendo uma ação judicial no Fórum de Santana, exigindo a democratização do acesso.

Como diria dona Ivone Lara, "um sorriso negro, um abraço negro, traz felicidade".

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

**O SR PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estamos aqui, novamente, no sentido de encontrar uma forma viável de dar fim à duradoura e incansável batalha do salário mínimo.

Apesar de ter sido veiculado na imprensa o valor de R\$300,00 para o mínimo, não chegou ao Congresso a proposta oficial do Governo Federal com o novo valor e com a política de recuperação do valor do salário mínimo.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de ter dos senhores a certeza de que não mediremos esforços para que possamos encontrar a melhor proposta para o trabalhador.

Gostaria de salientar que foi aprovada no âmbito do Congresso Nacional a proposta de minha autoria, de criação de uma Comissão Mista para apreciação de todos os projetos que versam sobre o Salário Mínimo que tramitam em ambas as Casas.

Já foram indicados os membros aqui no Senado Federal, faltando somente a indicação dos membros na Câmara dos Deputados, para que a mesma inicie seu funcionamento. Contribuirão com esta Comissão, parlamentares, sindicalistas, representantes do Governo Federal, empresários e representantes dos aposentados.

A finalidade desta Comissão é de criar uma política permanente de atualização do salário mínimo.

É nesse foro privilegiado que pretendo ver debatido exaustivamente o Projeto de Lei nº 200, que apresentei em 2004 para vigorar no presente exercício. A proposta garante um salário mínimo de R\$300,00 mais o dobro do PIB (Produto Interno Bruto); estendendo os mesmos percentuais aos aposentados e pensionistas.

Este debate do reajuste dos benefícios dos aposentados e pensionistas tem que ser enfrentado, caso contrário no máximo em 10 anos todos estarão recebendo somente 01 salário mínimo.

O que será uma grande injustiça com aqueles que, ao longo de suas vidas pagaram contribuições entre 02 e 20 salários mínimos.

A defesa do salário mínimo é uma bandeira histórica em minha vida pública. Essa tem sido uma luta permanente a qual não abandonarei até que tenhamos um salário mínimo justo, capaz de atender as necessidades básicas, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, como preceitua a nossa Constituição Cidadã!

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e solicito que presida a sessão para que eu possa usar da palavra neste momento. (Pausa.)

*O Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com satisfação.

Agradecendo por ter presidido os trabalhos para que eu pudesse usar da palavra.

Concedo, pois, de imediato, a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mozarildo Cavalcanti, por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup> Senadora Heloísa Helena, Srs. Senadores, recebi uma comunicação do meu Estado, Roraima, que me obriga a mudar o tema que abordaria. Eu pretendia discutir o DOMÍNIO – com todas as letras maiúsculas – da União sobre as terras do Estado de Roraima. Quando éramos Território Federal, as terras eram da União; passamos à condição de Estado e a União teima em continuar sendo proprietária de tudo. Anteontem, o Supremo emitiu decisão sobre esse tema, que abordarei em outro momento.

Hoje tratarei da irracionalidade que está ocorrendo na sede do Município de Pacaraima, que se situa na linha de fronteira com a Venezuela. A respeito desse assunto, conversei com o Presidente da Funasa e com o assessor parlamentar do Ministério da Saúde. Existe, naquela região, um intercâmbio permanente entre as duas populações – a da cidade brasileira de Pacaraima e a da cidade venezuelana de Santa Helena do Uiarén.

Nesse intercâmbio, o Brasil só leva vantagem, porque grande parte do que é vendido aqui não é encontrado lá, do outro lado. Outro benefício percebido principalmente pela população daquele Município, por exemplo, é em relação à gasolina, que custa lá um quinto do valor cobrado do lado brasileiro. Cito também o fato de que, por se situar em uma área de livre comércio, em Santa Helena do Uiarén vendem-se muitos produtos bem mais baratos do que os similares brasileiros. Entretanto, os comerciantes brasileiros vendem muitos produtos brasileiros que não são fabricados na Venezuela.

Nessa barreira da fronteira, há um posto da Receita Federal, outro da Polícia Federal e um da Funasa, que cuida, logicamente, da questão da saúde. Os veículos que entram, por exemplo, são borrifados. A Funasa decidiu exigir, para quem visita a cidade com

a finalidade de comprar ou almoçar, por exemplo, que porte o atestado de vacinação da febre amarela ou, caso não esteja com ele, que se vacine.

Ora, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não traz nenhum risco para a cidade de Pacaraima o fato de uma pessoa passar apenas algumas horas na cidade. Não há nenhum risco para a saúde nesse fato.

Há poucos dias, uma funcionária da Fundação Nacional de Saúde impediu que dois generais da região da Venezuela entrassem na localidade. Eles argumentaram que, por gostarem muito da comida brasileira, iriam a um restaurante, tentando convencê-la de que apenas almoçariam e voltariam. Mas ela não os deixou passar. Como reciprocidade, conseqüentemente, a Venezuela passou a exigir dos brasileiros, moradores daquele Município ou não, todas as coisas possíveis e imagináveis para entrarem na cidade de Santa Helena do Uiarén, inclusive atestado de vacinação.

O Presidente Lula está fazendo um trabalho maravilhoso nesse particular, que é o de aproximar os países da América do Sul do Brasil. O Brasil viveu de costas para a Venezuela e a Venezuela de costas para o Brasil durante décadas. Para o meu Estado, é importantíssimo e vital o intercâmbio com a Venezuela. Exportamos soja e madeira para aquele país. Proporcionalmente, a nossa balança comercial é uma das melhores do Brasil, em termos de exportação. E, agora, um órgão do Governo Federal cria um incidente diplomático com a Venezuela.

Já falei com o Presidente da Funasa e com o assessor parlamentar do Ministro Humberto Costa, pois não pude contactar S. Ex<sup>a</sup>. Faço este registro da tribuna, pedindo o bom senso do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde, para que apenas desloque esse posto da Vigilância Sanitária da linha de fronteira para 500 metros abaixo, onde fica o posto da Secretaria de Fazenda do Estado. Portanto, quem for entrar no Estado de Roraima para ficar em Boa Vista ou para ir a Manaus, terá de apresentar o atestado de vacinação e os documentos exigidos. Essa reciprocidade sempre existiu. Íamos a Santa Helena do Uiarén sem nenhum tipo de exigência, apenas com a apresentação da carteira de identidade – aliás, como ocorre no Rio Grande do Sul com relação a Livramento e àquela outra cidade da fronteira.

Na verdade, esse contra-senso sanitário não pode ser um assunto causador de um incidente diplomático de graves prejuízos para o Brasil, notadamente para o meu Estado.

Deixo esse registro e – repito – estou endereçando, por escrito, ao Ministro da Saúde e ao Presidente da Funasa essa questão, que espero ver resolvida com urgência porque já está causando problemas ao Estado de Roraima, embora talvez o Brasil ainda não tenha se apercebido da situação. Roraima situa-se na parte mais setentrional do País e já está sofrendo com esse incidente diplomático.

Durante muito tempo, os venezuelanos nos viram como os imperialistas do sul. Sempre viram os americanos como os imperialistas do norte e o Brasil, o imperialista do sul, dado seu tamanho e sua economia. Essa situação vem sendo superada com muito trabalho e com muitas diligências. O atual embaixador do Brasil na Venezuela conhece muito bem o Senado Federal. O Embaixador Souza-Gomes inclusive foi assessor do Itamaraty nesta Casa e conhece, portanto, profundamente a carreira diplomática. S. Ex<sup>a</sup> tem trabalhado para eliminar todo tipo de barreira comercial. Entretanto, um órgão do próprio Governo Federal atrapalhou tudo que vem sendo feito a favor do Brasil, a favor do meu Estado.

Para finalizar, comunico que vou requerer informações mais detalhadas sobre essa questão que pode causar ao Brasil sérias divergências com a Venezuela. Posteriormente, eu o farei por escrito à Mesa do Senado.

Na recente visita do Presidente Lula à Venezuela, foram feitos acordos para a criação de uma espécie de consórcio entre a Petrobras e a Pedeveza, da Venezuela, que é um dos maiores produtores de petróleo do mundo.

O Brasil só teria a ganhar com isso.

Não pode ser, talvez, um excesso de rigor sanitário de uma funcionária da Funasa que colocará, por água abaixo, todo esse trabalho que é fundamental para o meu Estado. Roraima está praticamente encravado na Venezuela, avança por dentro do território daquele país. Não podemos sofrer esse tipo de punição pela irracionalidade de uma funcionária.

Portanto, formalizarei o pedido à Mesa, fazendo-o também oralmente. Como se trata de um assunto importante não só para o meu Estado, mas para todo o País, deixo esse registro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)  
– Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental a partir do momento em que o documento chegar à Mesa.

Concedo, de imediato, a palavra ao nobre Senador Alberto Silva.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos, com tolerância de mais cinco minutos.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje é um dia daqueles em que o Plenário não está completo. Estão presentes meus ilustres colegas do Rio Grande do Sul e de Alagoas, Senador Paulo Paim e nossa querida Senadora Heloísa Helena, respectivamente.

Volto à tribuna para tratar, mais uma vez, do homem do campo. Acabo de ouvir o Senador Paulo Paim falar das dificuldades por que passa o Rio Grande do Sul, que enfrenta grande seca. Isso é quase inacreditável. Numa ocasião, o ex-Presidente Figueiredo disse que este País precisava, quando estava chovendo demais no Sul, ser inclinado para que a água fosse para o Nordeste. Agora ocorre o contrário: não chove no Rio Grande do Sul. É claro que o prejuízo deve ser muito grande.

Caro Senador Paulo Paim, jamais imaginaria que haveria seca no Rio Grande do Sul. Sempre ouvimos dizer que o Rio Grande do Sul produzia trigo e arroz em larga escala, além de soja, porque tinha água, tinha chuva, apesar de enfrentar dificuldades, às vezes, com a chuva de granizo que ocorre quando a temperatura cai.

O Rio Grande do Sul tem vários rios perenes. Pelo que me lembro da geografia do Rio Grande do Sul, independentemente das lagoas que existem por lá, há muita água, muitos rios. Quem sabe, Senador Paulo Paim, não seria o caso de repensar o trabalho de distribuição de bacias, fazendo canais de irrigação também no Rio Grande do Sul, como estamos tentando fazer no Nordeste para levar água onde não há? Quem sabe, agora, tivéssemos que repensar o Rio Grande do Sul! Eu não ia tratar daquele Estado, mas fiquei impressionado com as palavras do Senador Paulo Paim, que disse que a situação é de calamidade mesmo, semelhante à do Nordeste: o gado morrendo, a população sem água. Isso é dramático.

A sugestão é a de que se repense e se faça um projeto de distribuição de bacias. Há muita água em vários rios do Rio Grande do Sul. Em vez de pensarmos na transposição do São Francisco, que vai custar US\$2,4 bilhões, poderíamos fazer, com US\$200 milhões, as interligações de bacias dos rios do Rio Grande do Sul, e, talvez, não houvesse mais esse drama.

E são canais simples, não é preciso muita coisa. Canais em terra mesmo, bem construídos, levariam água como o leito natural de um rio. É apenas uma depressão no terreno não-cimentado, e a água segue pelo leito do rio. Pode-se, também, fazer um canal, cavado na terra, seguindo-se as curvas de nível e, talvez, protegendo-se as margens com plantações. Não é preciso concretar canais, nem colocar mantas protetoras. Há, ainda, as adutoras em tubulação fechada, com diversos escalonamentos de pressão. Com isso, ter-se-ia água distribuída ao longo do seu Estado, Senador Paulo Paim.

Mas volto ao meu Nordeste, já que temos de lidar sempre com o problema da seca. Vejo o meu companheiro, Senador Garibaldi Alves Filho, do Rio Grande do Norte. Tenho uma idéia diferente daquela da transposição, mas para o Estado de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Garibaldi Alves Filho. V. Ex<sup>a</sup> foi Governador, e eu, Superintendente do Pólo Nordeste. Andei, no seu Estado, palmo a palmo, vi os grandes açudes, a seca, o Projeto Serra do Mel. Tivemos a oportunidade de trazer os franceses, para que, com energia solar, fosse bombeada a água do açude para a Serra do Mel. Na época, essa era uma das idéias que tínhamos.

Hoje quero tratar dos riachos do Nordeste, os chamados riachos secos. Quando chove, existe água no Nordeste, que pode ser vista do avião; jura-se que aquela região nunca ficará seca. São milhares de riachos, cuja água escorre ora para os açudes, ora para outros pequenos riachos que vão acabar no mar. Mas um riacho como esse, na verdade, é, em potencial, um grande reservatório de água, se o homem colocar a cabeça no lugar e pensar. Já fizemos uma experiência dessa no Piauí; estou falando de cadeira.

Olha-se o riacho seco, mas há água acumulada no subterrâneo, durante o período de chuva. Conheci um engenheiro, um verdadeiro sábio, o Dr. Gontijo, que fez um livro sobre o aproveitamento dos riachos secos a partir de uma barragem de cabeceira.

O que é uma barragem de cabeceira? O riacho nasce de uma depressão no terreno, seguramente, senão a água não correria. Suas águas deslocam-se do ponto mais alto em direção ao mais baixo. Na nascente, há uma enorme depressão, onde a água vai-se juntando; forma-se, então, o primeiro filete, que vai engrossando e dá origem ao riacho. Quando chove muito, o riacho é caudaloso, parece um rio. Geralmente, a depressão é de dois quilômetros; a declividade é mínima, pequena. Pode-se construir, no começo do



filete d'água, uma barragem simples, como uma barragem de estrada – se esta apresenta uma largura de sete metros, o aterro é de sete metros. No lugar mais profundo do riacho, é possível subir um pouco mais. São 50 metros, no máximo, de um aterro de sete metros de altura, que se faz, com as máquinas e rolos compressores, facilmente, camada por camada.

Tem-se, então, o miolo do riacho barrado nos 50 metros. Continua-se com o aterro-barragem até o ponto mais alto da depressão, e, com isso, forma-se algo como uma estrada de uns quatro quilômetros de comprimento, que, na verdade, é uma barragem que segura a água de uma depressão de dois por dois quilômetros ou três por três. Sabem V. Ex<sup>as</sup> quanto se acumula numa área como essas? Milhões de metros cúbicos d'água! Quatrocentos milímetros chove no Nordeste, não há dúvida; no entanto, chove trinta hoje, cinquenta amanhã, e perde-se a safra, porque o intervalo entre uma chuva e outra é de 20 ou 25 dias.

No terreno em que se infiltra a água, 25% evaporam, 25% ou 30% correm no riacho, se não houver a barragem, e o resto se infiltra. Pelo menos 50% da água que caiu se infiltra, no riacho e na cabeceira.

Agora vamos olhar o enorme reservatório de água que existe no riacho seco. Para isso, é preciso segurar os filetes de água que correm em direção ao mar. Até uma profundidade de dois metros, aproximadamente, os filetes estão correndo, e o riacho, secando. Se, lá na ponta, antes de o riacho chegar a outro rio – talvez 20 quilômetros depois de sua nascente –, for cavada uma vala na largura do riacho e colocada uma lona plástica, a água dos filetes será barrada e não escorrerá mais. Colocando-se poços amazonas...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Alberto Silva, V. Ex<sup>a</sup> dispõe de mais cinco minutos.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Vou acabar em cinco minutos, Sr. Presidente. Gastei um pouco do tempo com seu Estado e fico muito feliz com isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu lhe agradeço.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Barrando-se o fim do riacho com uma manta plástica, tem-se um reservatório de 20 quilômetros de extensão por 50 de largura. Isso é água de verdade!

O que se faz? Coloca-se um poço amazonas e uma bomba solar de 500 litros por hora, e traz-se a população para a beira do riacho, para plantar feijão. Por volta de três mil famílias podem ser colocadas ao

longo do riacho, para cultivar feijão e mamona, no verão, na seca, aguando a plantação com regador, já que é só um hectare, 100 metros. A família, que tem água na caixa, tirada do poço cacimbão com energia solar, molha a plantação como quem molha uma horta em casa. Por que não? Monta uma barraca e vai ganhar dinheiro na beira do riacho. Um quilo de feijão verde na feira vale até R\$2,00 no tempo da seca.

Então, essa é uma sugestão que procurarei desenvolver. Trarei o desenho e o distribuirei aos companheiros do Senado e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, criada recentemente. Não faço parte dela, mas gostaria de pelo menos oferecer minha experiência, como essa do Piauí. Quem sabe, com isso, comecemos a trabalhar o semi-árido de outra forma!

Para encerrar, Sr. Presidente – perdoe-me, mas preciso de só mais um minuto –, estamos com um megaprojeto de plantio de mamona no Piauí, mas baseado na Associação dos Prefeitos. São 100 prefeitos que já aderiram, e cada Prefeitura tem mil lavradores que plantam roça. Então, estamos dirigindo para aquele projeto mamona e feijão – mamona para o *biodiesel* e feijão para alimentar a população. São 100 mil famílias. Vamos trabalhar esse fim de ano.

Lembro que 100 mil hectares de mamona roubam da atmosfera 200 mil toneladas de CO<sup>2</sup>. São duas toneladas por hectare/ano que um pé de mamona tira do ar. É bom que o pessoal de Kyoto saiba disso. Se vamos plantar 100 mil hectares de mamona e feijão no próximo ano, no Estado do Piauí, teremos direito a um ressarcimento, porque não é brincadeira que 200 mil toneladas de CO<sup>2</sup> sejam tiradas do ar, quando sei que quando queimo uma tonelada de *diesel* mineral gero duas toneladas de CO<sup>2</sup>. Então, o meu Estado gasta 15 mil toneladas/mês, as nossas roças de mamona tiram todo o CO<sup>2</sup> produzido pelo *diesel* mineral do Piauí queimado num ano.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe da palavra por dez minutos, com a tolerância de mais cinco.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, eu pretendia, na manhã de hoje, dar continuidade a um discurso que fiz ontem aqui a respeito das medidas provisórias, de como se deve urgentemente limitar a edição dessas medidas.



Tenho algumas sugestões que deixarei para apresentar na próxima semana, quando tiver aqui a companhia de um maior número de colegas Senadores e Senadoras.

Na realidade, Sr. Presidente, essa limitação do tempo de cada orador tem permitido que mais Senadores possam falar; de certa maneira, democratiza. Fui um dos que reclamei que os Senadores inscritos não falavam, mas tenho que fazer aqui uma observação: o debate parlamentar terminou perdendo, porque o Senador fala mas não pode mais conceder apartes. Como só tem dez minutos, se conceder dois, três ou quatro apartes, estará cedendo o seu tempo aos apartes. Veja como é complexo esse tema numa Casa que foi criada para que todos pudessem falar, debater. Veja como é difícil conciliar-se tudo isso.

Sr. Presidente, eu queria apenas dizer, comunicando com V. Ex<sup>a</sup> e com o Senador Alberto Silva, que realmente o Rio Grande do Sul está sofrendo um das suas secas mais cruéis – e lá demora a haver seca! Já no nosso Nordeste, a Senadora Heloísa Helena sabe, convivemos com a seca quase que permanentemente, apenas ainda não descobrimos como fazer isso de maneira mais saudável, se é que posso usar essa palavra. Isso porque cada seca parece ser um fenômeno imprevisível; parece que a seca não entrou na nossa vida, não entrou na nossa história, que não temos uma literatura vasta a esse respeito, não temos toda uma história de sofrimento. Parece até, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que a seca é uma novidade, quando não é. Já deveríamos ter todo um arsenal para conviver com ela e para enfrentarmos as mazelas por ela trazidas, de modo a poupar aquelas pessoas do polígono das secas dos seus efeitos perniciosos.

Uma seca hoje não chega a abalar a economia de um Estado, pelo menos do meu Estado, como abalava antes, mas é preciso pensar não na economia, mas nas pessoas que estão ali, que dependem daquele feijãozinho, daquele milhozinho, daquela cultura de subsistência, que é tudo para elas.

O meu Estado hoje é um grande produtor de camarão, de sal, de petróleo, de frutas irrigadas; é um Estado, como o da Senadora Heloísa Helena, com uma potencialidade turística que só agora está sendo aproveitada; mas lá existem milhares de pessoas – grande parte da população do Estado – que dependem das chuvas, que ainda olham para o céu e que esperam que tenhamos uma política correta para quando aquelas chuvas não caírem, como não estão caindo.

Senador Paulo Paim, é uma questão de mais vinte ou trinta dias para estar instalada a seca. Deus queira – até vou bater aqui na madeira – que não aconteça isso; todos nós estamos rezando, mas, se não chover no Dia de São José, no dia 19 de março, o sertanejo vai cair em desespero novamente.

Nós precisaríamos ter uma Sudene e todo um conjunto de medidas que pudessem assegurar condições de vida a uma população que hoje vive da Previdência, quase que se socorre apenas dos benefícios pagos pela Previdência.

É uma situação que tem a sua gravidade e que, infelizmente, não se está vendo mais como se via. De primeiro, havia a indústria da seca; dizia-se que a seca era manipulada e aproveitada para que alguns pudessem enriquecer, alguns pudessem fazer política à custa da seca. A indústria da seca desapareceu. Graças a Deus, há pouca coisa disso. Permanecem alguns resquícios, mas é pouco. No entanto, a seca não desapareceu, e a maneira de enfrentá-la não é hoje das melhores; continua a ser aquela coisa mal ensaiada, mal planejada.

Peço a Deus que eu não volte daqui a 30 dias, Senador Paulo Paim, para pedir uma comissão de Senadores, para pedir providências quando a seca já estiver instalada, quando pessoas já estiverem precisando de água e de comida, porque a situação passou a ser irreversível, como no Rio Grande do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu é que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador, que também aprofundou o debate sobre a questão da seca, que efetivamente nos preocupa a todos. Tenho certeza de que caminhos serão apontados no sentido de se encontrarem soluções.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AP) – Como inscrita.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – V. Ex<sup>a</sup> dispõe da palavra por dez minutos, com a tolerância de mais cinco minutos.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, primeiro, compartilho da preocupação do Senador Garibaldi Alves. Entrarei no problema da seca também, que mexe diretamente com o Estado de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paulo Paim, e, de uma forma muito especial, há muitos longos e

dolorosos anos, com o Nordeste de uma forma geral, incluindo Alagoas.

Antes, porém, quero deixar também registrada a minha preocupação em relação à nova metodologia que foi estabelecida quanto ao uso da palavra. Sei que não é da responsabilidade de V. Ex<sup>a</sup> – foi um acordo entre os Líderes e a nova Mesa –, mas, mesmo assim, quero deixar isso registrado. Primeiro, como sou asmática e aprendi a falar muito rápido, sem respirar, talvez eu até tenha mais facilidade de falar em 10 minutos. Embora, como lembrou o Senador Garibaldi Alves, para quem quer falar, ou seja, promover o debate, é evidente que esse negócio não dá certo. E outra coisa mais: ainda não me utilizei disto, mas, se necessário for, eu o farei. Não houve uma mudança do Regimento; houve um acordo. Quem quiser se submeter ao acordo, se submeterá. Quem não quiser, terá os 20 minutos, antes da Ordem do Dia, como manda o Regimento, e, após a Ordem do Dia, os mesmos 50 minutos, como manda o Regimento.

Farei um esforço muito grande para ser parte do acordo. Não há problema algum. Agora, no dia em que eu quiser falar um pouco mais do que 10 minutos, usarei o que o Regimento manda. Isso é possível porque não houve alteração regimental, mas acordo. Não participei do acordo. Está tudo muito bem, pois tento ajudar para democratizar, blablablá...

Outra coisa é essa história de interrupção do som. Isso é horrível, é uma coisa muito feia. Ontem, passamos uma situação vexatória com a Deputada Jandira Feghali, uma das mais importantes Parlamentares do Congresso, que não conseguiu falar, porque havia esse treco aí que pára, a todo o momento, a fala das pessoas. Em uma Casa como esta, composta de 80 pessoas mais o Presidente, sendo que a maioria fica na Mesa e não fala, cortar a palavra... Qualquer um de nós fica constrangido quando o Presidente alerta para o tempo seguidas vezes. Até por constrangimento, senso de educação e de cumprimento do Regimento, paramos nossa fala e a deixamos para depois. Agora, esse negócio de cortar o som é horrível. Talvez se justifique na Câmara, não sei; afinal de contas, lá são 513 Parlamentares. Aqui, somos 80, e a maioria, efetivamente, não usa da palavra.

Sr. Presidente, entrarei no debate sobre a seca, deixando, inicialmente, minha solidariedade ao povo querido do Rio Grande do Sul no que tange a esse problema gravíssimo. Contudo, voltarei o tema em relação ao Nordeste e, em especial, a Alagoas.

O Senador Teotônio Vilela Filho fez uma proposta. Amanhã, os três Senadores por Alagoas visitaremos algumas cidades que passam por uma situação mais dramática no interior do Estado. Não é uma situação nova. Vamos porque nos sentimos na obrigação de fazê-lo. É evidente que vou muito ao sertão, porque é a minha região, a região onde nasci. Sei que o problema de Alagoas não se restringe ao sertão. O problema da Zona da Mata é gravíssimo, e temos também o problema do Agreste e do Baixo São Francisco, mas a região do sertão consegue estar numa situação pior. Às vezes, ficamos até constrangidos em ir até lá, como se estivéssemos indo conhecer uma determinada realidade que já não conhecêssemos – as condições meteorológicas já alertavam para o fato, e é a realidade concreta que nós entendemos. O que havia no Governo passado é o mesmo que ocorre no atual Governo.

Se há uma enchente no Nordeste, como inclusive aconteceu, com destruição de casas, de barragens, de açudes e adutoras no Estado de Alagoas, vão pra lá Governador, Parlamentar, Ministro, Presidente, fazem de conta que choram, tiram fotografias, fazem manipulação política e demagogia com o povo e, depois, zero. Não se faz absolutamente nada.

Senador Paulo Paim, visitaremos a região do sertão de Alagoas. Sempre digo que o fato de Deus ter colocado lá o rio São Francisco – mais de 70% do rio São Francisco são incrustados no semi-árido – parece justamente uma bofetada na maldita oligarquia nordestina, para mostrar que não se trata de um problema da natureza. A inteligência das mulheres e dos homens produziu alta e barata tecnologia para garantir o abastecimento de água e projetos de irrigação. Há as experiências concretas e objetivas que tantas vezes o Senador Alberto Silva apresentou aqui, assim como a Cáritas, que faz projetos concretos para a acumulação de água ou o simples gotejamento. Enfim, alta tecnologia para que, com pouca água, se possibilitem alternativas de projetos de irrigação, abastecimento humano e animal e, portanto, dinamização da economia local, geração de emprego e renda e produção de alimentos.

Portanto, não se fazem necessários uma fórmula mágica, um projeto faraônico ou grandes idéias. Tantos projetos já foram produzidos e acumulados. Todo governante tem uma verdadeira tara por grandes obras e por obras de fachada. Aí, muito do que existe hoje acumulado no setor público – o Senador Garibaldi sabe disso –, de projetos concretos, objetivos, de baixo custo, para o Nordeste, é algo de que qualquer Presidente

da República deveria se envergonhar; ou ter vergonha na cara e não precisar de Deus.

Esta é outra coisa que ninguém agüenta, principalmente, nós, nordestinos: esse negócio de reivindicar aos santos. Que os povos indígenas façam o toré é uma coisa diferente.

O Fernando Henrique esperava por São Pedro; aliás, culpou São Pedro pela crise do setor elétrico. Agora, o Lula espera São José. É evidente que os santos do céu devem estar dizendo: cuidem-se vocês aí, porque a responsabilidade e obrigação é de vocês. Deixem-nos em paz com esse tipo de demagogia.

O mais doloroso é que muitas das populações dos Municípios mais pobres do Estado de Alagoas, que vivem nas favelas dos assentamentos rurais da reforma agrária, Senadores Paulo Paim e Garibaldi Alves Filho, estão a três, quatro, dez quilômetros do rio São Francisco. E não têm água para beber, para dar aos seus poucos animais quando os têm, para produzir alimento e para alimentar os seus filhos!

Por isso, não aceitamos mais ouvir essa cantilena que teve início no primeiro Governo do Fernando Henrique, continuando no segundo. Aliás, só foi paralisada, não se dando continuidade ao tal Projeto de Transposição do São Francisco – sei que o Senador Garibaldi tem uma posição diferente da minha em relação a isso – porque houve a crise do setor elétrico. Então, não foi para frente porque não podia realmente ser.

De lá para cá, a situação do Nordeste continua absolutamente igual. Não houve investimento em captação de águas, não houve investimento nas adutoras. Não houve sequer a recuperação de adutoras que foram destruídas pelas enchentes ou que precisam ser recuperadas; não houve construção de novas adutoras, nem o aproveitamento das águas, subterrâneas ou de superfície, que existem no Nordeste; não houve nenhum projeto de alta tecnologia e com pouco uso de água para projetos de irrigação. Nada!

E aí continua essa velha discussão quando, efetivamente, não existe absolutamente nada no Estado de Alagoas, assim como nos outros Estados do Nordeste, infelizmente, também não existe.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Pois não, Senador Garibaldi. Sei que quando se fala no rio São Francisco a gente se divide, mas não tem problema.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – Estava concordando integralmente com o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, mas não é o São Francisco que me traz aqui. Um grande investimento foi realizado em adutoras no Rio Grande do Norte.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – Chegamos a fazer mil quilômetros de adutoras. Isso contou com o apoio do Governo Federal, com o apoio do Presidente Fernando Henrique. Fizemos duas grandes barragens. Quero registrar esses avanços. Sei que V. Ex<sup>a</sup> está imbuída da melhor boa-fé e está fazendo um discurso com o qual concordo quase integralmente. No entanto, penso que, aqui e acolá, podemos registrar alguns avanços. Trouxe, portanto, esses para incorporar, se V. Ex<sup>a</sup> permitir, ao seu discurso.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Não tenha dúvida de que os incorporo. Então, se os avanços foram para o Estado de V. Ex<sup>a</sup>...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) –... os amigos do Nordeste, com certeza, vão ter que dar mais satisfação ao povo de Alagoas, porque para Alagoas nada!

Por isso, Sr. Presidente, mais uma vez, estamos aqui fazendo um apelo ao Governo Federal no sentido de que sejam estabelecidos os projetos de infraestrutura necessários para Alagoas, especialmente para o sertão. Isso significa projetos de irrigação, de abastecimento de água humana e animal, a recuperação e a construção das adutoras, os açudes, tudo aquilo que qualquer pessoa de bom senso sabe que, com pouco dinheiro, mas que, com muita vontade política, é necessário que se faça. Isso é urgente para o Estado de Alagoas em função da dor, da fome, da miséria e do sofrimento da grande maioria da população alagoana.

O poder político e a sociedade de uma forma geral, muitas vezes, quando aparece aquela criança cadavérica na televisão, se aparecer num jornal de grande divulgação na televisão, muita gente se sensibiliza, e os Parlamentares vêm aqui e fazem um discurso. Depois, a mecânica da vida, como dizia Fernando Pessoa, se encarrega de fazê-los esquecer. Infelizmente, porém, essas pessoas não têm o direito nem o privilégio de esquecer, porque o seu cotidiano é de tanto sofrimento e miséria, que elas precisam da ação concreta dos governos e não podem esperar. Um país que disponibiliza

tanto dinheiro para encher a pança dos banqueiros não tem o direito, não tem autoridade – qualquer que seja o presidente, tendo na lapela o tucaninho ou a estrelinha vermelha – para dizer que não tem dinheiro, que não tem recursos para fazer investimentos, quer seja no sertão pobre das minhas Alagoas quer seja na periferia de qualquer cidade deste País.

Portanto, fica mais uma vez o apelo para que os recursos sejam disponibilizados, para que liberem as emendas. Quem quiser, pode usar as minhas emendas para fazer demagogia, podem ir todos, parlamentares ou quem quer que seja. Não me importo, não tem problema algum. Agora, por favor, liberem os recursos para que as pessoas possam melhorar o seu cotidiano, a sua vida, e minimizar sua dor e seu sofrimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gostaria de agradecer tanto a Senadora Heloísa Helena como o Senador Garibaldi Alves Filho pela solidariedade manifestada relativamente à situação do nosso Rio Grande do Sul. Sem sombra de dúvida, as experiências de S. Ex<sup>as</sup> serão muito bem-vindas – refiro-me à irrigação, às bacias, barragens e aos poços artesianos. Espero que possam se concretizar. Agradeço em nome do povo gaúcho.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de esclarecer o seguinte. Logo no início da sessão, fiz um pronunciamento acerca da administração da Petrobras e, logo após havê-lo concluído, recebi um telefonema de seu presidente, o Senador José Eduardo Dutra, para retificar algo que eu havia dito.

Eu havia anunciado que S. Ex<sup>a</sup> viria aqui no dia 22 para falar sobre questões relativas à empresa que dirige, inclusive as que citei aqui. S. Ex<sup>a</sup> disse-me que, tendo em vista um problema de agenda, foi antecipada a sua vinda para a próxima semana, provavelmente para terça-feira às 11h.

Esclareço para todos os Senadores e para os interessados que ele virá dar os esclarecimentos na terça-feira às 11h na Comissão de Assuntos Econômicos.

Era só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado pelos esclarecimentos. Naturalmente, será muito bem-vindo o nosso ex-Senador José Eduardo Dutra para participar desse debate.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem novamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Já que o Senador José Eduardo Dutra está assistindo à sessão, quero aproveitar, tanto eu quanto a Senadora Heloísa Helena, para mandar-lhe um abraço aqui do plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Leonel Pavan, Almeida Lima, Valmir Amaral e a Sr<sup>a</sup> Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, “O discurso atravessado”. Este é o título do artigo, de autoria do jornalista e ex-presidente do Citibank S/A, Alcides Amaral, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 7 de março do corrente.

O artigo utiliza “O discurso atravessado” feito pelo Presidente Lula no Espírito Santo, para fazer algumas observações sobre a gravidade do fato e principalmente para fazer um alerta sobre os riscos que o país enfrenta diante de tantas situações semelhantes. Nesse contexto, Alcides sugere que o presidente fale sim, mas em pronunciamentos relevantes, quando houver algo importante a dizer. E que despache mais, cobre mais de seus ministros, não esqueça que o Brasil deve ser preservado para que o clima político esteja sobre controle para o equilíbrio da economia.

Ele finaliza dizendo: “É hora, pois, de o PT sair do palanque e começar, de fato, a governar.”

Para que conste dos Anais do Senado da República, requeiro, Senhor Presidente, que o artigo passe a integrar este pronunciamento. Com isso, os historiadores terão elementos para, futuramente, avaliar o desempenho do Governo Lula.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)*



SEGUNDA-FEIRA, 7 DE MARÇO DE 2005 • O ESTADO DE S. PAULO

## O ESTADO DE S. PAULO

Diretor: Roberto Marinho  
Diretora Executiva: Denise Góes de Sá  
Diretor de Redação: Sandro Vaila

CLASSIFICADOS POR TELEFONE: 3855-2

VENDAS DE ASSINATURAS

Capim 3855-9000

Demais localidades 0800-14-9000

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO LECTOR

3856 5400

lacoem@estado.com.br

## O discurso atravessado

Alcides Amaral

Enfrentar a gota d'água tivesse sido não há cerca de dez dias no Juruá, no Espírito Santo, e a entrevista venha exaustiva, não posso deixar, com todo o respeito, de fazer algumas observações sobre a incoerência verbal do nosso presidente, dada a seriedade de algumas manifestações e eventuais implicações. Quando, de camisa branca colada ao corpo pelo suor, o presidente Lula afirmou que "tutto companheiro veio prestar contas" e lhe confessor que "nossa instituição está quebrada", pois "o processo de corrupção que aconteceu antes de nós foi muito grande", determinando, a seguir, que o "companheiro fechasse a boca e que a denúncia ficasse entre eles", não imaginou a repercussão que sua fala viria a ter. Certamente acreditava estar apenas tendo uma conversa com "companheiros", e que o "discurso atravessado", como o orôncio Lula o definiu no dia seguinte, passaria ao esquecimento. Lado engano.

## QUEM VIU LULA PELA TV TEM A CERTEZA DE QUE ELE SABIA BEM O QUE ESTAVA DIZENDO

As denúncias foram graves e, se verdadeiras, deveriam ter merecido ação imediata do presidente da República, de quem se espera que mande apurar os fatos e não calar-se por conveniência. Sua interação com a imprensa na última semana, em Montevidéu, "um dia vou perguntar à imprensa o que ela acha da repercussão que isto dá ao assunto", retrucando aos assédios dos jornalistas, demonstra que, felizmente, seus improvisos não são devidamente pensados. O excesso de pronunciamentos ora com "fragmentos", como aquele que levou o senador Jefferson Peres (PDT-AM) a reagir afirmando na tribuna do Senado, "O fato é tão grave que, de repente, me apanhei", ora sempre muito franco, quando que o presidente estivesse sério.

Discordo do senador, pois quem viu o presidente Lula pela televisão tem a certeza de que ele sabia bem o que estava dizendo, só não imaginava que sua platéia não fosse restrita a "companheiros". Por essa razão, a reação da "tropa de choque" do PT, querendo justificar o ininteligível — "não foi bem assim", "não foi isso que ele quis dizer", etc. —, seja qual for. É bom que essas "lições" também que o Brasil não é formado por 180 milhões de indivíduos que não têm capacidade de ver, ler e ouvir. O presidente Lula foi traído pelo que mais gosta de fazer, fa-

ler em público, e aí é que mora o perigo.

Fizesse sido essa a sua primeira manifestação "atravessada", tudo bem, todos têm o direito de errar. Mas quem fala para os "companheiros" e, por tabela, para toda a população brasileira, quase uma vez por dia, corre riscos desnecessários. Assim foi quando deixou escapar o plano de poder do PT — pretende ficar no governo por uns 20 anos —, ao declarar: "Eni agora no Cidão aprender como é que um presidente consegue ficar 37 anos no poder e ainda se candidatar à reeleição." E mais recentemente, para enaltecer os seus méritos como presidente, declarou: "Em 2003, vocês acompanharam o sofrimento. Pegamos a casa depois de um vendaval como aquele que deu na Ásia e tivemos que consertar." Isto é, o governo do PT conseguiu domar o "tsunami", que ele mesmo criou.

Aprendi ao longo da minha vida profissional, lidando com experientes profissionais de marketing e comunicação, que o "numero 1" das grandes corporações, e o Brasil é a maior delas, deve ser preservado. Que venha a público esporadicamente, com declarações e pronunciamentos relevantes. O dia-a-dia fica para seus subordinados, cada um na sua área de atuação.

Nesse contexto, o que se espera do presidente da República é que ele se comunique, sim, com seu povo quando tem algo importante a dizer. Que, entretanto, gaste boa parte do seu tempo despachando e cobrando resultados dos seus ministros. Que mantenha diálogo próximo com as lideranças do Congresso Nacional para melhor encaminhar os assuntos de interesse da Nação. Que intervenha, com sua liderança e autoridade, sempre que necessário para recolocar o País nos trilhos, e não para criar crises como a atual, percebida por puro descontro verbal.

O que surpreende a muitos é que, apesar das derrotas políticas do governo (em especial a eleição do deputado federal Severino Cavalcanti para a presidência da Câmara), o prestígio do presidente Lula continua alto entre os brasileiros e os mercados permanecem tranquilos. Mas tudo tem explicação.

A aceitação do presidente Lula continua alta porque o que o povo quer e trabalhar. A economia está crescendo e mais de 2,5 milhões de postos de trabalho foram criados em 2004. Enquanto essa for a realidade do nosso país, tudo bem. As crises passarão ao largo da opinião pública.

Os mercados, por sua vez, continuam comportados graças ao "abengadado" Cipequi,

que, ao fazer das nossas taxas de juros as mais altas do mundo, continua atraindo expressivo volume de recursos do exterior. São capitais de curto prazo, que vêm em busca de lucro fácil e fazem com que o dólar fique comportado, a Bolsa de Valores de bons retornos e o risco Brasil permaneça em baixa. Essa é, entretanto, uma situação que se pode prolongar por mais tempo, enquanto o cenário fornecer oportunidades de arrotagem aqui, no Brasil. Mas, não sejamos ingênuos, vai terminar no dia em que o dinheiro aplicado lá fora der rendimentos adequados. E, quando tal acontecer, é importante que o clima político aqui, no Brasil, esteja sob controle, caso contrário, os mercados não nos irão perdoar.

E hora, pois, de o PT sair do palanque e começar, de fato, a governar.

Alcides Amaral, jornalista, ex-presidente do Citibank S/A, é autor do livro *Os Limões da Minha Limonada* (Editora Cultura). E-mail: alcides.amaral@uol.com.br



**O SR. ALMEIDA LIMA** (PSDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo publicado no jornal **Correio Braziliense**, em 6 de março de 2005, sob o título de “Quem fala demais dá bom dia a cavalo”.

Em seu artigo o advogado e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Correa, afirma que, ficou “perplexo, envergonhado e mais uma vez, decepcionado”, ao ouvir o discurso pronunciado pelo presidente da República no Espírito Santo. O autor diz ainda que “Ter um presidente da República que sabe da existência de crimes de corrupção e, mesmo tendo conhecimento deles, silencia e ainda ordena ao seu

interlocutor – um servidor público subalterno – que também se cale... é de fato algo mais do que deplorável”. Maurício Correa analisa a conduta do presidente e admite a incidência no crime de prevaricação e no crime de responsabilidade.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)*

# Quem fala demais dá bom-dia a cavalo

**MAURÍCIO CORRÊA**

*Advogado*

**N**a sexta-feira atrasada, quando ouvi o discurso do presidente da República pronunciado no Espírito Santo e transmitido pela televisão, quase me afundei no sofá. Suas palavras deixaram-me perplexo, envergonhado e, mais uma vez, decepcionado. Pasmem! Ter um presidente da República que sabe da existência de crimes de corrupção e, mesmo tendo conhecimento deles, silencia e ainda ordena ao seu interlocutor — um servidor público subalterno — que também sobre eles se cale em nome não se sabe de quais valores, é de fato algo mais do que deplorável.

Ora, tudo isso é dolorosamente preocupante e lamentável, partindo o gesto exatamente do mais alto mandatário da nação, que deveria ser o primeiro a agir em respeito à Constituição e às leis que jurou defender.

De todos os presidentes da República contemporâneos da televisão não me lembro de outro que goste mais de se ver na mídia do que o atual. Santo Deus! Ninguém aguenta mais. Isso me faz lembrar de meu avô, que gostava de dizer que quem fala demais dá bom-dia a cavalo. Todas as vezes que se assusta com os despautérios da ressaca dos excessos verbais, o presidente se contém ou emudece. É quando nos libertamos da costureira e enjoativa cantilena exibida nas encurradas de aparições. Depois de passada a borrasca, vai voltar com o mesmo fervor e, como sempre, com a corda toda.

Inverta-se a situação. Se o discurso, com todo o seu bisonho conteúdo, tivesse sido pronunciado, por exemplo, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, qual teria sido o comportamento dos correligionários do presidente? Sem dúvida, teria sido o mesmo caracterizado pelas dezenas de representações dirigidas à Câmara dos Deputados e subscri-

tas por deputados petistas sobre fatos infinitamente bem menos relevantes que o presidencial discurso capixaba — todos visando à apuração de crimes de responsabilidade.

Recomposto em parte do sobressalto, logo pensei que tal conduta no mínimo poderia ser enquadrada na regra do artigo 319 do Código Penal, que define o crime de prevaricação. Consiste esse delito em sancionar quem retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou o pratica contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, sujeito o infrator a pena de detenção de três meses a um ano e multa. Seria essa, em tese, a incriminação do presidente, que tem direito a foro especial do Supremo Tribunal Federal, onde é processado e julgado nos crimes comuns, nos termos do inciso I, alínea b, do artigo 102 da Constituição Federal.

Além da incidência desse delito de natureza comum, que é disciplinado em normas penais, seria passível o chefe da nação responder, igualmente, por crime de responsabilidade, que são aqueles praticados por agentes investidos em funções públicas por atos incompatíveis com o decoro e a regularidade das atividades do cargo que exercem. Nesse caso, seria o presidente processado e julgado pelo Senado Federal, na forma prevista no inciso I, do artigo 52 da Constituição Federal, após haver sido recebida representação encaminhada à Câmara dos Deputados.

Tem, entretanto, a parte ofendida, o direito de pedir explicações acerca dos fatos tidos como ofensivos, o que se faz por meio de interpelação judicial ao autor da ofensa, na forma do que prevê o artigo 144 do CP. Claro que tudo isso não vai resultar em coisa nenhuma. A interpelação que foi distribuída ao Supremo Tribunal Federal, para que o presidente confirme ou negue o que disse, poderá permitir aos seus advogados a formulação de uma resposta evasiva, que deverá até pôr termo ao caso, isso se tal

procedimento tiver viabilidade técnica.

Se, apenas para argumentar, a interpelação tiver curso — no que não acredito —, e a resposta contiver subsídios que confirmem o que foi dito na fala presidencial — e, afinal, sejam dados nomes aos bois, só assim chegar-se-ia à ação penal. Como a instrução de feito dessa natureza é demorada, é quase certo que não teria condições de ser julgado no presente mandato presidencial.

Deixemos de lado os aspectos jurídicos da questão e examinemos outro. Toda aquela tolerância que se deu ao presidente, levando em conta suas origens, já se exauriu. Agora já não é mais o torneiro-mecânico ou o líder sindicalista do ABC paulista que galgou o mais alto cargo na vida pública nacional. Trata-se do chefe do Poder Executivo, que após uma longa trajetória na luta sindical e em disputas eleitorais — quatro como candidato à Presidência da República e uma a deputado federal —, comanda os destinos do país.

Nesse já longo período, teve oportunidade de escolarizar-se com a ajuda de excelentes assessores e correligionários, inclusive muito aprendendo nas constantes viagens feitas ao exterior. Tanto que delas fez na Presidência da República sua principal meta de governo. Com todo esse aprendizado e experiência, já devia ter se conscientizado de que, quando fala, é o presidente da República quem está falando em nome de um país da magnitude do nosso. E não um zé-ninguém sem eira nem beira.

O discurso do presidente da República, com a gravidade de seu conteúdo, não pode ser levado à conta de insuficiente escolaridade. Deve, sim, ser levado à conta de uma triste e consciente falta de exação no cumprimento do dever. De resto, a recusa em pedir desculpas do disparate cometido sugere a inexistência de um nobre atributo inerente aos homens de bem e que se realiza no sentimento de grandeza.

**O SR. VALMIR AMARAL** (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no último dia 2 de março comemoramos o Dia Nacional do Turismo, e festejamos, também, a evolução do setor. Contudo o dia passou sem programação ou manifestação de relevo em todo o País. Foi muito discreto perante o gigantismo de sua força econômica.

É de se reafirmar que hoje, mais do que uma sofisticada atividade de prestação de serviços, o turismo é um meganegócio. Ele responde por mais de 10% do PIB mundial (cerca de US\$3,4 trilhões), gera mais de 200 milhões de empregos e atinge outras centenas de milhões de pessoas, e estende seu impacto também à área social, política e cultural.

Em vários países, longe de representar um setor periférico, o turismo desempenha papel prioritário no desenvolvimento econômico. Podemos fazer o mesmo no Brasil.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, num País com crise de desemprego, ainda que gradativamente venha diminuindo, associada às históricas desigualdades sociais e regionais, chega a ser uma afronta à população a displicência com que alguns setores tem tratado o setor do turismo.

Por outro lado temos o Plano Nacional do Turismo e seus resultados mereceram destaque de parte do Governo ou da mídia neste 2 de março. A Rede Globo de Televisão, através do Jornal Nacional, veiculou notícia, dando conta da importante elevação do número de passageiros estrangeiros que desembarcaram no Brasil em janeiro deste ano, em relação a janeiro de 2004.

Festejou-se o crescimento da entrada de divisas, o saldo positivo da conta turismo – menor gasto dos brasileiros no exterior em comparação com os gastos dos estrangeiros no Brasil. Enfim, como se vê, nesta data nacional do turismo, vemos o avanço protagonizado graças à boa atuação do Ministério do Turismo.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Ministério divulgou dados sobre o setor que indicam avanços na transformação do turismo em atividade econômica de primeira linha no País. Já não era sem tempo!

Há muito deveríamos encarar a atividade turística como uma das mais importantes alavancas do desenvolvimento nacional. Países com menores trunfos do que os nossos detêm índices de rendimento com o turismo muito maiores do que o Brasil. Temos de mudar esse quadro! E com urgência!

Um dado positivo, Sr. Presidente, é que seis segmentos que integram o setor de turismo no País encerraram com otimismo o ano de 2004, confirmando previsões anteriores de crescimento. Empresários de operadoras, agências, hotelaria, restaurantes, eventos e turismo receptivo (passeios turísticos) apostam em expansão também no primeiro semestre deste ano. É o que revela a quinta edi-

ção do Boletim de Desempenho Econômico do Turismo, uma pesquisa do Ministério do Turismo e da Embratur, realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O Boletim de Desempenho Econômico do Turismo é uma publicação trimestral sobre as expectativas e realizações do setor. Nesta edição foram ouvidas 911 empresas dos seis segmentos, em 25 estados e no Distrito Federal, entre os dias 6 de janeiro e 4 de fevereiro deste ano. As informações refletem os negócios dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2004. No período de 12 meses, as empresas pesquisadas obtiveram faturamento de cerca de 2,3 bilhões de reais. E encerraram o ano com 32 mil 503 postos de trabalho.

De acordo com a pesquisa, 79% dos empresários entrevistados no setor de operadoras acreditam que haverá um crescimento médio de 21% nas vendas do primeiro semestre de 2005. E 99% acham que vão faturar, neste ano, mais do que em 2004. Que os deuses digam amém, como diz o adágio popular.

Outro segmento otimista é o de agências de viagens. Para 56% dos pesquisados, haverá um aumento de 19% nas vendas dos primeiros seis meses deste ano, em comparação com o mesmo período de 2004. Mas um percentual ainda maior (73%) tem expectativa de aumentar o faturamento em 2005.

No segmento de turismo receptivo é bastante considerável o índice dos que acreditam em crescimento em 2005. Dos pesquisados, 97% esperam um aumento médio de 9% no primeiro semestre, e 90% acreditam num faturamento maior do que o de 2004.

Os empresários de restaurantes também têm expectativas positivas: 74% esperam aumentar o faturamento, e 59% estimam um crescimento médio de 15,7% nos negócios do primeiro semestre.

O segmento de hotelaria estima em 14% o índice médio de crescimento nos primeiros meses de 2005, de acordo com 69% dos empresários consultados. Pelo segundo semestre consecutivo, esse segmento do turismo registrou aumento no total de quartos reservados, de acordo com 71% dos entrevistados.

Os organizadores de eventos acreditam (40% dos pesquisados) que haverá um incremento de 16% no primeiro semestre deste ano, em relação ao mesmo período de 2004. E 84% deles esperam aumentar o faturamento em 2005.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, perguntados se contrataram funcionários, os empresários de cinco dos seis segmentos responderam que houve aumento no total de postos de trabalho. Apenas o setor de eventos manteve-se estável no nível de emprego, nos últimos três meses do ano passado.

Os restaurantes, que haviam registrado um trimestre de redução de empregos, voltaram a contratar: 41%

dos entrevistados confirmaram ampliação do nível de emprego, contra 10% no mesmo período de 2003.

No turismo receptivo, 40% aumentaram o quadro de pessoal. Mais ainda: 85% esperam aumentar postos de trabalho no primeiro trimestre deste ano.

No quarto trimestre de 2004 foram confirmadas as expansões de vendas nas agências de viagens para 67% do mercado consultado. E para as operadoras de turismo, o otimismo é semelhante, como indica o saldo de respostas (diferença entre as observações de aumento e de queda das vendas) de 44%. Os negócios estão em expansão para 77% do mercado. É importante observar que, no começo de outubro de 2004, apenas 59% acreditavam nesse crescimento. No turismo receptivo, 87% indicaram expansão nas vendas.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, acabo de reproduzir-lhes, quase que **ipsis literis**, os dados da pesquisa da Fundação Getúlio Vargas. Meu objetivo foi demonstrar a capacidade empreendedora da sociedade brasileira. I

Se não temos os milênios de história do continente europeu, temos os trunfos da maior biodiversidade do planeta e de uma enorme riqueza pré-histórica, que agora começam a ser divulgados e valorizados. Ou seja, Sr. Presidente, não somos um país de desolação! Somos, isto sim, um enorme parque favorável ao desenvolvimento do turismo em larga escala.

Não basta, Sr. Presidente, formular metas a alcançar. É preciso trabalhar nos meios que permitam alcançá-las. Ao Estado, por exemplo, cabe fornecer a infra-estrutura necessária à realização do turismo: estradas, saneamento, urbanização, aeroportos, transporte urbano e interurbano, segurança, e assim por diante. Por ações diretas ou por parcerias com o setor privado, pouco importa. E vem demonstrando que está capacitado a ajudar o setor.

Ao empresariado, ao qual não falta motivação para trabalhar, cabe criar os sistemas de acolhimento dos turistas, como hotéis, pousadas, e, principalmente, qualificação de mão-de-obra que possa dispensar aos visitantes a assistência que todos desejam e que desfrutam em sítios turísticos já organizados.

Lembre-mos de que 11% da força de trabalho empregada no mundo labuta no segmento do turismo, direta ou indiretamente. Depois da construção civil, esse é um dos setores que mais demandam mão-de-obra na economia moderna. Além disso, provoca efeitos positivos em quase todas as demais áreas da vida de uma sociedade, da economia à cultura.

Sr. Presidente, o Brasil do pantanal, das praias ensolaradas, dos lençóis maranhenses, da hiléia amazônica, da Cidade Maravilhosa não pode ser um destino

marginal no fluxo turístico mundial. Menos ainda ser um país apenas para turismo externo. Devemos nos tornar pólo preferencial de destino dos estrangeiros. Mas devemos incrementar, também e muito, o movimento interno de turismo.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eliminar as distorções que fazem ser mais barato a um brasileiro ir a destinos estrangeiros do que ir a Fortaleza ou a Natal deve ser um objetivo prioritário do Brasil. Só quando soubermos incentivar também o turismo interno é que estaremos dando o salto para o futuro que desejamos.

O Plano Nacional do Turismo é uma louvável iniciativa do Governo. Quanto mais e melhores resultados produzir, melhor será para o País. Temos, contudo, de resolver os problemas de infra-estrutura que nos entravam, pois só assim todo o potencial de geração de emprego e renda do turismo poderá ser aproveitado.

Sr. Presidente, no Dia Nacional do Turismo senti a falta de eventos por todo o Brasil que chamassem a atenção interna e externa para nossos recursos turísticos. É assim que se divulga e se faz crescer esta importante atividade. O exemplo da França, que transformou, em poucos anos, o Dia da Música num evento de repercussão mundial, deveria ser seguido.

Trabalhar sério e duro em turismo pode nos render bons frutos no que ainda parece ser tão-somente uma atividade de lazer no Brasil. E, desta tribuna, parabênizo o excelente trabalho promovido pelo Ministro Mares Guia. Sem dúvida alguma, a melhoria deste setor deve-se a sua competência e visão empreendedora. Parabéns Ministro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.  
Muito obrigado.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no dia 8 de março, representei o Senado Federal no III Fórum Postura Mulher no município de Itumbiara, em Goiás.

O evento, dedicado a comemorar o Dia Internacional da Mulher, reuniu público feminino da Universidade Luterana do Brasil e daquele município.

O tema que me foi proposto para abordar foi A Mulher e a Conquista da Cidadania.

Sabemos que a mulher vem conquistando espaços em todos os setores da sociedade: nas empresas, repartições públicas, na política, nas universidades e até mesmo em números populacionais.

Hoje, o Brasil tem quase 87 milhões de mulheres para pouco mais de 83 milhões de homens.

Essas conquistas, no entanto, ainda são tímidas e muito prejudicadas por outras tantas batalhas que a



mulher tem de enfrentar diariamente, não importando sua condição social.

As pesquisas mostram que as mulheres, apesar de serem maioria no ensino universitário, ainda ocupam posição subalterna na hora de concorrerem a um cargo de chefia.

Igualmente, ao exercerem a mesma função, o salário da mulher é, em média 43% menor do que o do homem.

São desigualdades que precisam ser analisadas e refletidas não apenas num dia tão especial, mas em todos os dias do ano, para que se busquem maneiras de romper esses preconceitos.

Mas nesse momento, gostaria de abordar a conquista feminina do ponto de vista da inserção política, justamente um tema que tem me envolvido muito durante todos os anos de minha atividade legislativa.

Embora ainda seja uma conquista tímida, se comparada com a presença masculina, acredito firmemente que a mulher vem fazendo diferença ao ocupar seu espaço e se fazer presente, seja na esfera do legislativo federal, estadual ou municipal, seja nos três níveis do Executivo.

A maioria das mulheres está mostrando que é possível serem eficientes, propositoras, articuladoras e gerenciadoras, ao mesmo tempo em que se mantêm sensíveis e receptivas aos apelos da sociedade.

Um dos grandes temas que absorveu o Parlamento brasileiro nos dois últimos anos, trazido pela sociedade, foi a questão da violência contra a mulher e contra as crianças e os adolescentes.

A imprensa denunciou fartamente as redes de exploração sexual, o tráfico interno e externo de mulheres, as redes de pedofilia pela Internet, o turismo sexual no Nordeste e a prostituição infantil violentando nossas crianças.

Tão logo as primeiras denúncias surgiram o Congresso Nacional organizou uma das mais importantes Comissões de Inquérito dos últimos anos.

Apesar do reduzido número de mulheres parlamentares – 8 senadoras e 42 deputadas federais, fomos maioria na Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que investigou as redes de exploração sexual de crianças e de adolescentes durante 2003 e 2004.

Senadoras e Deputadas, com o apoio de parlamentares homens, enfrentaram quadrilhas organizadas de prostituição infantil e tráfico de menores, que incluíam desde autoridades, políticos e empresários de norte a sul do país.

Muitas vezes sofreram ameaças à sua integridade física, mas não se acovardaram e seu trabalho resultou em profundas alterações no Código Penal Brasileiro,

no Código de Processo Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

As mudanças vão garantir um rigor maior para os crimes contra a mulher, os menores e os portadores de necessidades especiais.

Um dos pontos do projeto que, a meu ver, merece ser enaltecido foi a eliminação do termo “mulher honesta”, hoje previsto em três artigos do Código Penal.

Este conceito mostrou-se retrógrado e discriminador, despejando sobre as mulheres uma forte carga de preconceito.

Outro ponto bastante meritório do projeto de lei é aquele que determina que os crimes sexuais sejam processados mediante ação penal pública condicionada à representação.

Este ponto do projeto é importante naqueles casos em que a mulher muitas vezes volta atrás no processo pressionada pelo marido ou companheiro e acaba sendo novamente vítima de violência.

Vale também para os casos de estupro ou agressão em que a vítima não quer dar queixa, ou a família é pressionada para silenciar sobre o caso.

Quanto aos crimes sexuais praticados contra menores de dezoito anos e vítimas mentalmente enfermas ou deficientes, a ação será pública incondicionada.

Isso significa que o Ministério Público terá plena legitimidade para promover as ações penais diante das agressões sexuais praticadas contra menores, independentemente da manifestação de seus pais ou representantes legais.

Na mesma linha, o projeto de lei propõe a revogação de dispositivos do Código Penal que extinguem a punibilidade dos crimes sexuais na hipótese de casamento, seja com o agressor, seja com terceiro.

Entendeu-se que o casamento não pode servir de mote à impunidade, não pode ser moeda de troca para que o agente exima-se da responsabilidade penal.

Além disso, o PLS nº 253, a que me referi anteriormente, reconhece o atraso na legislação relativa aos crimes de sedução, corrupção sexual de menores, rapto violento mediante fraude e rapto consensual, criados num contexto social muito diferente dos dias atuais.

No entanto, essas mudanças no Código Penal não teriam valor, se o Código Civil não tivesse também evoluído para assegurar que a mulher tenha seus direitos garantidos.

Embora a realidade diária ainda esteja bem distante daquilo que a legislação preconiza, o certo é que as mulheres têm avançado muito nas últimas décadas para fazer valer o que lutaram tanto para conquistar.

Aprovado em 15 de agosto de 2001, o novo Código Civil Brasileiro está em vigor desde janeiro de 2003.

Dentre as modificações mais importantes realizadas em seu texto estão aquelas que dizem respeito às mulheres e sua igualdade em relação aos homens.

Bom exemplo disso é a substituição da palavra “homem” pelo termo “ser humano”.

Outro ponto importante é aquele em que a lei deixa de considerar a família como sendo apenas a constituída pelo casamento, para abranger as comunidades formadas também pela união estável, ou por qualquer genitor e seus descendentes (por exemplo, mãe solteira), o que ocorreu devido à inovação constitucional de 1988.

Existem, hoje, cerca de trezentas proposições voltadas para os direitos das mulheres em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Essas propostas de lei englobam praticamente todas as reivindicações apresentadas pelas organizações de mulheres e contam com o apoio da bancada feminina no Congresso.

Acredito que estamos no momento de buscar uma nova consciência social não discriminatória no País. Mas esta nova consciência só terá valor se deixar os gabinetes e os meios acadêmicos e for amplamente divulgada, para que as mulheres tomem conhecimento e valorizem o seu significado.

É preciso que a linguagem feminina seja acessível a todas as mulheres, sejam elas universitárias, políticas, empresárias, trabalhadoras assalariadas, domésticas, mães ou mulheres ainda excluídas.

Porque ao iniciarem a falar a mesma linguagem, elas se identificam e irmanam na busca pela construção de uma sociedade onde homens e mulheres podem usufruir dos benefícios da igualdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 11 horas e 32 minutos.)*

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.**

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, foi infeliz a declaração do Ministro Humberto Costa a respeito das mortes de

crianças indígenas em Dourados, no Mato Grosso do Sul, Estado que representa o Senador Juvêncio da Fonseca.

O Ministro considerou que as mortes estão dentro do número da normalidade, e completou:

“É claro que uma morte é sempre preocupante e não pode ocorrer. Isso não é justificativa ou explicação, mas não está se caracterizando uma mortandade maior do que nos anos anteriores”.

Infeliz a declaração do Ministro.

Vou passar ao largo, Sr. Presidente, do conceito de normalidade vigente na gestão do Presidente Lula e dessa demonstração de banalização da morte. Creio que não devo me prender à discussão desse conceito, sobretudo destacando essa banalização horrível. Porém, buscarei elementos fornecidos pela minha assessoria, que, acessando dados do Siafi, nos permite comentar causas da morte, por que as mortes ocorrem dessa forma.

No Programa de Saneamento Rural, no qual estão previstas ações, tais como ampliação de ações de saneamento básico em aldeias indígenas e implantação, ampliação ou melhoria dos serviços de saneamento em localidades com população inferior a 2,5 mil habitantes e áreas rurais, de um total autorizado de R\$82.436.404 no Orçamento do ano passado, a porcentagem executada foi de apenas 11,74%.

Portanto, Sr. Presidente, saneamento rural é fundamental para a preservação da saúde, especialmente essas ações nas aldeias indígenas, que têm impacto direto – e aí o Ministro deve refletir – na ocorrência ou não de mortes na população indígena. Contudo, a execução foi de apenas 11,74%. Essa lastimável incapacidade de executar o Orçamento tem, infelizmente, comprometido ações fundamentais do Governo, cuja consequência é muitas vezes trágica.

Na implantação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Piauí, Estado do Senador Heráclito Fortes, de um total autorizado de R\$11 milhões no Orçamento do ano passado, a porcentagem executada foi de 0%. Estou falando em 0% de R\$11 milhões para a implantação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado do Piauí. Não há discriminação política, pois o governo, no Piauí, é do PT.

No Programa Saneamento Ambiental Urbano, no qual estão previstas ações importantes de apoio à implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água em Municípios com população superior a 15 mil e 30 mil habitantes, de controle de



qualidade da água para o consumo humano e de apoio à gestão dos sistemas de saneamento básico em Municípios de até 30 mil habitantes, de um total autorizado de R\$821.118,922 milhões no Orçamento do ano passado, a porcentagem executada foi de apenas 6,53%.

Estamos nos referindo apenas ao fundamental setor de saneamento básico, que é indispensável para a boa qualidade de vida e, sobretudo, para a preservação da saúde da população, partindo da tragédia que significou mortes nas áreas indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul. Mas, se apenas 6% de execução do que estava previsto no Orçamento nessa área de saneamento ambiental urbano, foi executado, trago outro comparativo.

O Governo gastou mais com o Aerolula, o avião do Presidente Lula, do que investiu em saneamento ambiental urbano durante o ano de 2004.

Segundo dados do Sistema Informatizado de Acompanhamento de Gastos Federais (Siafi) – são dados oficiais do próprio governo –, foram gastos R\$53,6 milhões com programas de saneamento ambiental urbano em 2004. Já, para o Aerolula, foram desembolsados, só no ano passado – do total todos se lembram, US\$57 milhões –, US\$46,7 milhões. A última cotação do dólar no ano passado, a mais baixa desde junho de 2002, nos permite chegar ao valor correspondente em reais: R\$123,9 milhões. Portanto, 2,3 vezes o total de investimentos em saneamento urbano – mais do que o dobro.

É mais importante o avião, o Aerolula, para o conforto das viagens do Presidente da República, do que a saúde do povo que deveria ser a suprema lei.

Concedo, nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, antes de prosseguir com esses números.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (Bloco/PTB – RR) – Senador Alvaro Dias, gostaria de me ater a este ponto que V. Ex<sup>a</sup> mencionou, do saneamento nas aldeias indígenas. Na verdade, a política indigenista do País tem sempre priorizado a demarcação de terras. Tanto é que, para uma população de 0,2% de brasileiros que são índios, 12% do território nacional já estão demarcados. Mas, nas aldeias indígenas, o Governo está completamente ausente – diga-se Funai –, e até mesmo terceiriza as ações de saúde para ONGs que, de acordo com a própria Funasa, são verdadeiras maracutaias. Lá, em Rondônia, há dois casos: a Cumpir e a Paca, que desviaram mais de dois milhões cada uma. Então, em vez de o Governo colocar dinheiro na mão dessas ONGs, para elas fazerem farra, melhor seria destinar esses recursos aos Municípios ou aos

Estados para implantação de saneamento básico nas aldeias indígenas.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Ex<sup>a</sup> conhece bem essa situação, pois, além da formação, atua numa região que se defronta com essa questão de maneira contundente.

No Programa “Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue”, de um total autorizado de R\$27 milhões no Orçamento, a porcentagem executada foi de 0% – combate à malária e à dengue, 0% de execução orçamentária. Talvez seja por isso que, nesta reforma ministerial, cogita-se substituir o Ministro da Saúde. Porque não é admissível que esse setor fundamental, essencial mesmo para a vida das pessoas, seja administrado com tamanha incapacidade de gerenciamento. Como se admitir essa lastimável execução orçamentária na área de saúde pública? Creio que isso é da maior gravidade e submete à condenação pública os responsáveis por essa precária gestão.

Saindo da área de saúde...

*(O Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – ...e chegando à área do combate à criminalidade, por exemplo, também responsável por muitas mortes neste País, de um total autorizado de R\$205.704.841 no Orçamento do ano passado, a execução foi de 38%.

Num outro programa do Sistema Único de Segurança Pública, a execução foi menos da metade: 48,76%. De R\$250 milhões, R\$121 milhões foram executados.

A mortalidade no trânsito no Brasil supera a do Continente Africano. Contudo, foi 0% a porcentagem executada do Programa “Segurança e Educação de Trânsito” do total de R\$350 mil. Zero por cento de execução.

Saindo dessa área, na área cultural, o Governo executa o Orçamento de forma claudicante. O Programa Livro Aberto, por exemplo...

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> dispõe de mais dois minutos.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Pois não. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> me permitiria 15 segundos destes dois minutos?

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Apenas concluindo, Senador Mão Santa, porque V. Ex<sup>a</sup> ouviu que no Estado do Piauí a execução, numa área fundamental como a de saneamento básico, é zero, e certamente quer se referir a esse fato.

Mas, nesse Programa Livro Aberto, a execução é de 11,4%.

Patrimônio Cultural, outro programa 3,48% é o percentual de execução. Apenas 3,48%!

Agora, surpreende-nos, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que, no caso do Programa Nacional de Atividades Nucleares\*, de um total de R\$60 milhões autorizados, a execução tenha sido de 57,87%, ou seja, quase 60%. Portanto, em matéria de atividades nucleares, o Governo é mais eficiente do que em matéria de saúde em nosso País. Causa-nos perplexidade o percentual de aplicação de recursos nessa área fundamental que é a saúde.

Sr. Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> permitir, gostaria de conceder ao Senador Mão Santa os quinze segundos que solicita.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Só queria dizer, Senador Tião Viana, que o País o aguarda como Ministro da Saúde. Em 2001, foram gastos em saneamento R\$275 milhões; em 2004, Senador Heráclito Fortes, R\$21 milhões: um décimo! Poderíamos trazer para 2005 as palavras de Afrânio Peixoto, no seu primeiro livro de higiene: “A saúde pública no Brasil é feita pelo sol, pela chuva e pelos urubus”. É essa a saúde pública e o saneamento que o PT de Lula oferece ao nosso País.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Concluo, Sr. Presidente, agradecendo o aparte do Senador Mão Santa, trazendo a informação da **Folha de S. Paulo** de que a Funasa\* gasta com hotelaria e autopeças mais do que com atividade médica e alimentos. Aliás, esse gastos representam apenas 5% do orçamento autorizado.

O Senador Mão Santa tem razão: precisamos de um novo Ministro da saúde.

### PETIÇÃO

Autora: Senadora **Heloisa Helena**

Nº 7, de 2003

**Ementa:** Requer ao Presidente do Senado Federal sejam tomadas as medidas necessárias, tendo em vista a violência física e moral de que foi vítima, no último dia 1º de agosto de 2003, no prédio do INSS, em Brasília-DF.

**Despacho** Brasília, 12 de fevereiro de 2005  
Ref.: Petição nº 7/03 – Senadora Heloisa Helena

O presente expediente faz referência ao requerimento solicitando providências face à violência física e moral de que teria sido vítima a Senadora Heloisa Helena, no dia 1º de agosto de 2003, em prédio do INSS, em Brasília-DF.

A Corregedoria Parlamentar solicitou informações à Direção Geral do Departamento de Polícia Federal (DPF) e foi informada através do ofício nº 628/2004 – DG/DPF e seus anexos.

Do exame das peças referidas constatou-se que os fatos e acontecimentos ocorreram em ambiente tumultuado de uma invasão de prédio público, acontecimento de desdobramentos imprevisíveis e de difícil controle e determinação de possíveis responsabilidades por atos ali praticados. Razão pela qual foi já instaurado Inquérito Policial pelo DPF – IPL 04.350/2003-SR/DPF/DF.

Diante do informado, proponho o arquivamento do presente expediente até que fatos novos impliquem de outra providência. – **Romeu Tuma**, Corregedor.

### PETIÇÃO

Autor: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

Nº 1, de 2004.

**Ementa:** Solicita ao Presidente do Senado Federal a adoção de medidas cabíveis para a defesa de prerrogativas parlamentares e a apuração de fatos que menciona, relacionados ao então Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Tocantins, Dr. Mário Lúcio de Avelar.

**Despacho** Brasília, 12 de fevereiro de 2005  
Ref.: Petição nº 1/04 – Senador Eduardo Siqueira Campos

O presente expediente, de autoria do Senador Eduardo Siqueira Campos, versa sobre solicitação de adoção de medidas, para a defesa de prerrogativas parlamentares e apuração de outros ilícitos apontados; todos relacionados à ação do então Procurador da República no Estado do Tocantins, Dr. Mário Lúcio de Avelar.

Peças constantes deste Processado, fls. 38 a 52, positivam que os fatos já se encontram sob o crivo do Judiciário, o que, salvo melhor juízo, torna despiçando, pelo menos no momento, a adoção de providências concomitantes por parte da Corregedoria do Senado. Ademais, todas as denúncias encaminhadas à Superintendência da Polícia Federal em Tocantins – relacionadas aos fatos aqui apontados – segundo informação da Superintendência Regional do DPF, não foram levadas em consideração face à carência de materialidade.

Diante dessas considerações, até que fatos novos surjam, proponho o arquivamento do presente expediente. – **Romeu Tuma**, Corregedor.

**PETIÇÃO**Autor: Senador **João Capiberibe**

Nº 5, de 2004

**Ementa:** Requer à Corregedoria Parlamentar as providências necessárias no sentido de investigar a distribuição de material apócrifo nas dependências do Senado Federal.

**Despacho** Brasília, 12 de fevereiro de 2005.

Ref.: Petição nº 5/04 – Senador João Capiberibe

Versa o presente expediente sobre requerimento formulado pelo Senador João Capiberibe perante a Mesa do Senado, propugnando – providências investigatórias referente à distribuição de “material apócrifo” nas dependências do Senado Federal.

As providências requeridas foram atendidas e, salvo melhor juízo, de forma pronta e efetiva pela Polícia do Senado, conforme nos dá ciência o Relatório de Ocorrência 069/2004, da lavra do Chefe de Serviço, acostado ao presente.

Diante do conteúdo da informação produzida pela Polícia do Senado, até que fatos novos frutifiquem, proponho o arquivamento do expediente.

**PETIÇÃO**Autor: Senador **Romeu Tuma**

Nº 1, de 2005

**Ementa:** Solicita informações à Polícia federal sobre os fatos divulgados no Jornal **Folha de S. Paulo**, edição do dia 19 de junho de 2004, “que apontou ter a pessoa de Francisco Danúbio Honorato, indiciado em Inquérito Policial na Polícia Federal, por fraude e de ter realizado contatos no Senado Federal visando divulgar um “projeto” denominado “Cesta Básica”.

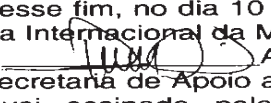
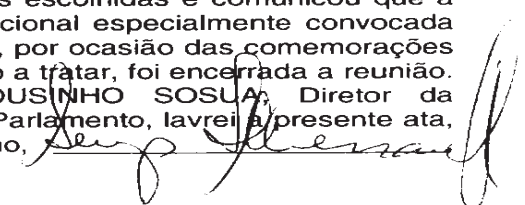
**Despacho** Brasília, 12 de fevereiro de 2005

Ref.: OF. nº 4/04-Corregedoria

Diante da informação do Departamento de Polícia Federal (DPF), que esclarece não existir Investigação ou Inquérito Policial sobre supostos contatos de Danúbio Honorato com membros do Senado Federal, Arquivo-Se o presente. – **Romeu Tuma**, Corregedor.

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

ATA DA 1ª REUNIÃO, realizada em 23 de fevereiro de 2005


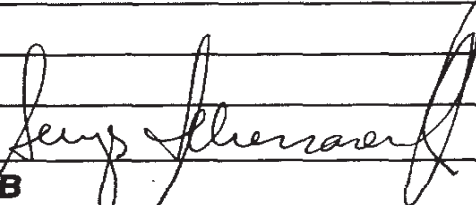
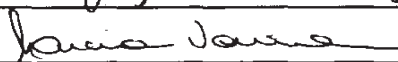
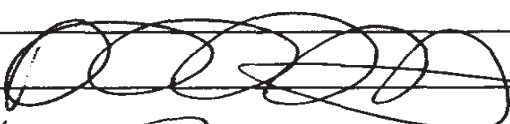

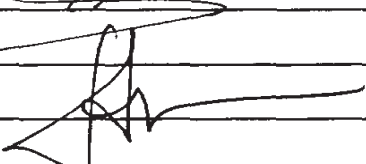
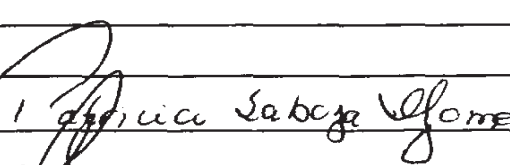
Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e cinco, quarta-feira, às 18 horas, nas dependências do Plenário do Senado Federal, reuniu-se o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, com a finalidade de escolher as cinco candidatas a serem contempladas com a Quarta Premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Presentes os Srs. Senadores titulares SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Presidente, GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Sem Partido - AC) – Vice-Presidente, AUGUSTO BOTELHO (PDT - RR), SÉRGIO ZAMBIASI (PTB - RS), PAPALÉO PAES (PMDB - AP), LÚCIA VÂNIA (PSDB - GO) e PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS - CE). Impossibilitada de comparecer à Reunião a Senadora ROSEANA SARNEY encaminhou o Ofício GSRS Nº 0047/2005, de 23.02.2005, endereçado à Presidente do Conselho, Senadora Serys Slhessarenko, encaminhando suas razões para indicação do nome da Senhora ZELINDA MACHADO DE CASTRO E LIMA ao diploma, o que foi aceito pela Presidência. A Senadora Roseana também encaminhou, por meio de sua Assessoria, os nomes de suas candidatas ao diploma. Após discussão e análise dos 62 (sessenta e dois) currículos apresentados e esclarecimentos da Presidente de que cada Membro do Conselho poderia votar em até oito candidatas, conforme tradição do Conselho, iniciou-se a votação para escolha das candidatas a serem agraciadas com o Diploma. As cinco mulheres escolhidas foram, em ordem alfabética: **CLARA CHARF, MARIA DA PENHA MAIA FERNANDES, PALMERINDA DONATO, ROSELI DA SILVA e ZILDA ARNS**. Foi aprovado ainda, por sugestão do Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR, uma homenagem à Missionária DOROTHY STANG, recentemente assassinada no Pará. Após a votação, a Presidente do Conselho parabenizou as escolhidas e comunicou que a premiação ocorrerá em Sessão do Congresso Nacional especialmente convocada para esse fim, no dia 10 de março do corrente ano, por ocasião das comemorações do Dia Internacional da Mulher. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. Eu,  ANTONIO MARCOS MOUSINHO SOSUA, Diretor da Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, lavrei a presente ata, que vai assinada pela Presidente do Conselho,  Senadora SERYS SLHESSARENKO.

**SENADO FEDERAL**  
**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
**1ª REUNIÃO DE 2005**

Em 23 de fevereiro de 2005, quarta-feira, às 17 horas e 30 minutos,  
na sala nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à escolha de  
candidatas a serem contempladas com a 4ª Premiação.

**LISTA DE PRESENÇA**

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko  
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

	<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP)	
	<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)	
	<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)	
	<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)	
	<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)	
	<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)	
	<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)	
	<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)	
	<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)	

Visto: 

PRESIDENTE

23/2/2005

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**  
**(52ª LEGISLATURA)**

	<b>BAHIA</b>	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	<b>RIO DE JANEIRO</b>	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		<b>SANTA CATARINA</b>
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	<b>MARANHÃO</b>	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		<b>ALAGOAS</b>
PFL	Rosiana Sarney	PSOL	Heloísa Helena
	<b>PARÁ</b>	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		<b>SERGIPE</b>
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	<b>PERNAMBUCO</b>	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		<b>AMAZONAS</b>
PSDB	Sérgio Guerra	PFL	Gilberto Miranda
	<b>SÃO PAULO</b>	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		<b>PARANÁ</b>
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	<b>MINAS GERAIS</b>	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		<b>ACRE</b>
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	<b>GOIÁS</b>	S/partido	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		<b>MATO GROSSO DO SUL</b>
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	<b>MATO GROSSO</b>	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		<b>DISTRITO FEDERAL</b>
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		<b>TOCANTINS</b>
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	<b>CEARÁ</b>	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		<b>AMAPÁ</b>
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	<b>PARAÍBA</b>	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		<b>RONDÔNIA</b>
PMDB	José Maranhão	PMDB	Mário Calixto
	<b>ESPÍRITO SANTO</b>	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		<b>RORAIMA</b>
PL	Francisco Pereira	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	<b>PIAUÍ</b>	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá



<b>SECRETARIA DE COMISSÕES</b>		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b>		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Dulcília Ramos Calháo	(Ramal: 3514)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Janice de Carvalho Lima	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS</b>		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3502)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES</b>		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CFC José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CI Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CRE Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CLP Maria Dulce V de Queirós Campos	(Ramal: 1856)

## **COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA**

**Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA**

**Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO**

<b>Ana Júlia Carepa – PT/ PA</b>
<b>Eduardo Suplicy – PT/SP</b>
<b>Fátima Cleide – PT/RO</b>
<b>Flexa Ribeiro – PSDB/PA</b>
<b>Luiz Otávio – PMDB/PA</b>
<b>Demóstenes Torres – PFL/GO</b>
<b>Serys Slhessarenko – PT/MT</b>
<b>Sibá Machado – PT/AC</b>

**Prazo Final: 18.3.2005**

**Designação: 16.2.2005**

**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**  
**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)



**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:  
Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
**(21 titulares e 21 suplentes)\***

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

\* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE**  
**(8 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTEs</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)



**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

## **2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM  
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA  
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR  
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

\* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

\*\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).



**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**  
**(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
(9 titulares e 9 suplentes)

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE**  
(17 titulares e 17 suplentes)

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS  
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À  
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).



**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Cristovam Buarque	1. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
<b>PDT</b>	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos  
Telefone 3111856 Fax: 3114646  
E – Mail: [mariadul@senado.br](mailto:mariadul@senado.br) .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
<b>PDT</b>	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3114607 Fax: 3113286  
E – Mail: [cantony@senado.gov.br](mailto:cantony@senado.gov.br).

**9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.



**10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTEs</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**  
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995

**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

**Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA <sup>13</sup>**  
**Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES <sup>2</sup>**

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) <sup>10</sup>			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata <sup>11</sup>	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL <sup>5</sup>					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges <sup>4</sup>	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves <sup>12</sup>	SE	1306
PT <sup>1</sup>					
Heloísa Helena <sup>14</sup>	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) <sup>8</sup>			3. Eduardo Suplicy <sup>3</sup>	SP	3213
PSDB <sup>5</sup>					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) <sup>16</sup>		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca <sup>7</sup>	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB <sup>1</sup>					
(Vago) <sup>6</sup>			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB <sup>1</sup> , PL <sup>1-15</sup> e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) <sup>9</sup>		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

**Notas:**

<sup>1</sup> Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>2</sup> Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>3</sup> Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

<sup>4</sup> Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

<sup>5</sup> Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>6</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>7</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

<sup>8</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

<sup>9</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>10</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

<sup>11</sup> Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>12</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

<sup>13</sup> Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

<sup>14</sup> Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

<sup>15</sup> Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

<sup>16</sup> O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

## **CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

(Resolução nº 17, de 1993)

### **COMPOSIÇÃO**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

### COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

### COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko  
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP)
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

### COMPOSIÇÃO

**Presidente nato:** Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PB)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Tião Viana (PT/AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado João Caldas (PL-AL)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Professor Luizinho (PT-SP)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL/BA)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Cristovam Buarque (PT – DF)

Atualizado em 03.03.2005



**CONGRESSO NACIONAL  
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
(13 titulares e 13 suplentes)**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**Presidente: ARNALDO NISKIER**  
**Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO B. D'URSO**

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	<b>PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO</b>	<b>EMANUEL SOARES CARNEIRO</b>
Representante das empresas de televisão (inciso II)	<b>GILBERTO CARLOS LEIFERT</b>	<b>ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO</b>
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	<b>PAULO TONET CAMARGO</b>	<b>SIDNEI BASILE</b>
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	<b>FERNANDO BITTENCOURT</b>	<b>ROBERTO DIAS LIMA FRANCO</b>
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	<b>DANIEL KOSLOWSKY HERZ</b>	<b>CELSO AUGUSTO SCHÖDER</b>
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	<b>EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO</b>	<b>MÁRCIO LEAL</b>
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	<b>BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA</b>	<b>STEPAN NERCESSIAN</b>
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	<b>GERALDO PEREIRA DOS SANTOS</b>	<b>ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>DOM ORANI JOÃO TEMPESTA</b>	<b>SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>ARNALDO NISKIER</b>	<b>GABRIEL PRIOLLI NETO</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO</b>	<b>PHELIPPE DAOU</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>ROBERTO WAGNER MONTEIRO</b>	<b>FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO</b>	<b>PAULO MARINHO</b>

- • 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- • 2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação**  
aguardando designação

**02 - Comissão de Tecnologia Digital**  
aguardando designação

**03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária**  
aguardando designação

**04 - Comissão de TV a Cabo**  
aguardando designação

**05 - Comissão de Concentração na Mídia**  
aguardando designação

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

# **COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**

Representação Brasileira

## **COMPOSIÇÃO**

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS <sup>(1)</sup>	
<b>Senador EDUARDO SUPPLY</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputada ZULAIÊ COBRA</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

## **SENADORES**

TITULARES	SUPLENTES
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)</b>	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
<b>PFL</b>	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
<b>PSDB</b>	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
<b>PPS</b>	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

## **DEPUTADOS**

TITULARES	SUPLENTES
<b>PT</b>	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
<b>PFL</b>	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
<b>PMDB</b>	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
<b>PSDB</b>	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
<b>PPB</b>	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
<b>PTB</b>	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
<b>PL</b>	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
<b>PSB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
<b>PPS</b>	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

[cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

-

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  PROFESSOR LUIZINHO PT-SP	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  NEY SUASSUNA PMDB-PB
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>  JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL/BA	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>  SÉRGIO GUERRA PSDB-PE
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 03.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311- 5255  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY**  
**RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos  
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

**Composição**

**(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)**

**Presidente: RENAN CALHEIROS<sup>(1)</sup>**

<b>Deputados</b>	<b>Senadores</b>
	Renan Calheiros <sup>(2)</sup>

Atualizada em 24.2.2005

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

<sup>(2)</sup> Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5255  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)



**EDIÇÃO DE HOJE: 114 PÁGINAS**